

HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO



2ª Edição

Delgado de Carvalho

981.541
C331
1990 ex:2

bc
BIBLIOTECA CARIOCA

HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O texto desta *História da Cidade do Rio de Janeiro* foi publicado originalmente em 1926, quando o Brasil atravessava um momento de grande efervescência cultural e política, conhecido como "a crise dos anos 20", marcado por fatos como o movimento modernista, o tenentismo, a formação da coluna Prestes, a perda da hegemonia da sociedade agro-exportadora e ascensão da burguesia.

O Rio de Janeiro, cenário de uma grande reforma urbana, tem, como capital federal, um papel fundamental nesse processo de "repensar o país" que então se desenvolve.

E a *História da Cidade do Rio de Janeiro* pretendia ser, na definição de seu autor, Delgado de Carvalho, um "pequeno compêndio moderno" para uso nas escolas primárias, onde fora criada a disciplina História do Distrito Federal, como uma introdução à História do Brasil.

Modificações subseqüentes no programa das escolas públicas suprimiram, lamentavelmente, essa disciplina do currículo das escolas, mas a obra de Delgado de Carvalho sobreviveu à sua função inicial e se tornou um clássico, disputado por colecionadores e pesquisadores nos "sebos" da cidade.

PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Marcello Alencar

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Gerardo Mello Mourão

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO GERAL DE DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO CULTURAL**

Afonso Carlos Marques dos Santos

DIRETOR DA DIVISÃO DE EDITORAÇÃO

Paulo Roberto de Araujo Santos

HISTÓRIA DA
CIDADE DO
RIO DE JANEIRO

**Ficha catalográfica elaborada pela Divisão
de Documentação e Biblioteca do C/DGDI**

D352h Delgado de Carvalho, Carlos, 1884-1980.
História da Cidade do Rio de Janeiro /
Carlos Delgado de Carvalho. – Rio de Janeiro
: Secret. Mun. de Cultura, Dep. Geral de Doc.
e Inf Cultural, 1990.
126 p. : il. – (Biblioteca Carioca; v. 6)

1. Rio de Janeiro (cidade) – História. I. Tít-
ulo. II. Série.

CDD 981.54
CDU 981.531

*Compra
AAA RJ
5,00*

BIBLIOTECA CARIOCA

Delgado de Carvalho

HISTÓRIA DA
CIDADE DO
RIO DE JANEIRO

2ª Edição
Reimpressão

1990



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes
Departamento Geral de Documentação e
Informação Cultural

Copyright © 1988, 1990 Astrogildes Feiteira Delgado de Carvalho
Direitos desta edição reservados ao Departamento Geral de
Documentação e Informação Cultural da Secretaria Municipal
de Cultura, Turismo e Esportes.
Proibida a reprodução total ou parcial, e por qualquer meio,
sem expressa autorização.
Impresso no Brasil — Printed in Brazil

ISBN 85-85096-08-x

Edição e revisão de texto — Comissão de Editoração do
C/DGDI:

Ana Lucia Machado de Oliveira,
Diva Maria Dias Graciosa,
Luzia Regina Gomes dos Santos Alves,
Rosa Maria de Carvalho Gens,
Rosemary de Siqueira Ramos.

Capa: Iêda Botelho

Arte/capa: Ana Paula Ferreira

Projeto gráfico: Luzia Regina Gomes dos Santos Alves

ARQUIVO GERAL
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
BIBLIOTECA
N.º de Registro: 15484
Data: 26/11/1997
981.541
C331
1990
ex.2
(L1514)

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes
Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural
Rua Afonso Cavalcanti, 455 — 2º andar — Rio de Janeiro

SUMÁRIO

NOTA INTRODUTÓRIA de Carlos Augusto Addor	9
PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO	13
NOTA DO EDITOR	15
HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	17
Dedicatória	18
Prefácio	19
Capítulo I – A Fundação da Cidade	23
• Primeiros estabelecimentos	23
• O fator geográfico no século da descoberta	26
Capítulo II – A Capital do Sul	31
• A cidade no século XVII	31
• Segundo governo de Salvador de Sá	32
• Os sucessores de Salvador de Sá	37
• A vida econômica da cidade	40
Capítulo III – O 18º Século	43
• As invasões francesas	43
• Os últimos governadores	45
• O governo de Gomes Freire	47
• A expulsão dos jesuítas	52
Capítulo IV – A Capital dos Vice-Reis	55
• Os primeiros vice-reis	55
• O governo do Marquês de Lavradio	57
• D. Luís de Vasconcelos	60
• O Conde de Resende e a Inconfidência	60
Capítulo V – A Sede da Monarquia Portuguesa	65
• D. João VI no Rio de Janeiro	65
Capítulo VI – O Município Neutro	71
• A “Muito Leal e Heróica Cidade Imperial”	71

● O Segundo Reinado	72
● Instrução e Saúde Pública	74
● Festas e tradições do tempo do Império	76
● A evolução do país e o Rio de Janeiro	82
● A vida social na Corte	85
Capítulo VII – A Capital Federal	93
● A Prefeitura do Distrito Federal	93
● A administração Pereira Passos	95
● A Era dos Melhoramentos	96
● A obra de Osvaldo Cruz	99
● Os últimos prefeitos	100
● A vida carioca no fim do 19º século	104
Capítulo VIII – Governo e Administração	107
● Posição geográfico-política	107
● Os textos constitucionais	109
● A lei orgânica	111
● Divisão administrativa	113
Apêndice	117

*A publicação da obra de Delgado de Carvalho, **História da Cidade do Rio de Janeiro**, dá continuidade a um trabalho cujo objetivo principal é contribuir para que a população carioca conheça melhor, de forma mais profunda, mais detalhada e mais crítica a sua cidade, com ela se identifique e lute pela preservação de seus valores culturais, assim como amplie sua participação no processo de produção cultural no espaço do Rio de Janeiro.*

Nos anos vinte, o Brasil e o Rio de Janeiro vivem um momento de grande efervescência política e cultural. As crises de superprodução de café, as rebeliões dos militares, a formação da Coluna Prestes, as dissidências oligárquicas, a fundação do Partido Comunista do Brasil, a revolução estética do Modernismo, a exposição internacional de comemoração do centenário da Independência e o arrasamento do morro do Castelo no quadro de uma nova reforma urbana são processos e eventos que marcam o período – conhecido como “a crise dos anos vinte” – no país e na cidade.

Trata-se de fato de uma crise, crise do Estado Republicano Oligárquico e ao mesmo tempo crise da hegemonia da burguesia agro-exportadora cafeeira, articulada em torno do binômio liberalismo/federação. Essa crise e essa efervescência cultural, que têm como ponto de inflexão a autodenominada “Revolução de 1930”, são vividas com a maior intensidade no Rio de Janeiro, capital federal.

*É nesse contexto – em que se processa um “repensar o país” – que Delgado de Carvalho publica em 1926 sua **História da Cidade do Rio de Janeiro**, com o objetivo principal de auxiliar as professoras públicas a lecionarem a cadeira de História do Distrito Federal que seria, no ciclo dos estudos primários, uma introdução à História do Brasil.*

No seu “Prefácio”, Delgado de Carvalho se propõe, a partir da “moderna orientação da história”, apresentar aos mestres e alunos as épocas como

quadros sucessivos em que, não somente agem certos personagens que possuem o poder político, mas em que também vivem, trabalham, sofrem e se divertem todas as camadas sociais de uma população.

Continuando, diz o autor:

A história do Rio de Janeiro não é a história de seus governadores, de seus vice-reis, de seus monarcas, presidentes e prefeitos: algumas datas célebres, alguns nomes importantes podem e devem marcar etapas na sucessão dos tempos, no desenrolar dos acontecimentos; mas os assuntos capitais desta história são as condições de vida dos próprios cariocas, em diferentes épocas, suas tradições, seus costumes, seus usos, suas necessidades, suas festas.

Essa preocupação de Delgado de Carvalho em retratar o cotidiano da população carioca aproxima o autor de perspectivas recentes, tanto na reflexão teórica em torno da questão do trabalho do historiador – na linha da história social –, quanto na produção historiográfica brasileira, particularmente a que vem se desenvolvendo, em várias instituições, a partir de linhas de pesquisa – como a da história urbana – que buscam aprofundar o conhecimento a respeito das condições de vida e trabalho de setores – classes e grupos sociais – da população carioca.

*É bem verdade que, enquanto esses trabalhos mais recentes fundamentam de maneira mais sólida – tanto do ponto de vista da elaboração conceitual, como do ponto de vista do embasamento empírico – suas conclusões, Delgado de Carvalho apresenta na sua **História da Cidade do Rio de Janeiro** aspectos do cotidiano da população carioca de maneira mais descritiva, impressionista, quase jornalística. E mesmo dentro dessa perspectiva, esse objetivo do autor não é plenamente realizado ao longo da obra. Em muitos momentos do livro, a história do Rio de Janeiro é a história de seus governadores, vice-reis, monarcas, presidentes e prefeitos, esses “nomes importantes” marcando efetivamente “etapas na sucessão dos tempos”, ou seja, periodizando a história da cidade. Com efeito, Delgado de Carvalho combina essa preocupação em descrever a vida cotidiana da população carioca – história social – com uma perspectiva mais tradicional de história administrativa, que aparece claramente no índice do livro, na sua divisão em capítulos e itens e na própria estruturação do texto, acabando por predominar no conjunto da obra.*

*São dois os momentos em que a vida cotidiana da população carioca é apresentada com mais riqueza de detalhes. O primeiro é o item **A vida social na Corte** – do capítulo VI – **O Município Neutro**; nessa passagem o autor descreve inicialmente a vida fami-*

liar nas moradias das classes abastadas (as chácaras), as refeições, a instrução e o lazer doméstico – onde os moleques e negrinhas servem como verdadeiros “brinquedos humanos” aos “nhonhós voluntariosos e egoístas e às sinhazinhas pamonhas”, os “tiranetes das senzalas”. Em seguida Delgado de Carvalho retrata aspectos da vida da cidade: as “conferências populares”, as ruas à noite e a iluminação noturna, os transportes públicos (gôndolas, caleças, cupês, diligências, tflburis, maxambombas, bondes), passeios, visitas, o teatro – onde se destaca o nascente “nativismo”, representado principalmente pelas obras de Martins Pena. O autor conclui o capítulo exaltando a Rua do Ouvidor, “o ‘pulso’ da cidade, que pertence ao Rio de Janeiro de todas as épocas”.

O segundo momento mencionado é o item – **A vida carioca no fim do 19º Século** – do capítulo VII – **A Capital Federal**. Já novamente Delgado de Carvalho descreve aspectos da vida cotidiana da cidade, hábitos de sua população: a hora de acordar, a hora das refeições, jornais que eram lidos, compras, namoros, passeios, trajes de época. Reaparecem os bondes e os lampiões, reaparece a Rua do Ouvidor, como principal “ponto de reunião”, o teatro (agora incluindo o teatro de revista); aparecem o carnaval (o “entrudo”), a Avenida, o automóvel, o cinema, o ruge, a saia curta, o cabelo cortado, a imprensa amarela...; hábitos caseiros noturnos são descritos, a víspora, o piano, as festas de aniversário e casamento, onde se dançavam polcas e quadrilhas.

Um último comentário: é importante ressaltar que o autor não elabora uma visão crítica em relação à gestão de Francisco Pereira Passos na Prefeitura do Rio de Janeiro, quando foi o principal responsável pela reforma urbana conhecida como “Era dos Melhoramentos” – e rebatizada recentemente como “Era das Demolições”. Delgado de Carvalho chega mesmo a contribuir para um processo de mitificação da figura do prefeito, a cuja memória dedica o livro. Veja-se a seguinte passagem:

Para fazer da velha cidade colonial uma capital moderna foi preciso a energia do velho de setenta anos que, com sua viajada experiência, sua alta competência e seu entusiasmo de moço, levou ao fim o seu plano. à custa de um trabalho assíduo diário de muitas horas.

Essa observação torna-se necessária, principalmente na medida em que trabalhos e teses recentes vêm mostrando o outro

lado dessa era de "progresso e civilização", de "higienização, embelezamento e modernização" da Capital Federal: o enorme custo social pago pelas classes subalternas, por significativos contingentes da população pobre do Rio de Janeiro, subitamente desabrigados.

De qualquer forma, a leitura da obra de Delgado de Carvalho é indispensável – pela quantidade de informações nela contidas – a quem se proponha conhecer mais profunda e detalhadamente a História da Cidade do Rio de Janeiro, e sua atual publicação vem tornar isso possível a um número maior de leitores.

Carlos Augusto Addor

Só um dos livros de Carlos Delgado de Carvalho, a **Geografia do Brasil**, editado em 1913, teve prefácio assinado por Oliveira Lima. O da **História da Cidade do Rio de Janeiro** foi feito pelo próprio autor. Daí a responsabilidade desta sua discípula, e assistente de trabalho durante vinte e cinco anos consecutivos, ao prefaciá-la a nova edição desta obra, que veio à luz em 1926, quando fazia pouco tempo que entrara o mestre para a antiga Escola Normal, hoje Instituto de Educação.

Como naquela época o programa relativo ao 4º ano primário transformava a História da então Capital da República numa introdução à História do Brasil, publicou Delgado de Carvalho esta obra, que o Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro vem reeditar.

Não costumava Delgado de Carvalho homenagear ninguém em seus livros. Houve, porém, duas exceções: a sua **Geografia do Brasil**, dedicada ao Imperador Pedro II, que conhecera aos cinco anos; e esta obra, dedicada a Francisco Pereira Passos, por ele chamado "o grande Prefeito". Não omitiu também o nome do colaborador de Pereira Passos – Alfredo Américo de Sousa Rangel, que eu soube, em conversas com meu mestre e amigo, ser seu concunhado, e que, mais velho do que ele, lhe fazia as vezes de conselheiro e "quase pai".

Carlos Delgado de Carvalho nasceu a 10 de abril de 1884 na Legação do Brasil em Paris, onde exercia seu pai as funções de Secretário de Embaixada. Aliás, comentando o fato, prognosticava a Condessa de Barral, em carta a D. Pedro II, que não sobreviveria aquela criança, que, no entanto, chegaria aos 96 anos. . .

Seus primeiros 22 anos de vida repartiu-os entre Paris, Londres, Lyon e Lausanne; os restantes 74 anos viveu-os na sua cidade por eleição, o Rio de Janeiro, de que escreveu esta História e me contou tantas e tantas estórias.

Delgado de Carvalho era carioca por adoção e sempre amou o Rio, que conhecia palmo a palmo: o Rio dos tálburis, dos

bondes, do banho de mar discreto nas praias desertas do Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon; dos saraus, dos bolos na casa da Sazita, dos jantares às quatro e meia da tarde, do café no Paschoal, dos fraques, da política que enchiã o vazio da vida nacional; das Avenidas Central e Presidente Vargas, que viu construir; dos morros do Castelo e de Santo Antônio, que viu desaparecer; da Copacabana que viu nascer ... e que o viu morrer.

Na cidade do Rio de Janeiro, Delgado de Carvalho foi o protótipo do mestre: lecionou no Colégio Pedro II, no Colégio Bennett, no Instituto de Educação e na Universidade do Distrito Federal, que viu transformar-se na Universidade do Brasil, mas não chegou a visitar no Fundão como Universidade Federal do Rio de Janeiro.

*Na cidade do Rio de Janeiro foi membro da Comissão do Livro Didático (1939), levando gerações e gerações a estudarem, nos seus compêndios de Geografia e História, matérias que dinamizou, tirando-as, como me dizia, "da simples memorização, pois que pela quantidade de rios, cabos, cidades, datas e nomes, pareciam ser verdadeiras listas telefônicas ...". Foi diretor fundador do Instituto de Pesquisas do Departamento de Educação (1933), tendo, no ano em que publicou a sua **História da Cidade do Rio de Janeiro** (1926), fundado e exercido o cargo de Presidente da Sociedade Brasileira de Educação.*

Carlos Delgado de Carvalho faleceu a 4 de outubro de 1980 e ficou na História da cidade, que ele escreveu, como grande educador e professor. Venerado pelas gerações passadas, que venha agora, com o reaparecimento deste livro, servir de estímulo às novas gerações.

Therezinha de Castro

NOTA DO EDITOR

Todos os nomes próprios – personativos, locativos e de qualquer natureza –, citados ao longo da obra, sofreram o mesmo processo de atualização gráfica a que estão sujeitos os nomes comuns, conforme as *Instruções para a organização do vocabulário ortográfico da língua portuguesa (Formulário ortográfico, XI, 39)*.

Foi atualizada a relação de governantes do Rio de Janeiro, até o ano de 1990.

Mantiveram-se, entretanto, no corpo do texto, as informações tais quais aparecem na primeira edição.

Nem todas as ilustrações existentes no original puderam ser encontradas. Procedeu-se à sua substituição por imagens similares, quando possível e, também, procurou-se seguir a disposição original das fotos. Abreviaturas utilizadas para indicar a procedência das ilustrações: AGCRJ (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro); MIS (Museu da Imagem e do Som); MHN (Museu Histórico Nacional) e IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

HISTÓRIA DA
CIDADE DO
RIO DE JANEIRO

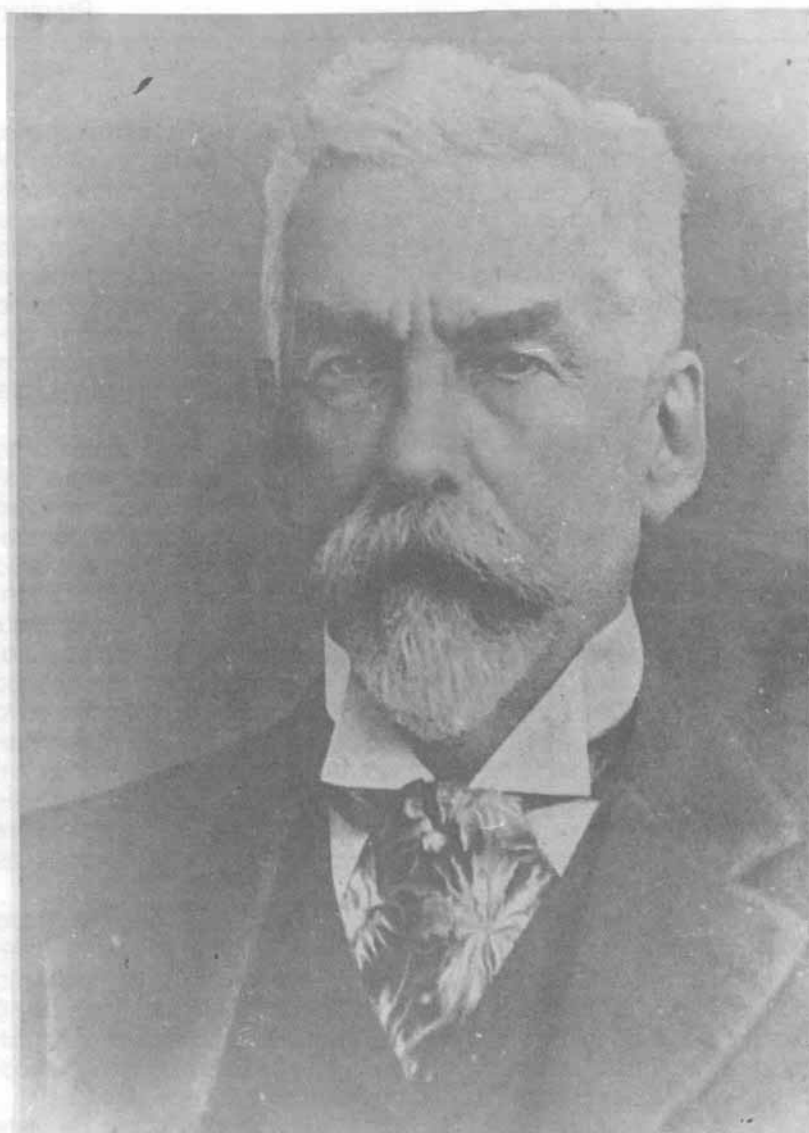
A memória do grande prefeito Francisco Pereira Passos e de seu colaborador e amigo Alfredo Américo de Sousa Rangel, Diretor da Carta Cadastral (1900-1909).

O programa de História, relativo ao quarto ano primário, abrange a História do Distrito Federal. Uma das felizes conseqüências da adoção do método concêntrico, no ciclo dos estudos primários, determina assim que seja a história da capital da República uma introdução à História do Brasil. É, pois, de grande valor didático que venha a ser preliminarmente dado aos alunos um apanhado histórico cujos elementos principais, locais, monumentos, e vestígios, estão ainda às nossas vistas, ao alcance de nossos sentidos e podem muito mais facilmente impressionar jovens imaginações, do que outras narrações, cujos quadros necessitam de um esforço do espírito para a sua reconstituição.

Mais numerosas do que as fontes geográficas relativas ao Distrito Federal, são as fontes históricas de seu passado. Vieira Fazenda, Noronha Santos, Melo Moraes, Ferreira de Rosa, Felisbello Freire, Macedo, Escragnolle Dória, Morales de los Rios e muitos outros escreveram preciosas páginas sobre o assunto, sem contar o formidável repositório que representa a *Revista do Instituto Histórico*. Seria longo fazer aqui uma bibliografia do assunto. Faltando, porém, um pequeno compêndio moderno, destinado a facilitar às professoras públicas a coleta de dados esparsos, preparei este folheto para o uso das escolas primárias, de acordo com o programa novo (1926). Multipliquei as citações, a propósito dos fatos de maior interesse, para orientar o leitor desejoso de obter maiores detalhes em obras de fácil consulta. Procurei dar sobre cada assunto informações mais completas do que exige o programa, deixando assim ao mestre a escolha dos pontos a desenvolver, segundo as oportunidades e as conveniências do auditório.

De um modo geral, encontrar-se-á pouco espaço dedicado aqui a pontos de História Geral do Brasil, como sejam: a Independência, a história política do Império, a Abolição, a Proclamação da República, as agitações e os episódios de caráter político, que só tiveram o Rio de Janeiro como teatro principal, pelo fato de ser capital do país. Tais questões requerem outros dados e informações colhidas em compêndios de História do Brasil.

A moderna orientação da História, sob o ponto de vista didático, tende a limitar ao estrito necessário a parte puramente mnemotécnica: datas, fatos e nomes. As épocas devem suceder; na visão do aluno, como quadros sucessivos em que não somente agem certos personagens que possuem o poder político, mas em que



Francisco Pereira Passos, o grande Prefeito (1836-1913). AGCRJ.

também vivem, trabalham, sofrem e se divertem todas as camadas sociais de uma população. A história do Rio de Janeiro não é a história de seus governadores, de seus vice-reis, de seus monarcas, presidentes e prefeitos: algumas datas célebres, alguns nomes importantes podem e devem marcar etapas na sucessão dos tempos, no desenrolar dos acontecimentos; mas os assuntos capitais desta história são as condições de vida dos próprios cariocas, em diferentes épocas, suas tradições, seus costumes, seus usos, suas necessidades, suas festas. Também devem formar o fundo do quadro as grandes preocupações políticas do tempo que tiveram repercussão sobre a segurança e os destinos dos habitantes do Rio: defesa contra o inimigo, política exterior, idéias da metrópole, monumentos nacionais etc.

Cada vez que pode um pensamento ou um acontecimento ficar ligado a um monumento histórico, é do dever do mestre procurar evocar nas jovens imaginações o quadro histórico que centralizou. É na interpretação destas páginas de pedra e de ferro que se gravam mais profundamente na memória os acontecimentos que tiveram real alcance.

Assim como a história de Portugal se acha escrita nos "marcos miliários", nas muralhas de Santarém, no aqueduto de Sertório, na casa de Viriato, no castelo de Guimarães, na Santa Clara de Coimbra, no mosteiro da Batalha, nos Jerônimos, no Paço de Cintra, na Mafra, assim também lemos a história de nossa querida cidade na lápide da sepultura de Estácio de Sá, no aqueduto da Carioca, no mosteiro de S. Bento, no Chafariz Colonial, na Lampadosa, na Lapa dos Mascates, na Boa Vista, no antigo Paço da Cidade. Nem sempre é questão de beleza arquitetônica, de imponência monumental: mais eloqüente é o feixe de lembranças que se prendem às pedras superpostas, como as raízes adventícias de hera, símbolo do tempo que passa, mas não morre na memória das coisas.

Ao mestre a quem cabe o primeiro ensinamento de história nacional a uma criança, é dada uma missão sublime: é o despertar de uma inteligência, o desabrochar de uma alma às coisas da Pátria. É importante que seja bem dado este primeiro passo em tão grave assunto. Ao amor e à dedicação é necessário juntar-se o entusiasmo: aí nestas horas decisivas da vida do cidadão, deve vibrar a corda sensível da solidariedade nacional. A criança deverá ter a compreensão de que faz parte de um todo, uma nação, e que se acha ligada a um longo passado, representado pelos que lhe prepararam a sua missão. Esta solidariedade com o passado, evocando responsabilidade no futuro, é o laço mais forte do patriotismo. Raça, língua, religião, nada pode lhe ser comparado em força de coesão, para a

criação de um espírito nacional. E a comunhão dos interesses materiais e morais que prendem as almas, os espíritos e as forças e constituem um povo. E é na história que são hauridos os ensinamentos que servem de base e justificação a estes elos poderosos das atividades dos homens.

Seria pretensão querer dar aqui conselhos a um corpo docente ao qual sobram qualidades de competência e de patriotismo para o cabal desempenho de sua alta missão educadora.

Mas o que eu procurei fazer foi salientar, cada um no seu quadro histórico, os grandes vultos da História do Rio de Janeiro, os nomes que podem servir de exemplos às gerações: Salvador de Sá, Gomes Freire, Lavradio, Luís de Vasconcelos, Fernandes Viana, Pedro II, Pereira Passos e Osvaldo Cruz, reconstituindo, a propósito de cada um deles, o meio em que viveu, agiu e lutou pela causa comum.

Por isso também é este folheto uma homenagem prestada a estes ilustres brasileiros, a eles próprios e por eles também aos seus auxiliares, a todos os que os ajudaram e secundaram na grande obra da formação da nossa nacionalidade.

Delgado de Carvalho
Rio, julho de 1926

A Fundação da Cidade

Primeiros estabelecimentos – Em janeiro de 1504, entrou pela primeira vez, na baía de Guanabara, o navegante português Gonçalo Coelho. Julgou o descobridor ter aportado na foz de um largo rio, e daí o nome dado então à região. É possível que alguma nau da frota de Cabral já tivesse anteriormente avistado a baía, mas coube provavelmente a Gonçalo Coelho o primeiro desembarque com tentativas de ocupação e de relações com os índios. O local da instalação primitiva recebeu o nome de Carioca, isto é, “casa de branco”. Pensa Porto Seguro que ali descansaram dois ou três anos os portugueses.

Em 1519, entretanto, já se achava abandonada a baía, quando Fernão de Magalhães, de passagem por ela, deu-lhe o nome de baía de Santa Luzia.

As expedições sucessivas tentadas pelo governo da metrópole desanimaram-no pelas suas dificuldades e falta de interesse imediato. Continuavam, porém, as incursões particulares, determinadas principalmente pelo lucro que podia então auferir o comércio de pau-brasil. Os estrangeiros aportavam, por isso, freqüentemente, e apesar das representações feitas, em 1516, à Corte de França pela diplomacia de D. Manuel.

Diz o historiador português Oliveira Martins:

O Brasil, porém, que durante o reinado de D. Manuel não merecera a atenção dos estadistas embriagados na admiração da Índia, deve ao governo de D. João III, o rei colonizador, o princípio de sua existência.

Foi ele o soberano que sem se deixar ensandecer com o esplendor cartaginês do império oriental, se consumiu em vão, a buscar organizá-lo, moralizá-lo, empregando-se ao mesmo tempo a fundar, nos sertões americanos, um novo Portugal, a nossa honra histórica, e por tanto tempo o amparo de nossa existência européia. Este pensamento, tão felizmente refletido pelo grande historiador peninsular, traduz bem a idéia política que determinou as expedições de Cristóvão Jacques, em 1525 e de Martim Afonso, em 1530.

Demovido Portugal de sua inatividade em relação ao Bra-

sil, coube a Martim Afonso a capitania de S. Vicente, que incluía as terras de Cananéia a Cabo Frio, e, por conseguinte, a baía de Guanabara. O donatário estabeleceu-se na enseada onde deságua o rio Comprido, mas cedo preferiu as terras de S. Vicente e caiu novamente no abandono a terra carioca (1532).

Anos depois (1555-1567), deu-se o episódio da França Antártica, que se desenvolveu na baía de Guanabara. O nobre Cavaleiro de Malta, Nicolau Durand de Villegaignon, amigo do almirante Coligny e apreciado pelo próprio rei de França, Henrique II, aportou no ilhéu da Laje, por ele chamado Ratier, em novembro de 1555. Instalaram-se os franceses na ilha de Serecipe, hoje Villegaignon, e aí levantaram o Forte Coligny. Em 1557 chegaram mais franceses, sob o comando de Bois-le-Comte. Mas as dissensões religiosas que então reinavam em França tiveram eco na França Antártica e Villegaignon retirou-se, deixando a pequena colônia estabelecida na margem ocidental da baía e na ilha de Paranapuã (hoje Governador).

No ano de 1560 conseguiram os portugueses, sob o governo de Mem de Sá, expulsar os franceses das ilhas e arrasar as suas fortificações, implantando novamente na baía de Guanabara o domínio de Portugal. Os franceses, acolhidos pelos tamoiós, seus aliados contra os lusos, voltaram a ocupar posições à margem ocidental da baía e estabeleceram-se na aldeia de Uruçumirim, na atual praia do Flamengo.

Foi necessário um novo esforço por parte dos portugueses, aconselhado não só por Mem de Sá como também pelos padres Anchieta e Nóbrega. De Lisboa tinha chegado um sobrinho do governador, Estácio de Sá: organizadas as expedições na Bahia e em S. Vicente, chegaram novamente à Guanabara os portugueses, para, desta vez, não mais abandonar a sua preciosa conquista (1565).

Reinava então em Portugal D. Sebastião; desembarcado em começo de 1565, ao pé do Pão de Açúcar, Estácio de Sá lançou os fundamentos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Foi entre o Pão de Açúcar e o morro chamado da Cara de Cão (hoje São João), numa várzea em que "a terra é baixa e chã", segundo a exposição de Gabriel Soares, que nasceu a metrópole carioca.

A este propósito, escreve A. Morales de los Rios, que muito tem estudado e discutido as origens de nossa cidade:

Essa primitiva cidade não foi fundada nas vizinhanças do penhasco da Urca; nem ao pé dele pela banda que deita para o interior da baía, nem na Praia Vermelha, como pretendeu Adolfo de Varnhagen.

Foi sobre o cume e as ladeiras da terra então ilhada, que Gabriel Soares de Sousa, com propriedade e parecença, que ainda hoje se percebe, chamou de Cara de Cão, pela semelhança que tem com a de um lebre: ele cuidou de não chamá-la Cabeça de Cão com impropriedade.

Esse trecho montuoso de terra ilhada estava separado da continental da Urca por um braço de mar, ou barreta marítima, impraticável a pé, pelo menos, por maré alta; ao depois vargem lodosa, logo arenosa e, enfim, terra firme como é hoje em feição ístmica, e imprópria para receber a urbanização a mais incipiente naquelas primitivas condições.

Defrontando no continente a Cara de Cão, estava na base da Urca o lugar denominado Capocaituba, que era, segundo incompleta informação de alguns cronistas, "o lugar donde se chamavam remadores para ir à cidade", o que confirmaria o ilhamento desta.

Por isso, o lugar de Capocaituba foi também chamado praia dos Remeiros, que era a praia enseada onde hoje está o balneário da Urca.

A Urca com o Pão de Açúcar formam o penhasco unido, que desenha um dos lábios da boca da baía do Rio de Janeiro, cujo lugar os indígenas denominavam "Mombucabe" ou "Mombucaba"; como nos revela o primeiro que a essas paragens se referiu: o alemão Hans Staden.

O mar sobre que estão esses penhascos, dentro da baía, não é o da Guanabara (rio das curvas, rio das voltas, rio torto, rio sinuoso, rio meândrico), porque Guanabara é o seio mais para o fundo da baía, para além da Armação, mais vulgarizado pelos escritos franceses do tempo, sob a corruptela Ganabara, que empregaram frei André Thevet e João de Lery.

O mar que dentro da baía banha os ali-cerces da Urca e do Pão de Açúcar é do outro seio que, com o do Guanabara, conformam a tonalidade da área da baía do Rio de Janeiro. Esse segundo seio se chamou Niterói (água oculta ou escondida), menos vulgarizado que o de Guanabara, entre os autores.

A 20 de janeiro de 1567, dia consagrado ao padroeiro da cidade, os portugueses resolveram dar o assalto aos franceses e seus aliados. Ferido no rosto, por flecha, Estácio de Sá veio a falecer

cerca de um mês depois da vitória. As setas do escudo da cidade não representam, pois, somente as do martírio de São Sebastião.

Diz ainda Oliveira Martins:

Metade do Brasil estava salva, e lançadas as bases da futura prosperidade de todo ele, com a posse da grande bafa do continente austral. Mem de Sá, que foi o Afonso Henriques dessa nova nação, não pudera, porém, como o nosso Afonso Henriques não pôde, levar sozinho a empresa a cabo. O papel que no século XII coube na metrópole, ao Papado, pertencia, no XVI, às colônias, aos jesuítas. A crise manifestara a força deles, e a vitória dava-lhes metade do trono.

O fator geográfico no século da descoberta – As alternativas históricas de ocupação e de abandono da Guanabara; a insistência das naus francesas em apoderar-se do ponto que tinham escolhido os portugueses; a utilização dos promontórios e das ilhas, segundo as necessidades da hora, pelos adversários em presença, tudo vem sugerir a importância decisiva do conflito travado em torno da nossa futura metrópole; conflito este ditado por razões de Estado, pela política do momento, continuado, porém, pelas contingências fisiográficas do local em que se deu.

Sob o ponto da geografia humana é, pois, significativa esta conquista de uma posição definitiva dos portugueses sobre a costa oriental da América.

É possível que, em seus detalhes históricos, alguns problemas da colonização antiga do Rio de Janeiro não estejam ainda esclarecidos, mas as informações são abundantes e já estão traçadas as linhas gerais para o estudo geográfico do caso. Devem, pois, ser salientadas as grandes correlações histórico-geográficas.

Diz João Ribeiro:

As primeiras cidades do Brasil começam pelos morros e só tarde descem à planície e nunca se formam à borda do mar e, mesmo nos rios, só nos lugares onde não chega o navio de longo curso – essa é a prudência dos fundadores no século XVI e no seguinte, que foram uma luta pela posse da terra” (*História do Brasil*, p. 81).

A esta regra de “prudência” obedeceu também o Rio de Janeiro.

A localização dos portugueses na baía de Guanabara foi determinada pelos seguintes fatores geográficos:

1. Para os navegantes que seguiam o rumo do sul, representava a nossa baía o primeiro ancoradouro que forçosamente devia atrair as naves, oferecendo-lhes excepcionais condições de abrigo e segurança. Era, além disso, uma boa base naval, pois, apesar de conhecerem a existência da baía de Guanabara, os portugueses só ligaram importância a seu valor estratégico, quando a insistência dos franceses em estabelecer-se nela tornou-se perigosa para Portugal. Os marinheiros normandos do Havre Dieppe e de Honfleur tinham desde 1503 (data da primeira viagem de Paulmier de Gonneville), uma idéia da importância da posição. Foi a expedição de Villegaignon que recolheu os resultados de conhecimentos anteriores. Ellie Chaudet, um dos mais ricos armadores de Honfleur, era protestante e daí o interesse que tomaram os protestantes franceses na expedição de Villegaignon.

2. Em segundo lugar, o fator geográfico que determinou a localização da cidade, na margem ocidental da entrada e não do lado de Niterói, foi a facilidade de obter água fresca abundante. As aguadas são freqüentemente mencionadas nos mapas do século XVII: as águas da Carioca eram procuradas pelos navegantes. O local chamado Aguada dos Marinheiros foi até ponto de combates. Perto do saco de S. Diogo, havia outra aguada procurada, onde acampou Araribóia (Bica dos Marinheiros), na atual praia Formosa.

Diz Vieira Fazenda a este propósito:

Ainda em nossos dias, conservou-se por muito tempo a coluna de pedra, último vestígio da pequena fonte, cujas águas foram em princípio aproveitadas e canalizadas pelos jesuítas, proprietários de todos esses terrenos, desde o rio Catumbi até Inhaúma. Antes de ser concluída a bica em questão e nos primeiros tempos, iam os marinheiros prover-se de água no rio Carioca, das Laranjeiras ou dos Caboclos; por esse motivo era a praia, hoje do Flamengo, conhecida por praia da Aguada dos Marinheiros.

3. O terceiro fator que influiu na escolha da vertente carioca foi a forma dos morros, em pequenos maciços isolados, menos acessíveis em geral e por conseguinte mais fáceis de defender. Representava isto na época, como salientou João Ribeiro, um dos elementos mais importantes de uma localização. A defesa era necessária, não somente contra os invasores franceses e outros europeus, como também contra as incursões de seus aliados, os tamoios. Por

isso foi cedo abandonada a povoação fundada por Estácio de Sá, na Vila Velha, entre o Pão de Açúcar e o Cara de Cão, para um lugar mais seguro, o morro do Castelo. O erro dos franceses, aliados dos índios da vizinhança, foi talvez de não estabelecer-se logo e fortificar-se no morro de S. Januário. Estácio de Sá não pôde fazê-lo, porque, em 1565, este morro estava na zona ocupada pelos franceses e defendida pelas trincheiras do Uruçumirim. Mas, repellido o inimigo, Mem de Sá não hesitou em transferir a cidade para este morro de S. Januário (depois morro do Castelo).

Diz Felisbelo Freire, que critica, entretanto, o ponto escolhido para fundação de uma cidade destinada a se desenvolver.

Mas a escolha do morro tem para nós a seguinte explicação: era uma espécie de atalaia, defendida pelas lagoas que a cercavam e que serviam de defesa contra as inopinadas invasões dos índios. A proximidade do porto exerceu sua influência, servindo para traçar a direção das ruas, quando a cidade descesse do morro para a planície.

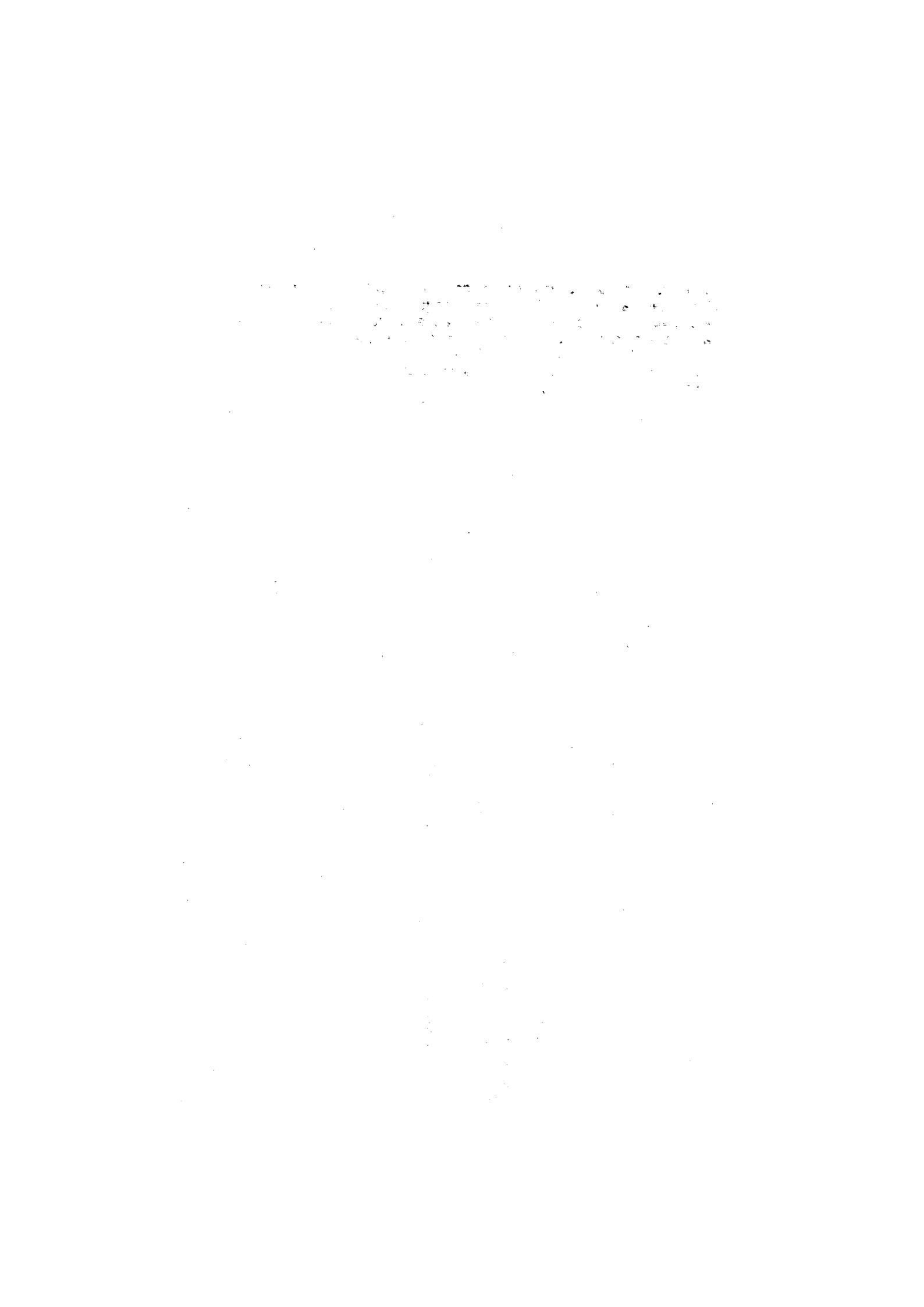
4. O quarto fator geográfico agira ao mesmo tempo para a estabilização e para a extensão da posse primitiva. Sua importância é quase que exclusivamente agrícola e consiste em se acharem as várzeas principais e as melhores encostas das serras do Distrito Federal orientadas para leste, isto é, para o sol nascente, o que teve a sua importância na fase inicial do desenvolvimento das lavouras e do alastramento dos engenhos. A planície que existia entre os morros do Castelo, de Santo Antônio, de São Bento e da Conceição foi durante muito tempo o celeiro do núcleo de povoamento. Pertencia à cidade, mas era limitada pela vala da atual Rua Uruguaiana. Os pântanos e as lagoas foram os primeiros obstáculos a vencer para a expansão da cidade.

Por fim, o desenvolvimento do Rio de Janeiro se explica pela sua situação geográfica, em relação à sua proximidade relativa das serras. De Niterói o acesso é dificultado pelo afastamento das serras para NE e principalmente pela extensa zona alagadiça, que separa o pequeno maciço de Niterói da serra do Mar, a baixada do rio Macacu.

Eram, por conseguinte, numerosas as razões geográficas que militavam em favor da escolha do Rio de Janeiro, em primeiro lugar como ponto de defesa e em segundo lugar como centro da irradiação. Era destinada a margem carioca da Guanabara a um rápido desenvolvimento econômico e social. O movimento de alastramento

para leste, esboçado nos tempos da primeira colonização, continua hoje com grande intensidade, e está longe de terminado, pois o Distrito e suas extensas planícies continuam a oferecer novos horizontes à expansão da população, na sua marcha para Leste.

As etapas desta marcha são marcadas pelos sucessivos estados da população. Em 1585, era ainda de menos de 4.000 almas: levou cerca de 30 anos para triplicar.



A Capital do Sul

A cidade no século XVII – Cedo percebeu Mem de Sá que o local primitivo da cidade era antes um ponto estratégico do que um centro favorável ao desenvolvimento de uma cidade. Por isso transferiu para o morro de S. Januário, depois chamado do Castelo, a sede da cidade, renovando aí as cerimônias da fundação. O morro estava em parte isolado por lagoas, pântanos e planícies; foi fortificado e aí se estabeleceram as autoridades militares, civis e religiosas.

Mem de Sá nomeou Salvador de Sá, seu sobrinho, governador da nova capitania, quando em 1568 teve de regressar à Bahia. Foi durante o governo de Salvador de Sá que foram transferidos os restos mortais de Estácio de Sá, da Vila Velha para o morro do Castelo e que foi dado combate aos franceses de Cabo Frio, que ainda não tinham perdido a esperança de se apoderar da nova cidade. Começou com Salvador de Sá um ativo movimento de colonização dos lados de Irajá, Inhaúma, Suruí, Inhomirim e também de Niterói e de Magé. A ilha de Paranapuã, que pertencia a Salvador de Sá, passou a ser a do Governador.

Dizem os *Anais do Rio de Janeiro*, de B. da Silva Lisboa:

Poupou o sangue dos indígenas quanto lhe foi possível, repeliu os inimigos externos, protegeu a inocência, afugentou o crime pelo seu horror e desprezo dos maus, ganhando a opinião pública no campo da honra; pois, sem os socorros de Portugal, cobriu a sua frente de bem merecidos louros. Pela sua probidade não ousavam aproximar-se dele os reptis venenosos da lisonja, a fim de envenenarem o ar puro que respirava.

A primeira administração de Salvador de Sá findou em 1572.

No tempo de Cristóvão de Barros, sucessor de Salvador de Sá, resolveu a metrópole dividir a colônia em dois governos distintos, o do Norte, com sede na Bahia e o do Sul, com sede no Rio de Janeiro (1572).

Este acontecimento político foi então de pouco alcance político, mas de grande significação. Consagrava um fato: pela sua posição geográfica acima descrita, pelas suas excepcionais facilida-

des de defesa de todos os lados, pelos seus recursos econômicos naturais, o Rio se tornara rapidamente, segundo a expressão de Rocha Pombo, o "centro de vitalidade das colônias do Sul", já estava livre a costa dos traficantes que a infestavam e a nova cidade tornara-se um centro direto de ação da metrópole.

Em Ilhéus, Porto Seguro, São Vicente e Espírito Santo, lutavam ainda os capitães-mores com a falta de forças e recursos materiais que caracteriza o primeiro século de colonização: grandes espaços, grandes distâncias e grandes obstáculos a vencer com pouca gente, poucos meios e apoio problemático.

No Rio de Janeiro crescia o prestígio do governador, preposto direto do rei. Daí a afluência para o litoral de sua baía de grande número de colonos, mesmo de vicentistas descontentes. Daí a preponderância do Rio nas colônias do Sul.

O centro de administração criado em 1572 foi de pouca duração, de fato, mas estabeleceu os fundamentos da futura metrópole (Rocha Pombo, tomo V).

Durante o governo de Antônio Salema, principiou a alastrar-se pela Tijuca, pelas Laranjeiras, pela Gávea e pelo Andaraí a lavoura açucareira. Tomou especial importância o engenho da lagoa Rodrigo de Freitas. Foi necessário construir sobre o rio Carioca a ponte de Salema, no local da atual Praça José de Alencar.

Em 1577, anulava a metrópole a dualidade de governo criada poucos anos antes; praticamente, porém, continuou a ser o Rio a metrópole do Sul, ponto de partida de todas as iniciativas nas regiões continentais, centro de resistência contra as agressões exteriores e foco de irradiação da colonização na região fluminense.

Segundo governo de Salvador de Sá – Voltou a ser governador Salvador de Sá. Foi um tempo de ativa preparação da defesa do Rio de Janeiro, por meio de fortalezas nos promontórios da barra, e de colonização, principalmente religiosa: os jesuítas aldeavam os índios entre Macacu e a serra dos Órgãos, os beneditinos no rio Guapi e os carmelitas na ermida de N. Senhora do Ô; estabeleceram-se estes últimos, também, em 1589, no morro de S. Bento. Coincidiam estes acontecimentos com a passagem de Portugal e suas colônias sob o domínio espanhol.

No fim do 16º século, informações da época atribuem ao Rio de Janeiro uma população de 3.850 almas, em grande maioria de índios, sendo apenas 750 os portugueses e cerca de 100 os africanos.

Os habitantes do morro do Castelo tinham então três ladeiras para alcançar a planície: a Ladeira da Misericórdia, a Ladeira



Salvador Correia de Sá, primeiro governador da cidade (1568-1572 e 1577-1599). AGCRJ

da Ajuda ou Passo do Porteiro e a Ladeira do Cotovelo. Assim, foram as primeiras ruas da cidade a Rua da Misericórdia, a Rua Direita, a Rua S. José e da Ajuda. Esta última levava para o interior e para as propriedades agrícolas, passando pelo convento, pela Lapa e o Cateite. A Rua da Misericórdia era o resultado da expansão pela várzea da cidade; nela morava a aristocracia da época. A Rua Direita, primeira e única paralela ao litoral, não era senão uma comunicação mais direta com o Mosteiro de S. Bento. Na Rua de S. José, na esquina da Ladeira do Castelo, havia uma casa que servia de depósito a africanos importados, durante a primeira fase do tráfico; esta rua não comunicava com o convento da Ajuda por causa da lagoa da Carioca, que só mais tarde foi aterrada. (Vide Felisbello Freire, *História da Cidade do Rio de Janeiro*, p. 76 e seguintes.)

A importância relativa das diferentes ruas da cidade era determinada pelos fatores econômicos do momento: a lavoura dos jesuítas no Engenho Velho, as fazendas agrícolas de Rodrigo de Freitas, Catumbi e Mata-Cavalos de um lado e o porto das mercadorias ou Porto dos Padres da Companhia (hoje Rua D. Manuel) do outro. Os caminhos que faziam comunicar estes diferentes centros determinavam as ruas de maior trânsito.

Diz Felisbello Freire:

As ruas perpendiculares à costa têm um caráter essencialmente econômico e tanto mais acentuado quando nos reportamos à primitiva época urbana, das quais existiam somente as Ruas de S. José, Assembléia (caminho de S. Francisco) e Marechal Floriano, então Vila Verde. E, à proporção que o tempo foi aumentando os interesses quer agrícolas, quer comerciais, as ruas perpendiculares foram aumentando em número para economia de tempo e trabalho, até que outra ordem de interesses forçaram a abertura das ruas paralelas ao litoral.

A Rua da Quitanda, por exemplo, é trânsito aberto pelo comércio da carne verde e o comércio de mariscos e cereais, localizado em rua escura. . . De um lado, este comércio e do outro lado, no trilho que confina com S. José, o açougue público, o único que existia na cidade e sob a forma administrativa de concessão e privilégio. Foi debaixo dessa forma que nasceu o comércio de carne verde.

Entre os principais habitantes e proprietários da cidade destacavam-se, no fins do 16º século, os "conquistadores", isto é, os auxiliares e companheiros de Estácio de Sá e de Mem de Sá, cujos

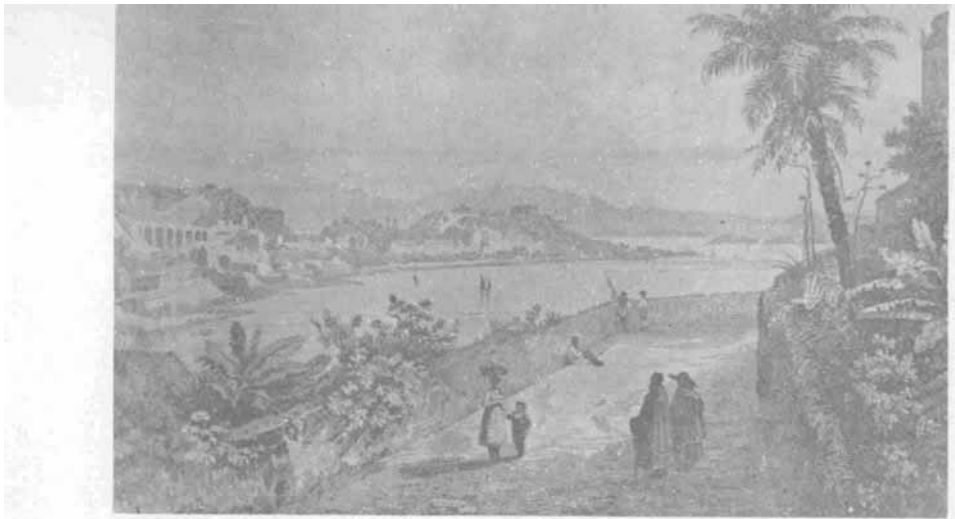
serviços foram recompensados por importantes doações. Foi assim que o provedor Antônio Marim, um dos homens de mais prestígio da sua época, obteve sesmarias em Niterói, em Magé, onde desenvolveu lavoura de açúcar e no morro de S. Antônio. Ari Fernandes, outro conquistador, obteve terras em Magé e na Rua da Misericórdia; Jorge Ferreira, conquistador também, na Rua Direita; Crispim da Cunha, na Rua S. José; Manuel de Brito etc. De um lado Pedro Cubas, filho de Brás Cubas, era grande proprietário no Rio e veio em 1609 de S. Vicente, vender as terras que aqui possuía.

Dois fatos políticos do fim do 16º século e do princípio do 17º deram ao Rio de Janeiro uma situação privilegiada em relação às terras brasileiras do sul: em primeiro lugar o domínio espanhol que enfraqueceu o poder da metrópole, e, em segundo lugar, a ocupação holandesa das capitanias do nordeste. O Rio de Janeiro torna-se então, de fato, a capital do Sul, apesar de lhe ser, em direito, alternativamente concedido e retirado o privilégio. A carta régia de 1572 que cria a divisão e o alvará de 1577 que a revoga são ambos atos do rei D. Sebastião. Mas, durante a segunda parte do 17º século, sucederam-se as alternativas: em 1639, o Rio é centro político e administrativo, porque a guerra justifica esta delegação do governo geral “criando na zona meridional um governo de atribuições iguais às locais. Mas essa emancipação foi transitória” – diz F. Freire. Desde que a expulsão holandesa foi uma realidade, o próprio governador da Bahia tratou de reivindicar atribuições que lhe tinham sido usurpadas.

Julga Rocha Pombo que a verdadeira formação do Rio de Janeiro data da segunda investidura de Salvador Correia de Sá, em 1578. Durante vinte anos governou o Rio este íntegro administrador, recuperando assim a família Sá a hegemonia política que perdera um tanto durante os governos anteriores. Um filho de Salvador, Martim de Sá, devia também, em princípios do século seguinte, assumir duas vezes o governo da cidade.

Durante a segunda administração de Salvador de Sá, o filho do Duque de Beja, conhecido sob o nome de Prior do Crato, tentou restabelecer em seu proveito a monarquia nacional em Portugal, e refugiou-se na corte de França, para aí organizar a resistência. Em troca do serviço prestado na península ao pretendente português, o Brasil teria então passado aos franceses. Mas Salvador de Sá ficou fiel ao rei Felipe II e preservou assim nossa independência como unidade portuguesa na monarquia espanhola.

Quando chegaram às naus francesas, portadoras das cartas do Prior do Crato, diz frei Vicente do Salvador:



O Rio antes da Era dos Melhoramentos – a antiga Rua Treze de Maio, vista do sul para o norte. MIS



Vista do Rio de Janeiro tomada do Convento de Santa Teresa – à esquerda, o Aqueduto; no fundo, o morro do Castelo. IHGB

E porque a cidade estava sem gente e não havia mais nela que os moços estudantes e alguns velhos que não podiam ir à guerra do sertão, destes se fez uma companhia e dona Inês de Sousa, mulher de Salvador Correia de Sá, fez outra de mulheres com seus chapéus na cabeça, arcos e flechas nas mãos, com o que e com o mandarem tocar muitas caixas e fazer muitos fogos de noite pela praia, fizeram imaginar aos franceses que era gente para defender a cidade e assim, a cabo de dez ou doze dias, levantaram as âncoras e se foram.

A ausência do governador, durante estes incidentes, mostra que além da colonização, do alastramento das culturas e da indústria incipiente da cana, já se cogitava das incursões pelo interior, à procura de índios para as lavouras e de minas a explorar.

Mas, durante o domínio espanhol e a conseqüente ocupação holandesa, enquanto os governadores gerais, na Bahia, trabalham a reconquista do Norte, os governadores do Rio de Janeiro cuidam em suprir nas colônias as deficiências da metrópole. Era mais fácil, devido aos recursos acumulados no Rio, as suas riquezas, a sua segurança resultante da posição e do afastamento do teatro das operações, reorganizar aqui as forças da colônia, em vista de expulsar o estrangeiro.

O domínio espanhol em Portugal não preocupava o Rio de Janeiro: "era-nos indiferente – diz Fernandes Pinheiro – receber ordens de Lisboa ou de Madri, porque nem uma, nem outra corte cuidava seriamente de nossa prosperidade". Maior sensação, todavia, causaram em 1624 a notícia da tomada da Bahia e em 1630 a da queda de Pernambuco. "Um só pensamento – diz o mesmo historiador –, o da defesa do porto e das fortificações da cidade, animou a todos os habitantes que deram, nessa época, inequívocas provas do seu acrisolado patriotismo." Datam desta época as primeiras obras da fortaleza da Laje e o grande dique que existiu muito tempo entre a Carioca e a Prainha.

Os sucessores de Salvador de Sá – Mas nem todos os governos proporcionaram aos cariocas períodos de paz e de prosperidade comparáveis aos da paternal administração de Salvador Correia de Sá.

De 1617 a 1620, por exemplo, governou a cidade um chamado Rui Vaz Pinto, cujos excessos e violências marcaram na nossa história uma era, curta felizmente, de desordens e perturbações políticas. Um conflito que se tornou permanente abriu-se en-

tre o representante de Felipe III e a Câmara Municipal. O despotismo do governador só não foi mais nocivo porque lhe faltaram prestígio e força. Parece ter sido originado o conflito pela prisão arbitrária do juiz, que a Câmara mandou soltar.

Nesta série de desordens continuava o governador os seus despotismos.., e a opressão dos povos aumentava, vendo espalhada por toda a cidade uma geral perturbação. Ele os obrigava com penas pecuniárias a fazerem guarda a sua porta, tanto de noite, como de dia. . . e aos que faltavam mandava condenar em 20 cruzados. (Manuscrito da *Bibl. Episcopal Fluminense*, in *Revista do Instituto Histórico*, tomo I, 1839).

A única consequência vantajosa deste período nefasto foi a maior descentralização que daí resultou na administração e uma maior autonomia da Câmara, que, durante o governo de Vaz Pinto, foi de grande e profícua atividade (imposto sobre vinhos para aplicá-lo ao abastecimento d'água, regulamentos sanitários, organização dos serviços de descarga no porto, mediante contrato etc.).

Outro membro da ilustre família Correia de Sá estava destinado a desempenhar por duas vezes ainda o cargo de governador: Salvador Correia de Sá e Benevides, filho de Martim Correia de Sá e neto do primeiro Salvador, foi provido no governo da Capitania por El-Rei Felipe IV, em 1637.

Deu-se, durante o seu governo, a restauração portuguesa de 1640, com a casa de Bragança e herdeiro legítimo D. João IV. A adesão do governador do Rio de Janeiro à nova monarquia era um ponto importante: a Bahia já se havia pronunciado, mas era de recear que Salvador de Sá e Benevides, filho de mãe espanhola e casado com uma espanhola, sobrinha do vice-rei do México, hesitasse em "se divorciar de mais de 10 mil cruzados de renda e mais 50 mil de fazenda de raiz e móvel, que no Reino do Peru e Castela gozava com encomendas, dote e herança e muitas promessas de mercês para sua casa e filhos. . ." (Relação. . . *Revista do Instituto Histórico*, tomo V, p. 320).

Salvador, rompendo os laços de família, convocou os principais da cidade no colégio dos jesuítas e, obedecendo à vontade geral, aclamou D. João IV, como acabava de fazer o Marquês de Montalvão, num altar no cruzeiro da Sé Matriz. Diz a "Relação" citada:

Repetindo muitas vezes o viva que o povo pluralizava com notável aplauso sem saber por que, como nem a quem se vitoriava tanto; dando a

entender que o Céu confirmava a eleição em que os mais ignorantes dela se deixavam levar do gosto que comunicavam os que o sabiam, sem inquerirem nem saberem a quem se dedicavam seus vivas, que em todas as praças da cidade se repetiram ao arvorar o Pendão Real. . . sem que houvesse pessoa que procurasse eximir-se de repetir vivas e deixasse de agregar ao tumulto que ia aumentando-se com a novidade. . .

Em 1658, voltando ao governo Salvador de Sá e Benevides, a autonomia administrativa do Rio foi de novo conquistada; mas novamente passou a ser capitania "jurisdicionada" pela Bahia em 1663. No fim do século, porém, o Rio de Janeiro começou as suas conquistas definitivas: postos da milícia (1689), jurisdição sobre minas (1693), defesa militar, justiça etc., extensão de jurisdição até a Colônia do Sacramento (1699).

Restabelecida a independência portuguesa e autoridade na colônia, surgiram dificuldades econômicas que tiveram consequências locais e abalaram centros coloniais, como o Rio de Janeiro. Uma Companhia de Comércio, com privilégio de navegação e monopólio de quatro artigos (vinho, azeite, farinha e bacalhau) veio provocar a reclamação dos prejudicados. Entre os principais episódios provocados pela situação econômica, tributária principalmente, salientou-se, no Rio de Janeiro a revolução organizada pela Câmara contra a autoridade de Salvador de Sá e Benevides, em novembro de 1660. Diz o *Anuário de Estatística Municipal* de 1922:

Os sucessos desta época, pela gravidade que assumiram, em face dos princípios e das instituições do momento, refletem já os primeiros surtos do espírito novo, que se preparava para engrandecer e elevar a colônia.

No fim do 18º século, foi considerável a influência que teve sobre o desenvolvimento do Rio de Janeiro a descoberta das minas. A este propósito, escreve Lemos Brito:

O eixo econômico do país começa a deslocar-se desde o dia em que se verificou a extensão e a riqueza das minas. . .

Enquanto inesperadamente a população do sul da colônia tomava essas espantosas proporções, o norte, que se considerava já definitivamente estabilizado nas suas populações, viu-se definhando no êxodo crescente de suas unidades político-

administrativas. Nem o Rio de Janeiro escapou a este êxodo. D. Álvaro de Albuquerque, dirigindo-se ao governo da Bahia, declarava-lhe: A terra despovoou-se com as minas, constituindo elas um verdadeiro flagelo...

A exploração das minas deslocava aquele eixo para o sul. . . *Pontos de Partida para a História Econômica.*

Já era grande a navegação entre os portos da colônia e medidas fiscais vieram obrigar todos os navios a fundear no Rio de Janeiro. Assim freqüentado obrigatoriamente, achou o centro carioca um rápido escoadouro para toda a sua produção. As transações se multiplicavam em sua praça de comércio e aumentou em proporções o movimento da cidade.

O fechamento das estradas da Bahia e do Espírito Santo para as minas veio tornar também o Rio de Janeiro o ponto forçado de passagem. Outras causas econômicas (diminuição do valor do açúcar do norte, devido à concorrência das colônias inglesas) e causas políticas (questões platinas) deviam também influir mais tarde para acentuar a preponderância do Rio de Janeiro na vida da nação em formação.

Em 1680, foi a pedido da Câmara do Rio de Janeiro que, para acabar com as incertezas de limites, D. Pedro, o regente, mandou estabelecer, à margem esquerda do Prata, a Colônia do Sacramento. Foi o Governador Manuel Lobo incumbido da fundação e tudo foi feito exclusivamente com os recursos do Rio de Janeiro: este simples fato mostra quais eram então os recursos e as forças do centro carioca. Mas a Colônia teve influência prejudicial, drenando homens e dinheiro do Rio de Janeiro, determinando a crise econômica de 1685.

Entre os trabalhos públicos de maior vulto, realizados durante o fim do 17º século, destacam-se as obras de fortificação e as obras de canalização das águas do rio da Carioca.

A vida econômica da cidade. – Passada a fase da reconquista, entrou o núcleo de povoamento carioca numa fase de expansão, no fim do 16º século e no princípio do século seguinte.

Já aludimos ao desenvolvimento da cidade, na parte plana, entre os quatro morros mais próximos (Castelo, S. Bento, Santo Antônio e Conceição). Não foi menor o seu progresso material. Diz Rocha Pombo:

Toma grande incremento a colonização do vasto distrito estabelecendo-se em todas as ime-

dições muitos lavradores. Em todas as direções abrem-se caminhos para tráfego das fazendas, e convergindo todas para as águas do extenso lago-mar, pôde ser com muita vantagem aproveitada a facilidade de circulação marítima.

Os engenhos de açúcar são os primeiros a se multiplicar, necessitando esta expansão da mão-de-obra africana. De fato, até então tinha sido suficiente a mão-de-obra indígena. Pacificados os índios, depois da reconquista, tinham os antigos aliados dos franceses, ou se retirado para o interior, ou se submetido a uma quase servidão, auxiliando o trabalho agrícola dos colonos. Graças à catequese, os naturais do país, de boa índole, não representavam mais um problema a vencer na colonização da região. Cedo porém tomou-se escasso o braço indígena e tiveram os cariocas de recorrer a Angola.

A este propósito, diz Rocha Pita, aludindo às embarcações que saem da América portuguesa:

Quase outro tanto número de embarcações menores navega para a costa da Etiópia, a buscar escravos para o serviço dos engenhos, minas e lavouras, carregando gêneros da terra (menos ouro, que algum tempo levavam e hoje se lhes proíbe) algum açúcar e mais de cinquenta mil rolos de tabaco, de segunda e terceira qualidade. . .

Eram estas, por conseguinte, as exportações cariocas para a África. Mas os recursos da região eram também de pau-brasil do vale do Paraíba e de muitos gêneros de consumo local. Diz ainda Rocha Pita:

É abundante de muitas hortaliças, legumes, plantas, frutas e flores de Portugal, que todos os dias enchem a sua praça, parecendo pomares e jardins portáteis os seus redores são cultivados de aprazíveis e férteis quintas, a que lá chamam "jacaras". No seu reôncavo houve cento e vinte engenhos, os quais permanecem ao presente (1724) são cento e um, deixando de mover os outros, por se lhe tirarem os escravos para as minas; e a mesma falta experimentam as mais fazendas e lavouras, que foram muitas. Os seus campos são fecundíssimos na criação dos gados maior e menor, sendo tão numerosos nos dos Itacases (prolongados entre esta Capitania e a do Espírito Santo) que da grande cópia de leite que dão, se fazem perfeitos e gostosos queijos, na forma dos do Alentejo e chegam a muitas partes do Brasil fresquíssimos.

Criam os seus mares mariscos e pescados menos regalados que os das Províncias que ficam para o norte, mas na mesma quantidade. Há no seu distrito outros gêneros e culturas de preço e regalo; porém correndo para as minas muita parte dos moradores e levando seus escravos para a lavra do ouro, ficaram menos assistidas as outras fábricas; causa pela qual há menos açúcares e se experimenta alguma diminuição nos víveres.

A pesca era, de fato, um dos mais importantes recursos da colônia carioca, como aliás de todos os pontos colonizados do litoral. Sem campos de pastagem extensos e só com poucos gramados artificiais, o Rio de Janeiro do século XVII não dispunha da criação de gado em grande escala para a sua população crescente. Só depois de abertas as comunicações regulares com São Paulo é que pôde o Rio se abastecer de carnes. Era pois necessário recorrer ao peixe, aliás abundante nas águas da Guanabara, para alimentar a população carioca, que cedo tornou-se ictiófaga.

Era especialmente carne de baleia que fazia objeto do ativo comércio no Rio de Janeiro. Entravam as baleias em maio à procura das águas mais tranqüilas da baía para a época da cria e, até fins de agosto, permaneciam numerosas. O peixe, fugindo aos cetáceos, recolhia-se então nos baixos e recôncavos, tornando-se assim mais proveitosa a pesca.

O primeiro contrato da armação é anterior mesmo a 1583 e deu o nome à península da Armação e seu respectivo morro, na ponta de S. Lourenço, em Niterói. Eram principais produtos, além da carne, o chamado azeite de peixe, as barbatanas e os resíduos chamados "borra" (galagala) que, ligados à cal do Reino, davam às edificações uma consistência notável. Os contratos de armação eram uma fonte de rendas importante para a Fazenda Real e davam para o pagamento da "folha eclesiástica" (côngruas do bispo, do cônego e outros beneficiados da Catedral). Os depósitos de azeite de peixe eram na Lapa dos Mercadores e no bairro de S. José. Foi com o dinheiro ganho na armação que o contratador Brás de Pina, proprietário na Rua Direita, construiu o cais dos Mineiros. Um alvará de 1801 veio extinguir todos os contratos e mandou vender todas as armações, estabelecendo assim a liberdade das pescarias. Cada baleia, calculava-se então, dava 16 pipas de azeite e 15 arrobas de barbatanas.

Só foi mais tarde introduzida na cidade, pelo Conde de Resende, a iluminação das ruas a azeite de peixe em lampiões próprios. Era um grande progresso sobre os candeeiros que, acesos pelos fiéis diante dos nichos, eram os únicos lumináres das ruas estreitas e escuras. Durou o azeite até o gás, inaugurado, em 1854.

As invasões francesas – A grande extensão territorial do Brasil e o isolamento relativo de suas respectivas regiões, do extremo-norte, do norte, do interior e do sul, explicam o número e diversidade dos interesses políticos e econômicos que preocupam cada região. No 18º século, mais talvez do que em qualquer outro período de nossa história, salienta-se este individualismo político-econômico, porque surgem ao mesmo tempo crises de grande importância na formação da nacionalidade, em diferentes zonas do país. O princípio do século assiste aos últimos descobrimentos da expansão dos bandeirantes paulistas em Goiás e Mato Grosso, à Guerra dos Emboabas em Minas, às revoluções nativistas contra os mascates em Pernambuco, às invasões francesas no Rio de Janeiro, à colonização do Rio Grande do Sul e consolidação da ocupação da Colônia do Sacramento. Eram, pois, preocupações de tão alta importância política e administrativa que todas, ao mesmo tempo, assaltaram o espírito da administração colonial.

Só à vista deste sincronismo dos acontecimentos, levando em conta a mentalidade de um governo que, naquela época, visava quase exclusivamente à exploração das minas, recentemente descobertas, só assim pode ser compreendido e interpretado o incidente da ocupação do Rio de Janeiro pelos franceses.

Na Guerra de Sucessão de Espanha, desencadeada na Europa pelas pretensões de Luís XIV, tomara Portugal parte contra ele, em favor dos aliados. Os franceses corsários e contrabandistas, desde 1695, vinham freqüentando o porto do Rio de Janeiro e introduzindo clandestinamente mercadorias. Era principalmente por via da ilha Grande que entravam os contrabandistas. Multiplicavam-se as causas de conflitos, e aproveitaram os corsários franceses do estado de hostilidade para incursões militares organizadas e para a ocupação e saque de tão importante centro econômico, como já era o Rio de Janeiro.

A primeira invasão foi em 1710, chefiada por João Francisco Duclerc, natural da Guadalupe. Repelida a sua esquadra pela fortaleza de Santa Cruz, velejou para a ilha Grande e voltou para a ponta de Guaratiba, onde desembarcou cerca de mil homens. Levou uma semana a marcha sobre o Rio de Janeiro, passando os franceses por Camorim, Jacarepaguá e Engenho Velho. Nada fez para

detê-los, nos morros e matas dos subúrbios, o Governador Francisco de Castro Morais, ficando entrincheirado no chamado Campo do Rosário, entre os morros da Conceição e de Santo Antônio. Foram habitantes da cidade e estudantes guiados por Amaral Gurgel e frei Francisco de Meneses que deram combate aos invasores. Duclerc, ao chegar ao Largo da Sentinela (esquina de Frei Caneca e Riachuelo), contornou os morros para evitar a trincheira do Campo do Rosário e passou pelas atuais Ruas Evaristo da Veiga e Chile, sob o fogo das baterias do Castelo. Alcançou o trapiche da Cidade e aí fortificou-se, esperando socorro da esquadra. Depois de vários combates, foi obrigado a render-se com cerca de 650 homens. Tempos depois, era Duclerc misteriosamente assassinado na casa em que residia, na esquina das atuais Ruas da Quitanda e General Câmara. O fato foi determinado por motivos de vingança particular e não de ordem política.

Em setembro de 1711 deu-se a segunda invasão francesa, chefiada por Duguay-Trouin, que com 6.200 homens, 738 bocas de fogo em 18 vasos de guerra, veio vingar a malograda tentativa do ano anterior. Começaram os franceses tomando a ilha das Cobras. Em seguida, desembarcaram na praia da Gamboa e ocuparam em três grupos os morros vizinhos. Recusada a rendição, principiou o bombardeio em noite de trovoadas, relâmpagos e chuva forte. Operaram, então, novo desembarque, ao pé do morro de S. Bento, e dominaram a resistência. O incapaz Governador Castro Morais tinha fugido para Iguaçú, e, retirados os defensores da cidade, foi ocupada esta pelo inimigo. Os 6.000 homens de Antônio de Albuquerque, vindos de Minas para socorrer a cidade, chegaram tarde e só determinaram Duguay-Trouin a precipitar a evacuação, mediante resgate de 600.000 cruzados, fora os despojos do saque. Diz João Ribeiro:

Por falta de ânimo e prudência foi o inepto governador duramente condenado a degredo perpétuo e seqüestrados os seus bens. O governador, todavia, era menos culpado que os seus companheiros e auxiliares. Nesse tempo a preocupação das riquezas das minas havia, com o espírito das especulações, amortecido o sentimento militar.

Hoje está provado que Francisco de Castro só dispunha de 1.600 homens para resistir em combate, dos 2.200 que contava a guarnição; os demais estavam nas fortalezas. O erro talvez tenha sido de não resistir até a chegada de Antônio de Albuquerque. Além disso, os defensores enganaram-se contando com a repetição pelos franceses das inépcias de Duclerc.

Logo em seguida tomou posse do governo Antônio de Albuquerque, por aclamação do povo e da guarnição.

Foram governadores da Capitania do Rio de Janeiro, de pois de Francisco de Castro Morais: Francisco de Távora, até 1716, Antônio de Brito Meneses e Aires de Saldanha, de 1719 a 1725.

Durante o governo de Távora, cuidou-se da reconstrução das fortificações e da devassa sobre os responsáveis do desastre de 1711. Além do ex-governador, foram vários oficiais condenados à deportação para Angola. Passou então o Rio de Janeiro por um período de crise social de violências e assassinatos, destacando-se especialmente as rivalidades entre as três famílias – os Gurgéis, os Velhos e os Barbalhos – perturbadoras da ordem pública. O governador em várias ocasiões teve de entrar em conflito com a Câmara e o Juiz de Fora, a propósito de doações de terras.

Na administração de Aires de Saldanha, abre-se um período de obras públicas ativas: faz-se o calçamento de várias ruas, adiantam-se as obras da Carioca. Para reprimir a pirataria, estabelece o governador o imposto da "nau guarda-costa", cobrado por cabeça de negro importado e por navio entrado. Cuidou também Aires de Saldanha da fiscalização dos registros: o que existia ao pé da serra da Boa Vista, onde pagavam à real fazenda por cavalos, negros e outros transeuntes destinados às minas, era mal guardado e oferecia caminhos ocultos. Foi então estabelecido o registro na passagem do caminho novo pelo rio Paraibuna.

O fato mais característico deste período histórico é o papel internacional da capitania do Rio de Janeiro, que pouco a pouco vai tomando maior importância com os acontecimentos do Sul. O Tratado de Utrecht (1715) tinha restituído a Portugal a Colônia do Sacramento. A partir deste momento, cabia ao Governador do Rio de Janeiro a execução do programa político traçado em Lisboa. Surgiam, a este propósito, dificuldades com o governo de Buenos Aires, empenhado em povoar Montevidéu. Em 1723, enviou Aires de Saldanha uma força para ocupar e defender o presidio de Montevidéu. Já no governo de Brito Meneses tinha-se cuidado da colonização da ilha de Santa Catarina e do Rio Grande.

Os últimos governadores – Em 1725 chegou ao Rio um novo governador, Luís Vafa Monteiro, "administrador de atividade extraordinária e de simplicidade rude", diz Eduardo Marques Peixoto que compilou e publicou na *Revista do Instituto Histórico* extratos dos 15 volumes que formam a obra escrita deste governador, conservada no Arquivo Nacional:

Achava-se a Capitania entregue à anarquia do fisco. Era grande o contrabando, escreve Marques Peixoto, teve Vafa de sustentar luta forte com os defraudadores da fazenda real, impedindo a saída clandestina de objetos da Alfândega e de navios mercantes.

E, devido à severidade de medidas que adotou, não só com relação à renda real, mas com todas as outras questões de interesse para a Corte, houve contra Vaía terrível corrente de oposição aos seus atos.

O poder de que sempre gozou o magistrado, neste ponto do domínio português, era, naquela ocasião, demasiado. E se alguns homens de justiça moderaram as suas atribuições, outros se excederam, de forma a fazer frente aos atos dos Governadores, em administração quase que militar.

Outro poder que impunha obediência era, sem dúvida, a ordem religiosa. . . Vafa não duvidou em ir ao encontro da ordem religiosa. Obrigou a determinados atos seus as confrarias religiosas, como a de S. Bento, castigando com o desterro – a 80 léguas do mosteiro – o abade.

E tais foram esses atos que a Corte de Portugal teve que intervir. Vafa usou de meios enérgicos para impedir que por uma cerca do mosteiro passasse contrabando, provou a ilegitimidade da posse da ilha das Cobras pelos frades, e entrou nas lutas que muito interessam à história local com muita dignidade.

Também, por ocasião do descaminho do ouro, foi notável a sua energia. Os extravios do ouro em 1730 deram lugar a uma ação judicial contra os criminosos, apesar das dificuldades promovidas pelo ouvidor. O próprio Conselho Ultramarino foi eco das falsidades levantadas contra Vaía Monteiro. Na mesma época escrevia ele a El-Rei:

Depois de ter descoberto que se fundia ouro fora das casas reais de fundição para furtar os reais quintos, achei por único remédio evitar este roubo, enquanto V. M. não dava outra providência, ordenar que nesta casa da moeda se fizesse assento de todas as barras que entravam nela, e que não se entregasse o dinheiro às partes antes de fazer uma conferência com os ditos assentos e uma relação que mandei pedir aos governadores das Minas Ge-

rais e S. Paulo como já dei conta a V. M. considerando que com a notícia desta providência se não atreveria ninguém a fabricar as ditas barras. . .

A oposição que sofreu por parte dos poderes públicos da cidade, por parte dos cidadãos mais influentes e por parte da própria metrópole, de onde lhe chegaram veementes admoestações, determinou em Vafa Monteiro um abalo cerebral que acabou em alienação mental. Foi no período de demência que recebeu do povo a alcunha de "Onça". Em 1732 foi o governador deposto pela Câmara, vindo a falecer no ano seguinte.

Figura incontestável, superior à de Rui Vaz Pinto, o honesto e dedicado Vafa teve a infelicidade de intrometer-se na jurisdição da Câmara, o que prova mais uma vez a crescente vitalidade das instituições municipais entre nós. No "tempo do Onça" eram tratados sem as formalidades prescritas os oficiais camaristas, por isso que, segundo a expressão de Monsenhor Pizarro (*Memórias do Rio de Janeiro*) "falava-lhe a constância no modo civil" e tinha "procedimentos desconformes da razão".

O governo de Gomes Freire – Marca também um período saliente na história do Rio de Janeiro, no 18º século, o governo de Gomes Freire de Andrade, de 1733 a 1763, o melhor dos governadores dos tempos coloniais, na opinião de Varnhagen. Recolheu a sucessão de Vafa Monteiro, numa época em que o contrabando do ouro e a legislação mineira preocupavam o governo da metrópole.

Sucederam-se três sistemas: tributo por bateia, imposto das quintas, regime da capitação.

Diz Alexandre Max Kitzinger, na *Revista do Instituto Histórico*:

O Governo de Gomes Freire de Andrade, mais tarde Conde de Bobadela, durou perto de trinta anos. Este governador, que bem mereceu do povo o nome de "Pai da Pátria" e é o herói do poema épico "Uruguai", de José Basílio da Gama, prestou relevantes serviços ao Rio de Janeiro: edificou o convento de Santa Teresa; erigiu o chafariz de pedra-mármora no largo do Palácio; reconstruiu o aqueduto da Carioca; fez a dupla ordem de arcarias de volta inteira; recolheu os lázaros em dois prédios, em S. Cristóvão, e lançou a primeira pedra da catedral do Rio de Janeiro. Em 1743, mandou construir, na Praça do Carmo (depois Largo do Paço, o novo edifício para

residência dos governadores, e, junto à fonte da Carioca, um tanque de lavar para serventia da população.

De todas as águas que abasteciam então o Rio de Janeiro eram as mais afamadas, pela sua frescura e suas virtudes de embelezar a cútis e de suavizar a voz, as Águas da Carioca. Os mananciais de Santa Teresa, perfazendo cerca de oitocentos mil litros diários, são ainda hoje encaminhados para o reservatório do Silvestre, no local chamado Mãe d'Água, um dos passeios preferidos dos cariocas, no 18^o século.

A canalização destas águas tinha sido iniciada sob o governo de João da Silva e Sousa, em 1673; mas os trabalhos tinham sido várias vezes interrompidos e os planos modificados. Só chegaram ao alcance da população urbana as águas em 1723.

Coube a Gomes Freire dar o passo definitivo com a construção de 1744 a 1750 do grande aqueduto da Carioca que liga os morros de Santa Teresa e de Santo Antônio. A extensão percorrida pelas águas captadas é de cerca de 12 quilômetros. São 42 os arcos construídos, e medem 17 metros de altura. Esta obra de engenharia colonial é de tal solidez que, de aqueduto que era, pôde passar a ser viaduto.

Quanto ao chafariz do Largo da Carioca, retirado em 1926, datava de 1834 e tinha substituído a antiga fonte da Carioca.

Ordenou ainda o previdente governador a edificação da fortaleza da Conceição, e prosseguiu as obras da fortaleza da ilha das Cobras, principiadas por seu imediato antecessor, Luís Vafa Monteiro, aumentando-lhe o plano de fortificações, e construindo outros fortins igualmente úteis. Veio tomar a direção destes trabalhos, mandado pela Corte, o brigadeiro José da Silva Pais, primeiro governador da capitania de Santa Catarina, criada por provisão de 11 de agosto de 1738.

Em 1752 embarcou para o Sul, como plenipotenciário do rei de Portugal, a fim de dar execução ao tratado de Madri de 13 de junho de 1750, no que dizia respeito à demarcação dos limites do Brasil com as possessões espanholas. (Alexandre Max Kitzing. *Revista do Instituto Histórico*, tomo LXXVI).

Viajou muito pelo Brasil o Conde de Bobadela, indo a Minas, ao Rio Grande e a Cuiabá. Em 1751 foi instituída a Relação do



Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, último governador (1733-1763). AGCRJ

Rio de Janeiro, com alçada igual à da Bahia. O Rio tinha então cerca de 30.000 habitantes.

Coincidiu a segunda parte da administração de Gomes Freire com a primeira fase do governo do Marquês de Pombal, em Portugal. Nomeado pelo rei "brasileiro" D. João V, foi também digno representante do grande ministro de D. José.

Diz Oliveira Martins:

O sistema das idéias político-econômicas e as condições novas criadas pela paz de Utrecht na Europa levaram à definição pura do regime centralizador e protetor. É o Marquês de Pombal quem, por várias formas, extingue finalmente o que restava ainda dos primitivos direitos feudais dos donatários, reunindo toda a autoridade nos governos dependentes da coroa. . .

A colônia constituía-se rapidamente em nação; e uma emigração abundante, excessiva até para as forças da metrópole, engrossava por toda parte os núcleos constantemente criados. . .

O sistema de monopólios protetores era, então, considerado como o melhor modo de fomentar o progresso econômico. . .

São estes, pois, os princípios que serviram de base à política colonial de Portugal durante o período pombalino e que se traduzem, em relação ao Brasil, pela animação à agricultura, pela criação das grandes companhias de comércio com monopólios, pela libertação dos indígenas, pelas reformas da legislação e pelo impulso dado à instrução pública.

Desculpando os atos de paixão malevolente e vingativa do grande português, diz Latino Coelho: "mas o Marquês de Pombal era, no governo, mais do que um homem, era a idéia da revolução", e deve ser julgado como um destes "agentes sinistros do progresso".

Gomes Freire interpretava bem o espírito liberal da sua época, quando reunia, em seu palácio, a Academia dos Felizes e promovia em 1747 a fundação da primeira imprensa que se montou no Rio de Janeiro e foi imediatamente fechada por ordem do Conselho Ultramarino. Criou, além disso, o governador a "Aula de Artilharia" e os seminários de S. José e de S. Pedro, de acordo com o bispo Guadalupe.

Em relação aos índios, cuja situação social sempre fora o objeto de hesitações e contradições na legislação colonial, veio o alvará de 1755 reconhecer os casamentos de vassalos com índias e índios, como "dignos da Real atenção" e mesmo para os descendentes.

tes "preferência para os ofícios que houver nas terras em que viverem..."

A administração de Gomes Freire no Rio de Janeiro foi um tanto prejudicada pelas ocupações de ordem político-militar que o retiveram cerca de sete anos no extremo sul do país.

A obra de colonização que ele realizou em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, com o auxílio de Silva Pais, foi considerável e cedo produziu resultados satisfatórios: em fins do século, já era o Rio Grande produtor de trigo e de carne, ao ponto de abastecer o Rio de Janeiro.

Mas a Colônia do Sacramento, em realidade uma colônia carioca, como vimos, tinha sido cedida aos espanhóis em troca dos Sete Povos das Missões. As discussões sobre delimitações com o plenipotenciário espanhol Valdelirios, a oposição dos indígenas, as representações dos jesuítas, as necessárias expedições militares transformaram a missão diplomática de Gomes Freire em missão militar. O trabalho de demarcação não pôde ser feito e Bobadela voltou ao Rio, em 1759.

Em 1761, rebentava nova guerra entre os Bourbons de França e da Espanha contra a Inglaterra e Portugal. Uma convenção tinha anulado o tratado de Madri, mas o espanhol Ceballos aproveitou a ocasião para invadir os territórios do sul.

Diz Kitzinger.

Chegada em 5 de dezembro de 1762 ao Rio de Janeiro a notícia da perda da Colônia do Sacramento pela capitulação do Governador Silva da Fonseca, tanto pesar sentiu o Conde de Bobadela, e tão sentido ficou por lhe lançar o comércio desta praça, ferido em seus interesses, a culpa deste acontecimento, que caiu no leito, do qual não mais se levantou.

Conforme manuscrito da Biblioteca Episcopal Fluminense *Revista do Instituto Histórico*, tomo II), Gomes Freire:

...se fez condigno de grandes elogios e de ser numerado na série daqueles famosos governadores, que vagarosamente produzem os séculos, de que há raros exemplos na História. Seu respeitável nome será indelével nos fastos destas Capitâneas pelo seu talento e virtudes, entre os quais foram predominantes o desinteresse, castidade e zelo do serviço de S. Majestade, a justiça e o amor com que regia os povos...

Morreu a 1º de janeiro de 1763, pouco tempo depois de ter sido nomeado Vice-Rei do Brasil. Dias depois era transferida para a cidade do Rio de Janeiro a sede da capital da Colônia. Eram motivos de ordem econômica e estratégica que ditaram a Carta Régia de 27 de janeiro que efetuou a transferência.

As lutas com os espanhóis do Rio da Prata, a exploração e fiscalização das minas, a separação das capitanias de Minas e São Paulo, com governo próprio e a necessária colonização das capitanias do Sul, obrigaram, assim, a metrópole à escolha de uma capital mais meridional para a grande colônia sul-americana, onde surgiam, no fim do 18º século, novos interesses econômicos e novos objetivos políticos.

A expulsão dos jesuítas – Tinha sido valioso o auxílio dos padres jesuítas nos primeiros tempos da fundação da cidade. Um terreno espaçoso tinha sido dotado à Companhia no morro do Castelo, onde foi construído o Colégio. Cedo foi criada a Prelazia do Rio de Janeiro, com jurisdição eclesiástica separada da Bahia (1577). A pedido do regente D. Pedro, uma bula pontifical de 1676 criou o Bispado do Rio de Janeiro, sendo D. Frei Manuel Pereira o primeiro titular da sé episcopal. O Bispo Alarcão foi o segundo. O terceiro, D. Francisco de S. Jerônimo, construiu o palácio episcopal no morro da Conceição e iniciou o Convento da Ajuda. Sucedeu-lhe o Bispo Guadalupe, fundador da igreja de S. Pedro, do Aijube e do Colégio de S. José.

Durante o governo de Bobadela, era bispo do Rio de Janeiro um monge beneditino, transferido da Sé de Angola, D. Frei Antônio do Desterro, que terminou o convento da Ajuda e fez parte da junta de governo que sucedeu ao vice-rei, em 1763.

Já aludimos ao desenvolvimento que tinham tomado no Rio na capitania outras congregações religiosas. Mas incontestavelmente a mais ativa e mais rica era a Companhia de Jesus, que não só trabalhava muito para a educação do povo e o adiantamento das artes e letras, como também para a prosperidade material das regiões colonizadas.

Além do colégio, possuíam os padres, em 1750, as fazendas do Engenho Velho, do Engenho Novo, de S. Cristóvão e de Santa Cruz, sem falar das de Macaé e Goitacases. A influência sempre crescente da Companhia, sua poderosa organização não deixavam de impressionar profundamente o espírito dos poderes públicos da Europa ocidental, no 18º século. De um lado, o espírito filosófico do século, do outro, a oposição surda e talvez a inveja do próprio clero determinaram uma hostilidade contra a Companhia. Pombal, imbuído

do espírito da época e resolvido a defender as prerrogativas do despotismo civil, deixou-se levar também pela tendência que tinham então os Bourbons de França e da Espanha a considerarem os jesuítas como os mais irredutíveis sustentáculos do prestígio e da força de Roma.

A conspiração de Távora contra El-Rei, o papel impreciso que desempenharam os jesuítas na resistência dos guaranis das Sete Missões, alguns abusos também, foram as razões que ditaram a Carta Régia de 4 de novembro de 1759, pela qual o Conde de Bobadela recebeu ordem de Lisboa para prender e deportar os padres jesuítas.

O Bispo D. Frei Antônio do Desterro acolheu as instruções com agrado, e lançou uma pastoral virulenta contra os jesuítas, suspendendo-os de suas funções eclesiásticas. Tinha-se criado a lenda do "tesouro" dos jesuítas, escondido no morro do Castelo, e uma execução rápida permitiria assim apoderar-se de grandes riquezas. O colégio foi cercado, ficando os padres sitiados; os bens foram seqüestrados e inventariados pelo desembargador Capelo; mas, ou porque já previam o golpe os padres da Companhia, ou porque realmente não possuíam as riquezas que se lhes atribuíam, não foi proveitosa a execução das medidas tomadas.

Cerca de duzentos padres da Companhia foram, por ordem do governador, embarcados na nau Nossa Senhora do Livramento, a 14 de março de 1760, e deportados para Lisboa, onde ficaram presos durante dezoito anos os que conseguiram sobreviver aos maus-tratos.

A devassã tirada pelo Bispo Desterro contra a Companhia teve, em 1761, uma abundante contribuição trazida pelo padre Horta da Silva Capeda, egresso da Companhia e mais tarde vigário de Jacarepaguá; foi esta a *Relação sobre o deplorável estado a que chegou a Companhia nesta Província do Brasil*. O número de fatos citados, enumerados por ordem cronológica e por colégios ou estabelecimentos, é uma das mais formidáveis acusações jamais levantada contra uma instituição humana. Acha-se reproduzido o manuscrito nas obras de Vieira Fazenda (*Revista do Instituto Histórico*, tomo LXXXIX).

A Capital dos Vice-Reis

Os primeiros vice-reis – Os desastres da guerra do Sul, queda da Colônia do Sacramento e invasão do Rio Grande por Pedro de Ceballos coincidiram com a morte de Bobadela e vieram provar a urgência de centralizar no Rio de Janeiro a defesa e a resistência da colônia portuguesa. A carta régia, sabiamente inspirada pelo Marquês de Pombal, veio assim dar uma nova orientação aos destinos do Brasil. Era um resultado de sua natural expansão, o primeiro passo na sua missão histórica no Prata. Abria-se, pois, uma fase crítica e difícil com a criação do vice-reinado do Brasil. Por felicidade, encontrou a metrópole homens como o Conde da Cunha, o Marquês do Lavradio e Luís de Vasconcelos para enfrentar a situação e orientar a administração colonial.

Ao assumir o governo o Conde da Cunha, reinava uma efervescência política que se traduzia em tentativas de sublevação. As finanças estavam más e a defesa insuficiente. Pombal mandará então ao Brasil dois oficiais, Henrique de Bôhm e Jacques Funk para a reorganização dos corpos militares e da defesa. O Conde da Cunha modificou um tanto as condições sociais do Rio de Janeiro: limitou as ordenações que aumentavam o clero e diminuían o exército, extinguiu os ourives, procurou combater os excessos de luxo e despesas.

Diz Felisbelo Freire:

O Conde da Cunha estava adiante de seu tempo. O seu grande talento, a grande perspicácia do seu espírito, faziam-no um homem superior a seu meio. Como administrador intransigente e justo, havia de criar resistência e antipatias, como aconteceu no Rio de Janeiro, cujo meio, naquela época, reclamava as mais diretas medidas para curar de defeitos que estavam inveterados.

O Conde da Cunha levantou contra o seu governo a oposição e o ódio dos negociantes poderosos do Rio de Janeiro e dos contrabandistas. Mais indulgente tinha-se mostrado Gomes Freire. Foram esquecidos os seus serviços, reedificação das fortalezas, criação de hospitais, construção de novo arsenal. A metrópole censurou as suas medidas relativas a preparações militares no Rio Grande em vista de reconquistar a Colônia do Sacramento, por ter o governo

de Lisboa entrado em negociações com o governo de Madri e ter-lhe dado satisfações:

Diz Vieira Fazenda:

Pondo de parte as suas rabugices – foi o Conde da Cunha um dos melhores administradores dos tempos colônias. Se implicava com os “pardos de capote”, que usavam chapéus desabados à espanhola, se para formar os terços milicianos recorreu a rigoroso recrutamento, se nas obras públicas, feitas por administração, introduziu o ponto dos operários, se em sua correspondência chama os cariocas de moles para o serviço militar, não é menos verdade que o Vice-Rei realizou grandes medidas, construiu edifícios e pela execução de seus deveres incompatibilizou-se com quase todas as classes sociais. . .

Perseguiu, é verdade, os ourives, em virtude das ordens da metrópole; mas distinguindo os verdadeiros dilapidadores da Fazenda Real e os contrabandistas, advogava a causa de quatrocentos operários que ficavam sem pão.

Já que no Colégio dos Jesuítas não tinha sido encontrado o tesouro que, na opinião de Pombal, devia dar para calçar de prata todas as ruas de Lisboa, pensou o Conde da Cunha em remover para lá a residência dos vice-reis. Era necessário um caminho novo, pois a ladeira não dava trânsito para carruagens de quatro rodas (paquebotas). A idéia do Vice-Rei era afastar-se do centro de infecção que era então a casa dos governadores, situada entre a cadeia repleta de presos e as “cabanas da quitanda”, na atual Praça Quinze de Novembro. Ao ter notícia da vinda de seu sucessor, desistiu da idéia e ficou na casa baixa.

São do Conde da Cunha as seguintes palavras, extraídas de um ofício, dirigido a Furtado de Mendonça, irmão de Pombal:

Conhecendo-se que o prêmio e o castigo são os dois pólos em que se firmam as monarquias, e que o equilíbrio em sua distribuição é a segurança que humanamente podem ter, vê-se claramente que não é possível haver boa ordem e regularidade no governo destes imensos Estados e dos seus inumeráveis habitantes, não tendo o seu vice-rei, ou governador, meios com que premiar os bons, e só sim, faculdade com que castigar os maus, pelo que esta desigualdade em quem aqui governa, ou governar, o há de fazer sempre pouco amado e não pontualmente

obedecido. (Fernandes Pinheiro, *Revista do Instituto Histórico*, t. XXX)

Foi substituído em 1767 pelo Conde de Azambuja, que continuou preocupado com a questão da defesa militar durante os dois anos de sua administração.

O governo do Marquês de Lavradio – Veio então da Bahia o novo Vice-Rei, Marquês de Lavradio, que ficou dez anos à testa da administração colonial. Começou pondo em execução várias obras de fortificação anteriormente planejadas. Datam deste tempo a fortaleza do Pico, acima da fortaleza de Santa Cruz; construiu os redutos do Leme de S. Clemente, fortificou os morros de S. Bento e de S. Januário, melhorou as fortalezas da ilha das Cobras, S. João, Lajes, Boa Viagem e Gragoatá. As obras de defesa do lado da terra, ditadas pela experiência da invasão francesa, ainda apresentam hoje vestígios de muralhas (acima do Túnel Novo).

Reorganizou também a guarnição da cidade, criando novos corpos, apesar da oposição.

Compreendendo as grandes inconveniências das demandas judiciárias, o Marquês de Lavradio procurou servir de elemento pacificador entre as partes, resultando disto queixas dos juízes, em vista da diminuição dos seus lucros (Felisbelo Freire).

Não descuidou tampouco dos interesses materiais da cidade. Fiscalizando a escolha dos vereadores da Câmara, promoveu obras públicas de grande utilidade, construção de pontes e fontes, currais e matadouros públicos, entulhamento de pântanos, etc. Prestou especial atenção aos dinheiros públicos, removendo o cofre da casa de morada do tesouro para a Casa da Moeda, em seguida a um grande desfalque sofrido pela Fazenda Municipal.

A importação de negros da costa d'África era naquele tempo feita sem o menor cuidado de higiene e de decência. Desembarcavam seminus, em promiscuidade, contaminando muitas vezes a cidade. Determinou o Vice-Rei o desembarque na Alfândega e escolheu um subúrbio, o Valongo, para encaminhá-los à espera de compradores. Antes de seguirem para seus destinos, eram os negros concentrados no Campo de S. Domingos, onde estabeleceu acomodações.

Foi notável especialmente a obra econômica do Marquês de Lavradio. O comércio do Rio estava, salvo poucas exceções, entre

às mãos de comissários, poucos eram os negociantes, por conta própria. Apesar da "Aula de Comércio" então existente, reinava grande atraso nas práticas comerciais, o que muito prejudicava a produção, pois não havia mais quem remetesse os produtos do país para a Europa, que não conhecia os diferentes gêneros oferecidos. Para importação dava-se o mesmo: só entrava o que vinha em consignação. Os males principais eram os "comissários volantes", isto é, viajantes que importavam sem pagar, trazendo fazendas como bagagem sua e prejudicando os negociantes pela concorrência desigual, e a falta de transportes para remessas para a Europa.

Minas, entretanto, se desenvolvia e sua população, aumentando, se tornava pouco a pouco independente do mercado do Rio, procurando estabelecer em suas fazendas as principais indústrias de que necessitava.

Assim nascia a nossa indústria de tecidos. Diante do prejuízo assim causado ao comércio do Rio, o Marquês de Lavradio procurou suprimir a autonomia econômica de Minas. Daí o alvará malfadado de 1785, que limitou a nossa indústria aos tecidos grosseiros para o uso dos escravos. Os interesses da metrópole eram, aliás, de suprimir a concorrência brasileira na indústria.

O Vice-Rei criou no Rio de Janeiro, no sítio da Glória, uma feira anual, durante o tempo seco em que se prestavam as estradas de Minas a serem transitadas. Era um meio de provocar maior intercâmbio com a capitania interior e dar escoamento às mercadorias acumuladas. Prejudicava muito o comércio do tempo a dívida de cerca de cinco milhões de cruzados que a metrópole tinha então com a praça do Rio. Sugeriu o Vice-Rei a venda das fazendas dos jesuítas em troca dos créditos da Fazenda Real para pagamento da dívida.

A fazenda de Santa Cruz dava bons lucros com a criação do gado e os fornecimentos ao exército. Lavradio animou também a lavoura, especialmente a do café e do anil, a compra do qual era monopólio do Estado.

A partir de 1774, porém, a atenção do governo do Rio teve de se concentrar nos acontecimentos do Sul, onde recrudescia a atividade dos espanhóis. Partiu Henrique de Bôhm para o Rio Grande, a chefiar o exército enquanto G. MacDowel comandava a esquadra. Mais de 20.000 homens enfrentavam a invasão de Ceballos, em Santa Catarina. Apesar dos esforços de Lavradio, capitulou sem combate o general Furtado de Mendonça, comandante da ilha (1777). Seguiu-se a morte del-Rei D. José, a queda de Pombal e a suspensão das hostilidades com o Tratado de Santo Ildefonso. A nossa fronteira recuou até o rio Piratini. Foram improcedentes as acusações feitas ao Marquês de Lavradio a respeito dos acontecimentos do Sul, mas tor-



Fachada da Igreja de São Francisco de Paula, edificada em 1757-58. MIS

nou-se necessário a sua substituição no vice-reinado, pouco tempo depois.

Luís de Vasconcelos – Assim veio representar no Rio a nova situação política de Portugal o capitão-general Luís de Vasconcelos (1779). Os onze anos de seu governo foram marcados por consideráveis melhoramentos e embelezamentos da cidade e grandes impulsos dados à produção industrial em todo o país.

Em matéria de obras públicas foi alargado o Largo do Palácio (atual Praça XV de Novembro), sendo removido para a beira-mar o chafariz que hoje se acha no meio da dita praça, graças ao terreno ainda ganho sobre o mar. Luís de Vasconcelos construiu o primeiro cais que, daí, segundo o seu projeto, devia alcançar a Glória. Entre a Ajuda e a Lapa, entulhou um pântano e construiu o Passeio Público, abrindo a Rua das Belas Noites (hoje das Marrecas) e edificando a fonte das Marrecas. Estas medidas tomaram o quarteirão dos mais aprazíveis e procurados para edificação das casas de morada. Criou a Casa dos Pássaros, início do Museu Nacional; estabeleceu uma casa de castigos para escravos, no Calabouço, a fim de evitar os castigos excessivos aplicados pelos senhores, atenuando assim um dos males da vergonhosa instituição de que sofremos durante mais de três séculos.

Em relação ao comércio, à indústria e à agricultura, foi profícua a sua administração. Reconstruiu a Casa da Alfândega, amoldando-a às necessidades da importação. Promoveu a indústria do anil, com auxílio dos cofres públicos, animou a exploração das terras de mineração, o plantio do cânhamo e do trigo no Rio Grande do Sul.

Era crítica a situação financeira do vice-reinado: houve crise monetária em Minas e entre as medidas tomadas para fazer frente às necessidades do tesouro, recorreu Luís de Vasconcelos ao expediente das loterias, destinado infelizmente ao mais franco sucesso entre nós.

O Conde de Resende e a Inconfidência – Sucedeu a Luís de Vasconcelos, em 1790, o Conde de Resende. Marcou a sua posse um incêndio do Senado da Câmara, em que desapareceram quase todos os documentos do Arquivo da cidade. Tratou desde o princípio das necessárias reparações das fortalezas e da defesa dos morros da cidade. Foi durante a sua administração construída na Prinha a primeira fragata brasileira.

Dedicou especial atenção à viação urbana: calçou as anti-

gas valas da Rua do Cano e da Rua da Vala, abriu a Rua dos Inválidos. Mandou aterrar os Campos da Lampadosa e de Santana. Tratou também da iluminação dos logradouros públicos.

A Conjuração Mineira, dando ao movimento separatista do Brasil o seu primeiro impulso e realização, tinha tomado como pretexto a oposição à cobrança do imposto do "quinto" na Capitania de Minas. Já tinham os conjurados entrado em correspondência com Thomas Jefferson, e cogitavam em obter o auxílio dos partidários da Revolução Francesa.

Foi durante o governo do Conde de Resende que se deu o último episódio da história da Conjuração Mineira, na cidade do Rio de Janeiro.

Escreveu, a este propósito, o historiador Noronha Santos:

Fracassada a Conjuração Mineira com a denúncia de Joaquim Silvério dos Reis, em carta que, a 11 de abril de 1787, escreveu ao Visconde de Barbacena, não tardou o governador das Minas de comunicar ao Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos, as graves ocorrências que se desenrolavam, e tão funda impressão deixou no ânimo de Vasconcelos a notícia que se apressou o chefe do governo geral na colônia em abrir rigorosa devassa.

Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes, que fora mascate em Minas Gerais e se fizera depois soldado, alcançando o posto de alferes do regimento de cavalaria paga naquela Capitania, era um dos denunciados. Ao Vice-Rei não se tomara estranha a demorada permanência do alferes no Rio de Janeiro, onde, pouco antes, estivera tratando junto ao Senado da Câmara da construção de moinhos em sítios abundantíssimos de águas e principalmente no das Laranjeiras ou Catete.

Com as informações que lhe chegavam aos ouvidos de haver sido conhecida pelo Vice-Rei a conjuração, procurou ocultar-se das vistas dos oficiais de granadeiros destacados para capturá-lo. Recorreu, então, Tiradentes a Inácia Gertrudes de Almeida, viúva de Francisco da Silva Braga, e moradora à Travessa da Alfândega, perto da igreja da Mãe dos Homens. A viúva, grata ao alferes por serviços profissionais prestados sem remuneração, pediu a seu sobrinho, o sacerdote Inácio Nogueira, morador à Rua N. S. Mãe dos Homens (trecho da atual Rua da Alfândega), para aboletar o tira-dentes em casa de Domingos Fernandes da Cruz, paulista, celibatário e

torneiro assistente na Rua dos Latoeiros (Gonçalves Dias, desde fevereiro de 1865); o que fez no dia 6 de maio do presente ano. (*Auto de perguntas de 22 de maio de 1789*, constante do processo da Inconfidência.)

A 10 de maio era ali preso Silva Xavier pelo alferes do regimento de Estremoz, destacado nesta cidade, Francisco Pereira Vidigal.

Em 1790, quando já eram divulgados todos os trâmites das inquirições, chegaram ao Rio de Janeiro, vindos de Portugal, o juiz da alçada, Dr. Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho, e os juízes desembargador Antônio Dinis da Cruz e Silva – extravagante – e Antônio Gomes Ribeiro – agravista. Pelo Vice-Rei Conde de Resende foi nomeado escrivão da alçada o desembargador dos agravos da Relação, Francisco Luís Álvares da Rocha.

A 21 de outubro de 1791, os juízes expediram aos réus a notificação de culpa, dando-lhes prazo de cinco dias para a defesa, que, nesse curto espaço de tempo, foi feita pelo advogado da Misericórdia, Dr. José de Oliveira Fagundes.

De 16 para 17 de abril de 1792 foram doze os pronunciados removidos para a Cadeia – a cadeia velha da Rua da Misericórdia. A 18, lavraram os juízes, desprezados os embargos, o acórdão condenando à pena de morte Tiradentes e alguns dos seus companheiros, que disso se cientificaram na manhã de 19, por intermédio do desembargador Francisco Luís Álvares da Rocha.

Quanto ao lugar exato da execução de 21 de abril de 1792, ainda não ficou bem determinado o ponto; há divergências entre historiadores. Deu-se, segundo Vieira Fazenda, na parte do Campo de S. Domingos à qual cabia o nome de “Campo da Polé”. Ficava o patíbulo na Lampadosa, pois os soldados da formatura estendiam-se até a Rua do Pioelho (hoje da Carioca).

A responsabilidade do Vice-Rei na execução do proto-mártir de nossa Independência se acha limitada do seguinte modo na valiosa opinião de Vieira Fazenda:

O próprio Vice-Rei não podia transigir porque devia, como presidente da Alçada, bem como os membros dela, ter presente o Decreto de 27 de maio de 1643, explicado e ampliado pelo Decreto de 6 de julho de 1752.

Havia, porém, uma carta régia de 15 de outubro de 1790, “guardada sigilosamente”, diz Noronha Santos – que permitia a comutação da pena em degredo.

Sucederam ao Conde de Resende, no vice-reinado do Brasil, D. Fernando José de Portugal, que tinha governado a Bahia e se tornou muito popular no Rio e, em 1806, o Conde dos Arcos, antigo governador do Pará e Rio Negro. A este coube o cuidado de preparar a capital colonial a receber a Corte Portuguesa que, forçada a abandonar Lisboa diante da invasão napoleônica, transferiu para o Rio a sede da monarquia. A esquadra dos refugiados transportou em 1808 nada menos de quinze mil pessoas. A Rainha de Portugal e o Príncipe Regente chegaram ao Rio de Janeiro a 8 de março e foram recebidos pelo povo da capital com ruidoso entusiasmo.

A Sede da Monarquia Portuguesa

Dom João VI no Rio de Janeiro – Durante treze anos foi o Rio de Janeiro capital portuguesa. A centralização dos serviços administrativos entre nós determinou uma rápida multiplicação de edifícios públicos (Arquivo Militar, Academia de Marinha, Imprensa Régia, Biblioteca, Real Horto, Museu, Escola Médica, Banco do Brasil, Casa de Suplicação, Junta do Comércio, Fábrica de Pólvora etc.).

As artes receberam particular impulso, no tempo de D. João VI. O Real Teatro S. João (depois S. Pedro de Alcântara e hoje João Caetano) foi inaugurado em 1813. Foram contratados, para a Escola de Belas Artes, os mestres franceses Taunay, Debret, Lebreton e Grandjean de Montigny, aos quais devemos muitas obras de arquitetura e de arte.

O nome que mais se salienta neste período da história carioca é o do Desembargador do Paço, Conselheiro Paulo Fernandes Viana, que o Regente escolheu em 1808 para Intendente de Polícia, cargo que exerceu até 1821.

O problema que preocupou em primeiro lugar o benemérito administrador foi o do abastecimento de água potável. Contratou mineiros possuidores de conhecimentos práticos no assunto e buscou, a uma légua, água do Barro Vermelho para o Campo de Santana, onde levantou um chafariz de dez bicas.

Removeu os presos da Cadeia Velha para a prisão eclesiástica do Aljube, para desafogar o Largo do Paço, onde se fixaram os soberanos.

Foi talvez o primeiro administrador que aqui se ocupou da questão social da organização do trabalho. Multiplicou as obras de utilidade pública para ocupar os braços das classes desprovidas. Mas, para resolver a questão do trabalho livre, que não conseguira vencer a concorrência dos que exploravam o trabalho de seus escravos por salários baixíssimos, ordenou Paulo Fernandes Viana a seus prepostos dar preferência ao trabalho livre, embora por preços mais elevados. Os exploradores do trabalho escravo clamaram em vão no Largo do Rocio pela destituição do “déspota da polícia”.

Cuidou também o Intendente de higiene pública, abolindo o uso das rótulas e gelosias de madeira, incômodas e prejudiciais à saúde dos moradores. Em poucos meses, em 1811, executou-se a

medida policial com obediência e satisfação, tão popular era então o Intendente.

A atividade de Paulo F. Viana não se limitou ao Rio de Janeiro: abriu estradas para o interior (Niterói–Maricá), colonizou as terras, estendeu a sua ação até Campos.

Os serviços prestados pela polícia da época ultrapassaram, pois, consideravelmente a alçada desta repartição, abrangendo os departamentos mais variados da administração municipal. No campo das obras públicas foi especialmente profícua a iniciativa de Paulo Fernandes Viana.

A nova organização econômica baseada na libertação comercial e industrial determinou um grande surto de oficinas e fábricas. A área urbana foi se estendendo.

Diz A. M. Kitzinger.

Como se deixasse em abandono já no meio da área urbana, uma vasta extensão de terreno insalubre e paludoso, cortado por um braço de mangue, aonde chegava a maré, cobrindo-o nas enchentes – quando a grandes distâncias do centro se edificavam chácaras e residências notáveis – tratou o Governo de extinguir aquele foco de infecção atmosférica, aproveitando-o ao mesmo tempo para dilatar e aformosear a cidade. Lembrou-se o Governo de ceder o terreno a particulares, que se comprometessem a secá-lo e utilizá-lo para construção de prédios, de acordo com uma planta, demarcando as ruas e praças da referida área. A fim de animar os capitalistas, isentou-os o Governo do imposto da décima por cinco, dez, vinte anos... Do Campo de Santana e da lagoa da Sentinela, dirigiu-se então a área da cidade, pelo aterrado, ou Rua das Lanternas (hoje Rua Senador Eusébio), através de ruas e praças – formando a Cidade Nova – para o arrabalde de São Cristóvão, ocupando o terreno que fora por todos até essa data desprezado...

Estendia-se então a cidade entre o rio Comprido e o rio das Laranjeiras e contava apenas 46 ruas e 19 largos.

Diz Oliveira Lima:

O Catete e Botafogo, isto é, os quarteirões desafogados, os bairros limpos e aprazíveis de hoje, não passavam então de arrabaldes, somente encerrando casas de campo.

As ruas estreitíssimas, lembrando mourarias; as vivendas sem quaisquer vislumbres de arquitetura, afora possíveis detalhes de bom gosto, um portal ou uma varanda; os conventos numerosos, mas simplesmente habitáveis, exceção feita aos de São Bento e de Santo Antônio, situados em eminências e mais decentemente preparados. . . o plano da cidade por fazer, cruzando-se quase todas as comportas num vale mais largo, sem cálculo, sem precauções mais do que as conservar no desenho um arremeto de tabuleiro de xadrez. . .

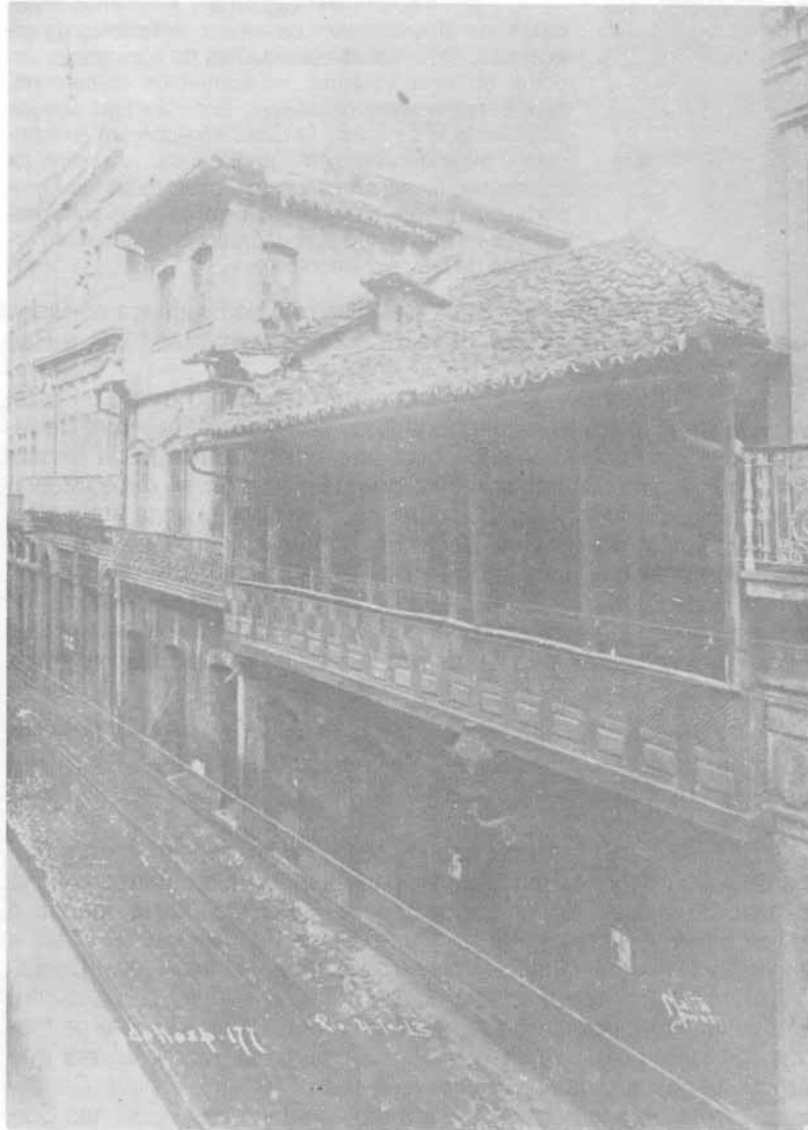
Foi durante a estadia da família real de Bragança no Brasil que veio a falecer no Rio de Janeiro, a 20 de março de 1816, a Rainha D. Maria I.

Filha de D. José e casada com seu primo e tio D. Pedro, era mãe de D. João VI, aqui chegado como Príncipe Regente. De fato, causas de família, abalos políticos e questões religiosas tinham abalado o espírito da infeliz rainha que passou a ter só raros intervalos de lucidez. Faleceu no Convento das Carmelitas, onde tinha seus aposentos, com 81 anos de idade. Foi pomposo o enterro da soberana que tinha sido "Princesa do Brasil". O sarcófago foi depositado no convento da Ajuda. Assistiu então o Rio a uma cerimônia nova, de uso português, a "quebra dos escudos", efetuada pelos vereadores sobre tablados pretos levantados nos Largos de Santa Rita, do Rocio, do Capim e da Lapa.

Foi no Rio de Janeiro também aclamado rei o Regente, sob o nome de D. João VI, a 6 de fevereiro de 1818. A cerimônia principal desenrolou-se no Largo do Paço, vindo o rei de São Cristóvão.

Já a 16 de dezembro de 1815, como príncipe regente, tinha D. João publicado um decreto, que modificava o estatuto político do país: de Estado do Brasil, passara a Reino do Brasil, ficando o monarca com o título de Rei do "Reino Unido de Portugal, do Brasil e Algarves". O Rio de Janeiro tornou-se, assim, capital do Reino Unido.

Redobrada a importância do Rio de Janeiro como capital de uma monarquia, passou também a centralizar as idéias e os movimentos decisivos da nossa história. A partir do momento em que são discutidas a volta de D. João VI para Portugal, a nova Constituição em elaboração em Lisboa e a representação do Brasil nas Cortes, é nas ruas e praças do Rio de Janeiro que se manifestaram os sentimentos e as opiniões da nacionalidade nova. O príncipe Dom Pedro já é o eixo ao redor do qual giram os interesses principais e a sua palavra é ouvida nos momentos históricos, na Quinta da Boa Vis-



O Rio de Janeiro colonial – uma casa da atual Rua Buenos Aires, recentemente demolida. Foto Malta – MIS



A antiga Casa dos Governadores foi, sucessivamente, palácio dos vice-reis, Paço Imperial e, no período republicano, Repartição Geral dos Telégrafos. Data a sua construção de 1743. (Hoje, restaurado, readquiriu seu aspecto original; abriga a 6ª DR do SPHAN e seu espaço é utilizado para eventos culturais.) IHGB



O Tesouro Nacional, antiga Escola de Belas-Artes. Fachada de Grandjean de Montigny (1816) AGCRJ

ta, no Largo do Rocio ou na sacada do Paço da Cidade, durante o ano decisivo de 1821. No dia 26 de abril, partia de volta para Lisboa a Família Real, deixando a D. Pedro a regência do Brasil.

Se foi dado o feito da Independência na margem do Ipiranga, foi todavia consagrado pelos fatos de outubro, no Rio de Janeiro, onde a 12 do mês foi solenemente aclamado o Imperador Constitucional no Campo de Santana.

O Município Neutro

A “muito leal e heróica cidade imperial” – Foi este título concedido por Decreto de 9 de janeiro de 1823 à cidade do Rio de Janeiro. A 25 de março do ano seguinte foi jurada pelos imperantes, ministros e Câmara Municipal a Constituição política do novo império. A Corte do Rio de Janeiro fazia parte, como município, da província do Rio de Janeiro. Para os melhoramentos necessários à nova capital pediu o Senado da Câmara um empréstimo de 8 contos ao Banco do Brasil.

Durante os primeiros anos da Independência, a capital conheceu dias agitados, em que a segurança individual era muito relativa. A época era de revolução e o número de vagabundos, de conspiradores e de salteadores tornava difícil a tarefa da polícia.

Um edital da polícia, de 1825, mandava revistar os transeuntes depois das 10 horas da noite. A Cadeia do Aljube, a prisão de mulheres na ilha de Santa Bárbara, a ilha das Cobras, a Ribeira, o Calabouço, regurgitavam de presos. Criminosos, desordeiros, presos políticos, todos se acotovelavam, porque depois de 1821 não eram mais deportados para Moçambique ou Angola.

Além disso, havia no Rio de Janeiro delitos *sui generis*, desconhecidos em outras cidades.

Nesse caso, estavam o de vender pessoas livres, o furto de escravos, as associações de negros fugidos, formando quilombos e a capoeiragem, exclusivos do Brasil, e que eram fatos vulgaríssimos no Rio de Janeiro, como vemos consignados na história, na legislação e nos arquivos da Polícia.

Os capoeiras abriam luta com a polícia, a quem davam combate, na vertigem dos ferimentos e assassinatos à luz do sol, entre si constituídos em maltas ou em agressões gratuitas ao tropel das correrias.

Esta classe de malfeitores, quase sempre escravos, exercitava-se em seu jogo de agilidade incrível nas torres das igrejas, em terrenos devolutos e em alguns morros da cidade, de onde, como um temporal, abatiam-se em diversas maltas, levando diante de si multidões e policiais... (Melo Moraes Filho, *Arquivo do Distrito Federal*, vol. 4).

Os morros da cidade serviam de refúgio aos malfeitores negros que aí formavam quilombos, de onde desciam à noite para assaltar e roubar. Em 1823 foi sitiado um destes quilombos no morro de Santa Teresa, pelo famoso brigadeiro Vidigal, auxiliado de uma tropa de caçadores. Eram mais de duzentos negros, com mulheres e crianças, de tangas, de penas, adornados de conchas, búzios e miçangas.

Cedo cuidou o Brasil independente de dotar a sua mocidade universitária de escolas superiores que a dispensassem de frequentar a Universidade de Coimbra.

Entre os principais episódios de nossa história que tiveram então como teatro o Rio, devem ser citadas a sublevação dos regimentos alemães de Praia Vermelha e de S. Cristóvão, a 11 de junho de 1828; a chegada a 16 de outubro de 1829 da rainha D. Maria II de Portugal, filha do Imperador, que se veio refugiar entre nós; a "noite das garrafadas", de 24 de março de 1831, distúrbios entre portugueses e nacionais e, por fim, as cenas da abdicação de 7 de abril, na Boa Vista, às duas da madrugada e no Campo da Aclamação às quatro da manhã, seguidas do embarque de Dom Pedro para a Europa em fragata britânica.

O Segundo Reinado – Durante o período da Regência são numerosas as fundações e as reformas de ordem intelectual: é organizada a Faculdade de Medicina, fundado o Arquivo Público, instalado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (21 de outubro de 1838) e criado o Colégio Pedro II (2 de dezembro de 1837). As agitações políticas deste período tiveram em 1833 um episódio célebre: a prisão de José Bonifácio em Paquetá.

O Segundo Império foi um longo período de reformas, melhoramentos e lentas transformações. Em cinquenta anos de governo pessoal, o grande Imperador D. Pedro II dedicou à capital do Brasil a mais carinhosa atenção. Preocupado com o progresso intelectual e moral da cidade, dotou-a das instituições mais úteis, dos monumentos mais belos.

Em 1843 mantinha o Rio muitos aspectos de atrasada cidade colonial: a limpeza pública não se fazia diariamente; a iluminação era constituída por pequenas e escassas lâmpadas de azeite de peixe; os meios de locomoção limitavam-se a poucos carros, aos ônibus de tração animal e ao cavalo... A iluminação a gás, no perímetro urbano, data de 25 de março de 1854.

A 11 de junho de 1853 começa a construção da Estrada de Ferro Pedro II. Inaugura-se a 29 de março de 1858 o primeiro trecho até Queimados. O tráfego para os subúrbios, até Cascadura, é iniciado em 1861, apenas com dois trens por dia.

Em 1857, é assinado o contrato da concessão de esgotos para a cidade. *Anuário de Estatística Municipal*, 1922).

Uma das feições características do antigo Rio de Janeiro foi, depois da construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, o bonde urbano sobre trilhos e de tração a vapor. Uma companhia americana estabeleceu a primeira linha entre a Rua do Ouvidor e o Jardim Botânico, em 1868. Coincidindo a nova empresa com o lançamento de bônus ou *bonds* de um empréstimo e parecidos os bilhetes de viagem com estes títulos, foram também denominados bondes os ditos bilhetes e, por fim, os próprios veículos. Em 1882 foi a companhia adquirida por capitalistas nacionais que traduziram o seu nome para a Cia. Jardim Botânico. A Cia. de S. Cristóvão data de 1870. Pouco depois, veio a Cia. Ferro Carril de Vila Isabel, e outras seguiam, que formaram, em 1878, a Cia. de Carris Urbanos.

Anteriormente, os transportes para S. Cristóvão eram efetuados por meio de diligências, chamadas "maxambombas", que faziam de ponto de partida o Largo de S. Francisco de Paula. Eram quatro as empresas, com destino ao Caju e à Cancela.

Em 1884 foi inaugurada a linha férrea para o Corcovado: foi um acontecimento. "Tratava-se de um feito audacioso da engenharia nacional e da primeira via férrea que se lançava no Brasil, para sítio exclusivamente de recreio" (Ferreira da Rosa – *O Rio de Janeiro*). Ficaram ligados a esta empresa os nomes de Pereira Passos e Teixeira Soares.

Entre os serviços públicos criados durante a monarquia, destaca-se o Corpo de Bombeiros, organizado em 1856. Diz, a este propósito, Ferreira da Rosa:

O sinal de incêndio era dado nessa época por um tiro de peça colocada no morro do Castelo, pelo sino grande da igreja de S. Francisco de Paula e pelo sino maior da freguesia onde ocorresse o sinistro. A pessoa que primeiro desse aviso de incêndio à autoridade, Posto de Bomba, Corpo de Guarda mais próximo, tinha direito a uma gratificação pecuniária.

Na hora do sinistro fazia-se requisição de

veículos, pipas d'água, archotes, ferramentas necessárias para o serviço... Cada morador das ruas por onde tivessem de andar os bombeiros em serviço noturno era obrigado a pôr luzes às janelas para clarear o trânsito... O dono da primeira pipa d'água que se apresentava no lugar do incêndio era premiado...

Eram costumes estes que datavam do governo de Luís de Vasconcelos.

Caixas de avisó de incêndio foram adotadas em 1860. Mais tarde, com as bombas a vapor, veio a tração dos veículos, por muares e o uso da corneta. Era um espetáculo interessante assistir ao papel desempenhado pelas bestas do Corpo de Bombeiros ao primeiro chamado.

Mais tarde foi militarizado o corpo (1880 – 1887).

A instalação em 1870 do Clube da Reforma, para logo transformado em Clube Republicano, é a primeira manifestação mais evidente do espírito republicano, na própria Capital. A 3 de dezembro aparece o jornal **A República** com histórico manifesto partidário...

A 9 de dezembro de 1889, enquanto se combina e traça, na Cidade, a conspiração que dias após fazia cair o trono, a corte assiste à última festa oficial do Império: o baile da ilha Fiscal, em homenagem à oficialidade do couraçado chileno Almirante Cockrane (*Anuário de Estatística Municipal*, 1922).

Instrução e Saúde Pública

Um homem só bastou para elevar bem alto a instrução nacional – o Senhor D. Pedro II. A ele, à sua solicitude, ao seu entusiasmo, à sua autoridade prende-se a fase próspera de nossa vida nacional. Não eram os ideais dominadores ou as doutrinas que influíram na evolução do ensino; o subsídio histórico revela a renovação constante das mesmas preocupações: a obrigatoriedade do curso primário, a regulamentação do curso secundário, a criação universitária, que desde o alvorecer da nacionalidade foram sugeridas pelos homens cultos do país. (*Fernando Magalhães – O ensino público, Revista do Instituto Histórico*, 1916).

O Ato Adicional de 1834 deu às províncias a faculdade de legislar sobre instrução pública, mas no município da Corte cabia a este cuidado ao ministro do Império. Já existiam desde 1827 os cursos jurídicos e desde 1832 as faculdades de medicina.

De 1841 a 1844 multiplicaram-se as escolas do Rio de Janeiro, foram nomeadas comissões de inspeção, foi ampliado o programa do ensino primário (1851). Exigia já a opinião pública melhores instalações escolares e maior fiscalização do ensino; exigia-se também o concurso para o cargo de professor. A intervenção dos poderes públicos no magistério particular provocou então as primeiras polémicas.

Marca o decreto de 1854, ou Regulamento Bom Retiro, uma data na história pública da Capital. Introduzia, além de ler, escrever e contar, noções de Ciências, História e Geografia nos programas primários. Não foi possível aplicar, entretanto, a obrigatoriedade do ensino. Os exames de preparatórios foram regulamentados pouco depois, e em 1859 foi criado o Externato do Colégio Pedro II.

As reformas de Liberato Barroso, em 1865, alcançaram o ensino superior, médico e jurídico. Mais tarde, Paulino Soares de Sousa também legou o seu nome à causa do ensino.

Diz Fernando de Magalhães:

Até 1870 sente-se o trabalho e construção dos governantes, embora perturbada a sua eficácia pela desproporcionada preferência que mereciam os cursos secundários e superior com relação ao primário.

Foram iniciadas, em 1872, as Conferências Pedagógicas. Em 1874, quando foi fundada a primeira Escola Normal, o Rio de Janeiro contava 5.740 alunos. Eram numerosas as sociedades particulares de instrução e, ao lado dos antigos colégios, como o Hitchings e o Imaculada Conceição, funcionavam as aulas do Tautphoeus, do Abllio (1871), do Kopke (1875), do Meneses Vieira etc.

A Reforma de 1879 estabeleceu a liberdade do ensino, sujeita à fiscalização do governo, a obrigatoriedade de frequência nas escolas primárias, novos programas, caixas econômicas, escolas profissionais. Fundada em 1880 a atual Escola Normal, foi durante nove anos o seu primeiro diretor Benjamim Constant Botelho de Magalhães.

O primeiro Congresso de Instrução, com uma Exposição Pedagógica na Imprensa Nacional, foi realizado em 1883.

Não descuidou tampouco o governo imperial das condições sanitárias do Município Neutro. A legislação sobre a matéria data de 1829, quando tinha sido criada a Inspeção de Saúde Pública do Porto do Rio de Janeiro. Mas diante das reclamações da Imperial Academia de Medicina, o Conselheiro Silva Maia assinou um regu-

lamento, em 1843, que determinava as quarentenas e inspeções de navios, independentemente da interferência que até então tinha tido no assunto a Câmara Municipal.

Era então provedor de Saúde o Barão de São Félix que, nos serviços de profilaxia, foi auxiliado pelo notável higienista Paulo Cândido.

A segunda metade do século passado marca uma série de obstáculos e de inquietações para os créditos da Saúde Pública no Brasil. A febre amarela apareceu na Bahia em dezembro de 1849, trazida pelo brigue norte-americano 'Brasil', procedente de Nova York. . . A cidade do Rio de Janeiro não pôde escapar do terrível flagelo, confirmado logo nos primeiros dias de 1850. (Joaquim José da Silva Sardinha – Higiene Pública – *Revista do Instituto Histórico* 1916).

Foi então instalado um lazareto provisório na Ilha de Bom Jesus e um hospital no morro do Livramento, a cargo do famoso clínico da época, Valadão Pimentel. Em dez anos, a febre amarela causou cerca de 13.000 vítimas. Em 1865 desapareceu a epidemia, para voltar em 1870, permanecendo com alternativas até o tempo de Osvaldo Cruz. Foi especialmente ativa a luta contra o flagelo, durante a administração de Nuno de Andrade, na presidência da Junta da Higiene (1882–1890).

Em 1859 foi o Rio visitado, pela primeira vez, pela varíola, que depois apresentava recrudescências todos os quatro anos.

Foi durante o Império que o Hospital da Santa Casa da Misericórdia foi reconstruído, sendo provedor, de 1838 a 1854, o Conselheiro José Clemente Pereira.

As instituições de caridade, asilos, hospícios e hospitais receberam, durante o Império, especial atenção dos imperantes, ficando o nome da venerada Imperatriz D. Teresa Cristina digno do título que lhe foi dado de "Mãe dos Brasileiros".

O Instituto Pasteur foi inaugurado na Rua das Laranjeiras em 1888.

Festas e tradições do tempo do Império – Seria difícil relatar resumidamente as festas tradicionais, quase todas de origem religiosa que, legadas pelo passado português e colonial, ainda no tempo do Império, animavam e divertiam a população carioca.

No antigo outeiro de Leripe, hoje morro da Glória, fundou, em 1671, o ermitão Antônio Caminha a modesta ermida, consagrada a Nossa Senhora da Glória. Foi mais tarde construída a igreja que tantos fiéis atrai anualmente no mês de agosto. Os vice-reis deram bri-

Iho à festa popular com a sua presença. No tempo de D. João VI, a Glória viu o seu altar visitado pelos príncipes, e aí foi batizada, em 1819, D. Maria da Glória, neta do Rei. O Imperador D. Pedro I levou seu filho, o futuro imperante, que assistiu aí ao Te-déum da Maioridade. Aí foi apresentado o Príncipe D. Atonso, primogênito de D. Pedro II. A Glória se acha pois intimamente ligada a todas as fases da vida da família imperial. -

Relatando as festas da Glória, diz Melo Moraes que o primeiro Imperador costumava assistir às missas do sábado e bem assim o segundo Imperador, com as Princesas Leopoldina e Isabel.

Durante a monarquia, as festas da Glória atraíam grande concorrência e as iluminações se estendiam até o Catete. O prólogo das festas eram as novenas; em seguida, relata Melo Moraes, atopejavam-se as casas dosromeiros, em todo o caminho da subida.

A música dos barbeiros postava-se na baixada da igreja sob a batuta do Dutra, mestre dos barbeiros da Rua da Alfândega. Os músicos eram negros de jaqueta branca, calça preta, chapéu alto branco e descalços. Subiam a pé os imperantes e, na igreja, tomavam assento debaixo do dossel. As músicas eram composições de José Maurício e de Marcos Portugal. Aí eram ouvidos os maiores oradores sacros do tempo: Monte Alverne, Sampaio, Marinho, Barbosa França.

Depois das festas religiosas, eram divertimentos até alta noite. No caminho da ladeira, era o palacete da Marquesa de Sorocaba que, ao voltar da igreja, recebia D. Pedro I. No tempo de D. Pedro II, o baile era no palacete do Bahia, rico banqueiro da época, na casa que foi o Ministério de Estrangeiros e, mais tarde o Hotel Inglês, local em que hoje se acha o palácio episcopal. Nos famosos bailes do Bahia, cantavam os artistas do Lyrico; a iluminação e a riqueza eram deslumbrantes. Assistia à recepção o corpo diplomático. Entre as pessoas do tempo que se destacavam então, salientavam-se a Marquesa de Abrantes, irmã do Bahia, a Princesa de S. Severino, esposa do Ministro de Nápoles, a Marquesa de Monte Alegre, etc.

Com o tempo, perderam as festas da Glória o caráter aristocrático que as destacavam das demais festas populares.

A procissão de S. Sebastião, a 20 de janeiro, era uma das mais antigas tradições da Cidade. Houve um tempo em que eram multadas as pessoas da nobreza que, eleitas pela Câmara, para pegarem as varas do púlio, se furtavam a essa "eleição para ocupação honorífica" (1749). D. João VI celebrava solenemente o dia do santo padroeiro em sua Capela Real. A procissão era, antes de tudo, uma manifestação de caráter oficial. O procurador do Senado da Câmara levava o estandarte de veludo verde com as armas imperiais. Os ve-



O Rio em 1830 – desenho de J. Arnout, representando o palacete do Conde dos Arcos, onde se reunia o Senado do Império – Campo de Santana. MHN



Pórtico e fachada principal do antigo Colégio dos Jesuítas, no antigo morro do Castelo. Passou a ser Observatório Nacional até 1921. AGCRJ

readores trajavam casaca bordada e calção de seda, espadim e chapéu armado. No fim do império já decaíra a imponência da cerimônia tradicional: levava o estandarte um simples empregado da Secretaria. A procissão saía da catedral e por Ouvidor e Ourives alcançava a Ajuda e a Ladeira do Seminário. O bispo levava sob o pálio o Santíssimo Sacramento; o andor do santo era carregado por padres e seguiam as confrarias, irmandades e fiéis.

Outra procissão tradicional do Rio de Janeiro era a do Senhor dos Passos, na qual costumavam os vice-reis carregar o andor. Seguia a Ladeira da Misericórdia, mas não havia tiros por ser tempo de quaresma. Desordens provocadas pela polícia durante a procissão de 1831 levaram à supressão da cerimônia. Mas durante o Segundo Reinado foi restaurada a prática com muita solenidade, segundo conta Vieira Fazenda.

Muito mais antigas eram as tradições portuguesas e principalmente açorianas das festas do Espírito Santo. Já antes da descoberta do Brasil, eram em Alenquer e em Angra coroados "Imperadores do Espírito Santo". No Rio de Janeiro foram iniciadas as "festas da Justiça", no Mosteiro de S. Bento. Os presos eram também favorecidos com o "vodo" dos pobres. Eram festas semicarnavalescas, iniciadas no sábado de Aleluia, e continuadas durante a semana da Páscoa por vadios, foliões, tocando viola e tambor, irmãos da confraria pedindo esmolas, etc.



O Rio em 1820 – desenho de Debret, representando uma família carioca indo à missa. MHN.



O Rio em 1830 – desenho de Vernier, representando uma senhora da sociedade levada em cadeirinha e cumprimentada por dois altos funcionários.

IHGB

O “imperador” escolhido tomava o seu papel a sério. Havia “impérios” permanentes, isto é, coretos de madeira, na Lapa e no Campo de Santana. Cedo, porém, caiu em desuso e a irmandade da Lapa construiu prédios para rendimento no local do antigo “império”.

A capela da Penha data de princípios do século XVIII e foi construída no curioso morro que fazia parte das terras do coronel Baltasar de Abreu Cardoso, nos campos de Irajá.

Outra tradição, bem carioca nas suas feições locais, era a das festas de Natal, durando de 24 de dezembro a 7 de janeiro. Era o tempo das bandejas de doce, do peru recheado, do leitão e dos foquetes. As igrejas mais procuradas para a missa do galo eram: S. Francisco, a Misericórdia, S. José, o Carmo e a Capela Imperial. Visitavam-se os presepes, mas, entre todos, o mais freqüentado era o presepe do Barros Marceneiro, na Rua dos Ciganos. Havia um panorama e os santos, ladeados de animais diversos, mesmo leões, se achavam num cenário representando a cidade, com o Corcovado, a Penha e o Passeio Público.

As bandas militares não tocavam, mas havia a música dos barbeiros, que durante alguns dias deixavam as navalhas e sanguesugas para se dedicar à música.

Era o tempo dos trovadores de ruas. No presepe do Barros também havia canto: versos de Natal e Reis ditos pelas filhas do marceneiro. Entre os menestréis populares deixaram lembranças os lundus e as modinhas do Pardo Anselmo, do Juca Cego, do Dr. Clarimundo, do Crioulo Trovador, etc.

Fez furor também, em certa época, a capela do Menino-Deus, em Mata-Cavalos, onde também havia uma “lapinha”.

Mas de todas as festas, a mais popular era, como ainda é, o carnaval. Festa cristã, o carnaval é destinado a celebrar os últimos dias que precedem o jejum da Quaresma. A princípio limitou-se entre



Igreja de Nossa Senhora da Penha. AGCRJ

nós, ao entrudo, com limões-de-cheiro, farinha, gamelas d'água e muita água. Mas, só em 1840, tomou o caráter de festas mascaradas e bailes que deviam fazer do Rio de Janeiro a rival carnavalesca de Veneza e de Nice.

Começaram os bailes no Hotel de Itália, pouco depois passaram para o Teatro de S. Januário, na Rua D. Manuel. Em 1850 já se tinha implantado a nova moda e daí foi crescendo o seu brilho. Uma sociedade, chamada Sumidades Carnavalescas, iniciou os carros alegóricos e a Guarda de Honra, a cavalo, para divertir o povo. Saindo dos teatros e dos salões, veio para a rua a mascarada, sem todavia desaparecer o entrudo. Os Zuavos, avós dos Tenentes, datam de 1858.

O Imperador descia de S. Cristóvão para assistir do Paço da Cidade aos divertimentos do povo e ao espetáculo dos préstitos. Cada ano quase surgiram novas sociedades, chegaram a ser umas dez (União Veneziana, Bohemia, Estudantes, Os Títeres etc.). Os Fenianos e Democráticos apareceram depois de 1870. As rivalidades entre clubes vão se tornando mais patentes porque, com o tempo e os recursos acumulados, a arte, a beleza e o espírito vão dando ao torneio o seu cunho particular e tomando como juiz o próprio público carioca.

As festas de S. João são também tradicionais, mas no Rio perdiam um pouco a feição sentimental que tinham nas fazendas do interior e nos engenhos do Norte. No tempo do Império, entretanto, era mais desenvolvida a parte pirotécnica que desempenhavam as bombas, os foguetes, as lágrimas, os busca-pés e os balões. Mas ao lado das novenas e das ladainhas sempre vinham o tradicional bolo de S. João, as rondas e as fogueiras.

Evolução social do país e o Rio de Janeiro – Não podem ser claramente compreendidos os contrastes entre o Rio antigo e o Rio moderno, se não são sumariamente explicadas as razões destes contrastes, e suas origens. Ainda está por fazer a sociologia brasileira, mas alguns de seus traços já foram esboçados que podem se aplicar ao Rio de Janeiro, o caso mais característico da sociologia urbana. (Para os dados estatísticos: recenseamentos sucessivos, crescimento e tendências da população, densidade, distribuição, movimento e profissões, vide *Corografia do Distrito Federal*, p. 72-76).

Nos tempos coloniais notamos um antagonismo entre a vida urbana e a vida rural. A população tem uma tendência centrífuga para o isolamento das fazendas e dos engenhos: a procura da mão-de-obra indígena, a expansão agrícola e pastoril, as usinas, tudo influi para afastar do litoral o homem ativo e de ambição. O mercador português vinha para as aglomerações urbanas ser negociante e ocupar

pequenos officios, porque a lavoura tinha o braço escravo, mas como diz Oliveira Viana:

As cidades do período colonial funcionavam como poderosos centros de seleção e concentração dos elementos brancos superiores, que, deslocando-se para o campo e entrando na aristocracia rural, concorrem também para assegurar a esta classe o alto coeficiente ariano e eugenístico, que tanto a distingue nessa época.

Não há ainda facilidades suficientes para o duplo domicílio, na cidade e no campo. A cidade é sacrificada, daí uma vida urbana rudimentar e uma vida rural intensa. Mesmo no Rio, nota Oliveira Viana, a camada social mais elevada leva uma vida retirada em suas "chacras afazendadas". Em pleno Distrito Federal, podemos hoje ainda contemplar o que foi uma destas vivendas, visitando a fazenda da Taquara, perto de Jacarepaguá. Era então título de nobreza ser "senhor de engenho". Os colonos portugueses aqui chegados não tinham esta fascinação pela lavoura, por isso pode ser considerada esta feição como bem americana e característica de uma longa fase de nossa história social.



Tipo de escadaria de jardim, estilo colonial. Propriedade particular na Tijuca. AGCRJ

Com a vinda de D. João VI e o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro, principiou a evolução. Os fidalgos da Península vieram viver no meio de uma burguesia de formação recente sobre bases comerciais, mas a nobreza rural do país continuava afastada. Diz a este propósito Oliveira Vianna: "É natural que estas podestades do interior, algumas já mais ou menos afidalgadas, e todas com o exercício histórico das magistraturas locais, acorram, cheias de alvoroço deslumbrado, ao centro carioca."

A austeridade ativa dos senhores de engenho e fazendeiros contrastava com as maneiras áulicas, mas havia sociabilidade e cultura além de linhagem e riqueza entre estes rurais brasileiros que vieram também à capital e aí formaram partido político diante dos burgueses lusitanos. "Dez anos depois da transmigração – diz o citado sociólogo –, isto é, em 1818, já não são mais os lusos, e sim eles, os que maior quinhão conseguem na distribuição dos favores". O brasileiro acabou dominado no Paço e o liberalismo político prepara a emancipação porque representa a força coligada da burguesia comercial e da nobreza territorial.

Toda a história social do império gira ao redor do predomínio das classes rurais, e representadas no Rio de Janeiro pelos grandes proprietários fluminenses, mineiros, paulistas e baianos, com duplo domicílio. As matrizes políticas liberal e conservadora, sob o poder moderador do soberano, não representam interesses divergentes; são apenas interpretações de uma mesma orientação, a política dos fazendeiros. Daí a ordem, a pureza, o equilíbrio que caracterizam um regime, talvez demasiadamente conservador e um tanto rotineiro, porque demasiadamente rural nas suas preocupações, mas que dotou o país de largos anos de paz interior.

Tinha sido, até certo ponto, cuidada a educação das elites, mas o povo permanecia insuficientemente preparado, constituindo obstáculo ao progresso. Diz D. Maria Reis Campos:

...quando parecia que o advento da lei de 13 de maio o ia livrar do peso morto de muitos milhares de inteligências confinadas nas trevas da escravidão, redundou o ato generoso em desequilíbrio econômico, pelo dismantelamento da principal fonte produtora do país – a agricultura, e estabeleceu ainda uma perigosa classe social de novos-livres, inimigos do gênero de trabalho a que tinham estado obrigados e incapazes quase de outro qualquer, pela ignorância, e por natural movimento de reação contra o passado; indivíduos que só lentamente se foram integrando na sociedade, de que, sem preparo prévio, tinham sido repentinamente chamados a fazer parte.

Salvaram a nação, como freqüentemente acontece, as inteligências e os caracteres da minoria de escol que dominara os espíritos e forçara os acontecimentos.

Começam então a agir outros fatores sobre a sociedade carioca. A aristocracia rural espalha-se, talvez menos sob o golpe da abolição do que sob o impulso de uma necessária evolução agrícola. Passa o predomínio para a terra roxa de São Paulo; as terras fluminenses decaem. O trabalho livre atrai o imigrante e o influxo estrangeiro dilui a ética nacional. Ao mesmo tempo, penetram os progressos nos transportes, nas comunicações, nas indústrias, e a crescente influência européia. O dinheiro, o crédito e a especulação na bolsa dão à metrópole uma vida econômica de desconhecida atividade. Descendentes de fazendeiros abastados de outrora, que perderam o contato com a lavoura paterna, filhos de comerciantes, industriais novos imigrados, negros libertados, toda uma geração vem se formando na cidade, onde é mais fácil e atraente a vida pelos seus divertimentos, suas oportunidades, seus requintes de conforto e recursos. E uma aglomeração urbana, que tinha levado três séculos a alcançar meio milhão de almas, vê triplicar este meio milhão em trinta anos.

O Rio de Janeiro ganhou assim em intensidade de vida, movimento, progresso e luxo o que, em parte, perdeu o Brasil de sua antiga opulência rural.

A honrosa profissão de fazendeiro, à qual aspiravam as elites intelectuais e políticas de outrora, prefere o bacharel das novas gerações a vida citadina e o emprego público. Como antigamente era deixado o trabalho manual da lavoura ao braço escravo, deixa-se a terra toda ao imigrante. Na fazenda é o dono ausente substituído pelo administrador, que, na sua incompetência das cousas rurais, ele não poderá fiscalizar e que facilmente o lesará. É a transferência progressiva das riquezas para as mãos dos mais aptos, dos mais capazes, às vezes dos mais espertos. É a seleção rural operando sobre a terra, quando a cidade sugou o que nela havia socialmente de bom.

Como se faz esta transição entre a era dos que fizeram, em três séculos, o Brasil rural e os seus descendentes, cujo absentismo desaprovou o campo e congestionou as cidades, entrando em concorrência com os que subiram pelo comércio, pela indústria e os egressos da plebe? É a vida social durante o Império que explica a transição.

A vida social na Corte – A casa da cidade, na classe abastada, é uma chácara. As suas proporções lembram a fazenda senhorial, o solar rural, com os seus muros largos, seus salões, sua

criadagem. "No pequenino Rio de Janeiro social de outrora, a chácara, além de sinal de abundância, representava importante papel, quer fosse habitação de todo o ano ou só estivesse aberta na estação calmosa...", diz Escragnole Doria.

Ainda no fim do século anterior, em pleno centro atual da cidade, havia chácaras: o citado historiador alude a uma, próxima à Igreja do Rosário.

Longe do centro, então, ser rico ou abastado importava logo em ter chácara.

Por terrenos desmembrados da chácara do Casado passa hoje a Rua Gomes Carneiro, perpendicular à Rua Marechal Floriano.

Por onde sobe na Glória a Rua D. Luísa? Por terras separadas da antiga chácara da Glória pertencente a D. Luísa Clemente da Silva Porto.

Onde morou muito tempo José Clemente Pereira? Numa chácara com frente para a Rua do Catete e fundos até ao Flamengo, confinando com outras chácaras.

Uma chácara, de quase duzentas braças, estendia-se pela Rua das Laranjeiras, desde o Largo do Machado, possuída por D. Ana Roiz, entre cujos cabedais havia terras de muitas, no vale do Corcovado.

Toda a área das Ruas Senador Pompeu, Barão de S. Félix e General Pedra é formada por terrenos de grandes chácaras. Dentre elas avultava a chácara do Mendonça, pertencente ao Duque Estrada Furtado de Mendonça e sua esposa Rita Maria da Costa Duque Estrada.

Quase todo o atual Rio de Janeiro principiava chácara. Assim, em 1754, Antônio Leite Pereira possuía o morro e a chácara da Saúde, como no outro século o bacharel João Alves de Castro Roso cedia à ilustríssima Câmara Municipal o terreno necessário à abertura da rua que lhe cortasse a chácara da Rua da Guanabara, no sítio das Laranjeiras.

Eram, em geral, vivendas aprazíveis, onde o conforto era mais freqüente do que o luxo ou o bom gosto. Os jardins eram especialmente cuidados, visto ser então o braço barato, devido à escravidão. Diz também E. Doria:

Numa cidade de tantas chácaras, freqüentes eram as questões de terras, levadas a juízo, para a vida e alegria de quantos labutavam no foro,

desde o juiz que intimava até ao meirinho que ia intimar, e às vezes se fazia de tão surdo e tão cego para achar os intimados.

Nesta vida de família, a sem-cerimônia, a indolência, o calor mantinham alguma coisa de descuidado nos trajés, como notam quase todos os viajantes estrangeiros em suas relações de viagem: mandriões, sapatos sem meias, tranças nas costas. O trabalho interior é quase todo executado pelas mucamas e as negrinhas, sempre a correr para atender aos chamados os menos justificados. Completava ainda este quadro da vida de roça, transplantada para a cidade, o hábito que tinham as senhoras de não sair à rua e de mandar vir os fornecedores a casa, para efetuar suas compras.

Nas horas de refeições, almoço às 9 da manhã, jantar às quatro e meia, a fartura de comidas lembra a mesa da roça. Moleques armados de galhos de pitangueiras ou de varas com tiras de papel enxotam as moscas.

Nas horas vagas, estes mesmos moleques e as negrinhas servem de brinquedos humanos aos nhonhês volúntariosos e egoístas e às sinhazinhas pamonhas, que foram os tiranetes das senzalas, e que, continuando a ter, neste pequeno mundo das chácaras, um conceito viciado do que sejam as relações sociais, preparam a geração do "não sabe com quem está falando" que vai ter a desilusão de encontrar, implantado na cidade, o "tão bom como tão bom".

Como nas antigas fazendas, a instrução era dada em casa. Daí a instituição, que durou até a Maioridade, dos "mestres de reza", velhos ácatados e geralmente cegos que o senhor pagava para vir ensinar religião às crianças e fâmulos. Era o tempo em que desempenhava no ensino um papel saliente e altamente persuasivo a palmatória: a tabuada era cantada, tudo era decorado e os bolos eram distribuídos com generosidade.

D. Pedro II deu o grande impulso à escola pública, preferindo ver empregados na construção de prédios escolares os dinheiros recolhidos por subscrição, destinados a levantar-lhe estátuas. No Colégio Pedro II e nas escolas superiores eram freqüentes e inesperadas as suas visitas.

Relata Escragnolle Dória que as conferências populares no Rio de Janeiro datam da passagem de Agassiz, o sábio suíço-americano que veio ao Brasil em 1865 estudar a Amazônia.

A princípio alvitram a exclusão das senhoras, mas os preconceitos da época foram logo levados de vencida... Às conferências do sábio acudi-

ram o imperador e a família imperial. Naturalmente lhes haviam reservado lugares especiais sobre estrado, fora da multidão. O imperador, a imperatriz e as duas jovens princesas entraram porém no salão e ocuparam poltronas ao nível de todos.

Tempos em que as distrações eram poucas, multiplicavam-se os passeios: convéscotes no Jardim Botânico; passeios à Tijuca, onde o benemérito silvicultor de Guaratiba, Manuel Gomes Archer, estava preparando caminhos, replantando árvores, passeios à "Mãe d'Água", "feijoadas" na Ilha do Governador, etc. Na Rua Direita, à tarde, encontrava-se no café ou no chocolate do Carceller, os representantes da melhor sociedade de S. Cristóvão ou da Rua do Lavradio. Na Rua do Ouvidor, diz um folhetim de França Júnior:

Ostenta-se o Hotel Ravot. É onde se hospedam todos os fazendeiros ricos da província; porque os de Minas instalam-se nas Ruas de S. Bento e Municipal, pelas casas dos correspondentes. O Hotel Ravot, pois, simboliza a nossa primeira riqueza – o café.

Mas a manifestação social por excelência eram as visitas. Não eram curtas e discretas, instalavam-se os amigos, para "passar o dia" ou "passar a noite". Eram, de preferência, depois do jantar, isto é, depois das cinco; as conversas se prolongavam até as nove ou dez horas, à hora do chá, servido com torradas e pão-de-ló, tarcos e broinhas, roscas de barão, "esquecidos", "sequilhos" e "divinos".

O divertimento principal, o teatro, era um acontecimento na vida da família.

Duas horas antes de começar o espetáculo, saía a família de casa. Na frente iam os fâmulos. Um levava a ceia e o clássico moringue de dois bicos. Outro carregava a criança. Outro as cadeiras. Todos aboletavam-se no vasto camarote, que transformava-se subitamente em uma espécie de barraca de campanha. Os meninos acomodavam-se na frente e deitavam logo os bicos das botinas de cordovão para fora das grandes... O drama, a comédia ou ópera lírica eram ouvidos por entre choros de crianças e "psiu" da platéia. (França Júnior, *Folhetins*)

Eram os teatros da época o S. Januário, o S. Francisco, onde representava João Caetano, e o S. Pedro.

Os pais de família de 1845 que puxassem pelos cordões da bolsa!... Que importava fossem velhos e rabugentos, inclinados aos infinitos lenços de Alcobaça, ao rapé amarelinho do Gasse? Pagavam, era quanto bastava. Comprassem as cousas bonitas para as moças iguais às cousas, e viva o resto, que o câmbio da época marcava 25 1/4... Comessem à tripa forra, mas dessem liberdade às filhas e parentes para ouvir as "pachouchadas" do Sr. Pena. (Escragnolle Doria)

Eram *O Noviço*, *O Juiz de Paz na Roça*, *Judas em Sábado de Aleluia*, *A Família*, *Os Irmãos das Almas*, as "pachouchadas" de mais sucesso da época, devidas ao talento de Martins Pena.

Na produção literária e dramática de 1840 a 1870, nota-se no Rio de Janeiro um movimento de "nativismo" crescente. O teatro nacional de Martins Pena, de Pinheiro Guimarães, de Macedo de Alencar e de França Júnior, é o espelho da vida social carioca. Em peças como o *Demônio Familiar*, *Mãe*, *Moça Rica*, por exemplo, é o papel social da escravidão, com seus moleques intrigantes e suas mulatas malvadas que os autores apresentavam ao público carioca.

Mais tarde, em 1852, foi inaugurado o Provisório, no Campo de Santana. Era o teatro lírico, que vasto, arejado, mas pobre, abrigava as companhias estrangeiras. Al estreamam Rosina Stolz, a Dejean, a Laborde, a Ristori, aí tocaram Thalberg, Tamberlick e Gottschalk. Já os concertos da Patti e de Sarrasate foram no S. Pedro de Alcântara. O Provisório durou mais de trinta anos. Um circo com boa acústica herdou as suas prerrogativas de teatro elegante.

A volta do Provisório, pelo campo, era das menos aprazíveis. Diz Escragnolle Doria:

O capim nele crescia a bom crescer. As lagoas, restos de chuvas, abrigavam centenas de sapos martelando sinfonias em koax, koax. Os sapatos se ressentiam de pegadas suspeitas. Lavadeiras, com desembaraço, decretavam que o sol era um astro destinado a secar roupas, enfunadas pelo vento na corda sustida por taquaras.

As ruas calçadas e estreitas ofereciam, à noite, poças d'água invisíveis, que o lampião de azeite de peixe, suspenso por correntes em grandes postes, mal iluminava de sua luz avermelhada e lúgubre. Os seus quatro vidros eram antes uma ameaça sobre a cabeça dos transeuntes. Menos perigoso, menos agradável, todavia, era o encontro, de madrugada, numa esquina, com um "tigre"... era um escravo portador de um daqueles infectos "cabungos", barris de

solidez duvidosa, cheios até entornar de algo mais duvidoso ainda: – assim era feito então o serviço de esgotos da capital do império.

Quando a lua derramava seus argênteos raios, a empresa da iluminação pública aproveitava-se do grande refletor celeste para fazer economia de azeite de peixe. . . O serviço de lampiões estava entregue a uma tropa de negros, que dir-se-ia escolhida a dedo. Não havia ali um só que não fosse pelo menos cambaio! . . . Besuntados de azeite de peixe, da cabeça aos pés, caminhavam como lhes permitiam as pernas e os achagues, sopesando o complicado aparelho com que faziam surgir a luz. (França Júnior)

Uma das características da sociedade do tempo do Império, nesta sua evolução da fase senhorial e rural para a fase urbana moderna, era a falta de uma classe intermediária de pequena burguesia. O empregado público, o pequeno negociante, o caixeiro, os remediados, em geral, foram pouco a pouco constituindo esta classe necessária à vida urbana e nacional. E nos veículos públicos que os contrastes vão pouco a pouco se atenuando entre a plebe e os abastados.

Uma gôndola, ninguém o ignora, é uma verdadeira república de Platão. O leitor aí encontrará o padre ao lado do procurador, o deputado ao lado do soldado, o alfaiate junto ao ex-ministro de Estado, e assim por diante. Uma gôndola é uma escala social ambulante que começa pelo recebedor e acaba no cocheiro.

O recebedor era uma influência local importante; conversava com os poderosos, na esquina da Rua do Ouvidor, ponto de partida. Rei absoluto, apenas limitado por quatro burros e um relógio, tem por cetro um apito e por trono a almofada da boléia. (França Júnior)

Levavam as gôndolas, carros pesados e oscilantes, morosos e feios, doze pessoas de lotação. Do Largo de S. Francisco saíam para a Estrada de Ferro pelas Ruas do Resende, dos Inválidos e Conde d'Eu, voltando pela Carioca. Os deputados iam à Câmara de gôndola para o Catete e Botafogo. Nelas viajavam todos os que não queriam tomar a barca do Gambá ou o bote do saco do Alferezes. Já aludimos às "maxambombas", que levavam mais longe. Diz Olavo Bilac:

O bonde assim que nasceu (1868) matou a gôndola e a diligência, limitou despoticamente a es-



O Rio antes da Era dos Melhoramentos – a antiga Rua Treze de Maio, vista do sul para o norte. MIS



Trecho desaparecido da Rua Camerino, até onde foi prolongada a Rua do Sacramento, hoje Avenida Passos. MIS

perá da ação das calças e dos cupês, tomou conta de toda a cidade, e só, por generosidade, ainda admite a concorrência, aliás bem pouco forte, do tlburi.

O bonde, a iluminação a gás e a barca de Petrópolis marcaram assim uma fase na vida social do Segundo Reinado, como já tinham marcado o gamão, a camisola de chita e o minueto afandagado dos grandes saraus e, como também, em princípios do 20º século, deviam marcar outra a Avenida Central, o automóvel e o cinema, como hoje, enfim, estão marcando o rádio, o arranha-céu e o chá-dançante.

Uma só coisa, porém, sempre foi o que sempre será, no Rio de Janeiro, desde que em 1590, de "Desvio do Mar" passou a ser rua urbana e mais tarde, em honra ao ouvidor da comarca, Francisco Brequó da Silveira, chegado de Lisboa em 1780, a Rua do Ouvidor, o "pulso" da cidade, que pertence ao Rio de Janeiro de todas as épocas.

A Capital Federal

A Prefeitura do Distrito Federal – Proclamada a República, na capital do país, foi instaurado o novo regime político, ficando porém o governo da cidade somente regulamentado em 1892 pela Lei Orgânica. Funcionavam até então como chefes do poder municipal os Presidentes da Intendência. O regime de autonomia municipal, embora restrita no Distrito Federal, foi favorável a seu desenvolvimento.

Duas razões principais impediram o rápido progresso do Rio de Janeiro, em seguida a 15 de novembro. Em primeiro lugar, as agitações políticas que acompanharam a instauração e a consolidação da República, culminando na Revolta da Esquadra, que teve a capital federal como principal teatro (1893-94), sendo prefeito Henrique Valadares. Em segundo lugar, a crise financeira e principalmente as conseqüências do Encilhamento.

Pouco a pouco, entretanto, cresceram as rendas da Prefeitura. O período da reconstrução da presidência Campos Sales preparou o terreno para os governos seguintes, do país e da Capital.

Barata Ribeiro foi prefeito em 1892-1893; era presidente da Intendência Municipal quando nomeado pelo Marechal Floriano, mas não chegou a ser aprovada pelo Senado a sua nomeação. Era médico, natural da Bahia, lente da Escola de Medicina e tinha feito parte da propaganda republicana. Homem pobre e honesto, foi curta a sua administração, mas benéfica, apesar das dificuldades e das lutas do momento.

A Barata Ribeiro deve a cidade a sua Carta Cadastral, à frente da qual foi acertadamente colocado o engenheiro Pereira Reis. Não foi das menores preocupações do prefeito a questão espinhosa do aforamento, isto é, da necessária revisão dos foros. Iniciou-se também nesta época o recuo para o alargamento de certas ruas.

Outro serviço prestado por esta administração foi acabar com as cabeças de porco, focos de insalubridade que enfeavam a cidade, acumulando moradores em casarões inadequados. Veio o nome da casa com cabeça de porco da Rua Barão de S. Félix, a primeira atacada pelos poderes municipais.

Foi profícua também a obra de Barata Ribeiro em matéria de instrução pública. O seu veto sobre a reforma do ensino ainda hoje é fonte de proveitosas meditações.



O antigo Campo de Santana e o antigo quartel-general; os veículos são tîbularis e bonde de tração animal; atrás das carroças, um quiosque típico. AG-CRJ



O Rio de Janeiro em 1900 – a enseada da Glória antes da Era dos Melhoramentos – o mercado antigo no Largo da Glória. MIS

Henrique Valadares, natural do Piauí, engenheiro militar, modesto e criterioso, conheceu, na administração, os dias agitados da revolta; foi prefeito em 1893-1894. Na diretoria de obras foi auxiliado por Vieira Souto.

Furquim Werneck, médico fluminense, membro da Constituinte, foi o prefeito de Prudente de Moraes, de 1895 a 1897; interessou-se especialmente pelas questões de higiene e saúde pública. Procurou, em todos os terrenos, libertar a cidade do Rio de Janeiro da tutela administrativa federal, reivindicando hospitais, jardins, recursos econômicos, etc. Considerava o problema escolar e de educação profissional sob o prisma único que o poderá resolver: construção de prédios escolares próprios e municipais.

Ubaldo do Amaral teve uma administração agitada. O atentado contra o Presidente Prudente de Moraes tinha-se dado poucos dias antes de sua posse. Foi decretado o estado de sítio durante o processo.

Cesário Alvim (1898-1900) foi prefeito durante uma parte do governo Campos Sales. A sua administração coincide com um período de grandes restrições nas despesas. A ele coube a organização da recepção ao Presidente da República Argentina, General Julio Roca, que visitou oficialmente o Rio de Janeiro, em agosto de 1899.

Coelho Rodrigues, João Felipe Pereira e Xavier da Silveira também foram prefeitos no tempo de Campos Sales. Em dezembro de 1902, Leite Ribeiro, prefeito interino, deu o primeiro impulso sério ao ajardinamento dos logradouros públicos da Capital.

A administração Pereira Passos – Francisco Pereira Passos, nascido em 1836 no município fluminense de São João Marcos, era filho dos Barões de Mangaratiba. Formou-se em engenharia civil na antiga Escola Central, hoje Politécnica, e foi logo em seguida para a Europa aperfeiçoar os seus estudos.

De volta ao Brasil, dedicou-se à engenharia, pela qual tinha tão pronunciada vocação, entrando para o serviço da Estrada de Ferro D. Pedro II, hoje Central do Brasil. Aos seus primeiros anos de atividade profissional são devidos alguns serviços valiosos em construção ferroviária no país: basta lembrar a parte que tomou na construção das estradas de ferro de Paranaguá a Curitiba e de Mauá a Petrópolis.

Depois de uma segunda viagem à Europa, foi convidado pelo governo imperial para o importante cargo de diretor da E. F. D. Pedro II.

Mais tarde entrou para a Diretoria de Obras Públicas e aí planejou e construiu o edifício da atual Praça XV de Novembro, em que funciona hoje o Ministério da Viação.

Desempenhou ainda Francisco Pereira Passos vários cargos técnicos de responsabilidade, durante o regime imperial, principalmente dirigindo importantes companhias ferroviárias, entre outras a do Corcovado.

Depois da Proclamação da República, durante o governo de Prudente de Moraes, foi Passos novamente convidado a exercer o cargo de Diretor da Central do Brasil. Foi um período de intensa atividade administrativa e entre as obras realizadas, no Distrito Federal, devem ser lembradas a estação de S. Diogo, os armazéns da Marítima, a ligação da Marítima por um segundo túnel, a ponte da Marítima, a reconstrução da Estação Central na Praça da República, a substituição dos trilhos de ferro pelos de aço etc.

Em fins de dezembro de 1902, era convidado Francisco Passos pelo presidente Rodrigues Alves a ocupar o cargo de Prefeito do Distrito Federal. De 2 de janeiro de 1903 a 15 de novembro de 1906, executou a grande obra de sua vida, a remodelação da Capital da República.

Ao deixar a Prefeitura, com setenta anos feitos, voltou à Europa em viagem de recreio e escreveu, em cartas a um amigo (Alfredo Américo de Souza Rangel) as suas *Memórias de Viagem*, publicadas em 1909. Já era escritor conhecido entre os engenheiros, pois a sua *Caderneta de Campo*, as suas memórias e seus relatórios sobre diversos assuntos técnicos já o haviam salientado como publicista.

Durante a sua última viagem à Europa, em 1913, veio a falecer a bordo o grande brasileiro.

A Era dos Melhoramentos – O período presidencial que se abriu em 1902 com a chegada ao governo de Rodrigues Alves, iniciava um período de prosperidade econômica para o país, devido em grande parte à restauração financeira que tinha sido o eixo da política do anterior governo, durante a presidência Campos Sales. No Distrito Federal três pontos foram principalmente atacados: o ponto comercial, com as obras do Porto, o ponto higiênico, com a reorganização da Saúde Pública e o ponto estético e prático, com a remodelação da cidade. Ficaram, assim, ligados à presidência Rodrigues Alves os três nomes de Francisco Bicalho, Osvaldo Cruz e Pereira Passos.

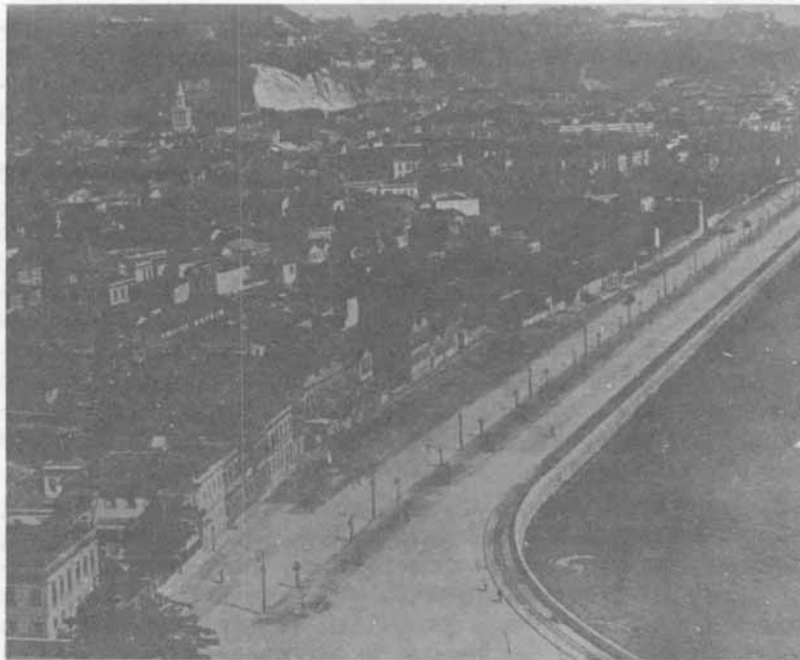
Na Prefeitura, foi colossal a atividade do novo prefeito, estendendo-se desde demolições de ruas inteiras de prédios velhos até

os menores detalhes, pois, como disse ele mesmo, em sua primeira mensagem:

Comecei por impedir a venda, pelas ruas, de vísceras de reses expostas em tabuleiros, cercadas pelo vôo contínuo de insetos, o que constituía um espetáculo repugnante. Aboli, igualmente, a prática rústica de se ordenharem vacas leiteiras na via pública... Mandeí proceder à apanha de milhares de cães, que vagavam pela cidade, dando-lhes o aspecto repugnante de certas cidades do Oriente.

As obras realizadas pela União foram, além do Porto Comercial, com cais e avenida, as obras de canalização e Avenida do Mangue, a perfuração, através da Cidade Velha, da Avenida Central, hoje Rio Branco, executada pelo engenheiro Paulo de Frontin.

Os planos da Prefeitura compreenderam a abertura de três avenidas (Beira-Mar, com cerca de cinco quilômetros de extensão e 33 metros de largura; Mem de Sá, com 1.500 metros, do Largo da Lapa à Rua Frei Caneca, e Salvador de Sá, com 1.000 metros); o alargamento de doze ruas (Assembléia, Carioca, Estácio de Sá, Ma-



Um trecho da Avenida Beira-Mar, visto do Morro da Viúva, em novembro de 1907, recém-concluída a sua construção pelo engenheiro Mário de Oliveira Roxo. AGCRJ

rechal Floriano, Sacramento, hoje Avenida Passos, Camerino, Uruguaiana, Treze de Maio, Acre, Hospício etc.); a canalização dos Rios Carioca, Berquó, Banana Podre, Maracanã, Joana, Trapicheiro e Comprido (*Corografia do Distrito Federal*).

Um dos auxiliares e colaboradores de Passos descreve do seguinte modo, em 1904, os fins visados então pela Prefeitura:

Dar maior franqueza ao tráfego crescente das ruas da cidade, iniciar a substituição das nossas mais ignóbeis vielas por largas ruas urbanizadas, promover melhores condições estéticas e higiênicas para as construções urbanas, proporcionar aos grandes coletores das canalizações subterrâneas maior facilidade de colocação e visita, encurtar as distâncias a percorrer na cidade, substituir os infectos rios da parte baixa dos arrabaldes por galerias estanques; sanear, embelezar, melhorar, enfim, a nossa maltratada capital. . . (A. Américo de Sousa Rangel, *Renascença*, 1904).

Um progresso considerável foi também realizado no calçamento das ruas que era péssimo ou não existente; foram asfaltadas as artérias principais. Muitas ruas foram retificadas no seu alinhamento, outras foram submetidas ao recuo progressivo, isto é, à medida das reconstruções que nela fossem necessárias.

Fazem parte também do embelezamento da cidade no período da administração Passos a construção do Mercado Novo, os grandes jardins da cidade ao longo das avenidas, a construção do Teatro Municipal pelo engenheiro F. de Oliveira Passos, o aumento do Paço Municipal, o Pavilhão de Regatas, o Pavilhão Mourisco. A Avenida Beira-Mar, um dos construtores da qual foi o engenheiro Mário de Oliveira Roxo, foi especialmente contemplada na obra de embelezamento; dotada de jardins floridos e cais de cantaria, formando curvas elegantes e contornando as modernas habitações de Botafogo, povoada de estátuas artísticas, tornou-se o mais belo passeio de que se pode orgulhar o carioca quando recebe o estrangeiro.

A Inspetoria de Matas e Jardins recebeu novo impulso e desenvolveu grande atividade na arborização e no ajardinamento da cidade, na conservação das matas da Tijuca. Foram retiradas as grades dos jardins públicos para educar a população e acostumá-la a considerar suas plantas e respeitá-las em conseqüência. Foi das Avenidas Beira-Mar e Central que se alastrou pela cidade a plantação de árvores em logradouros públicos, onde hoje medram cerca de trinta mil oitis, figueiras, acácias etc., que dão sombra e encanto

aos nossos passeios. Foi em 1904 criado o primeiro aquário no Passeio Público remodelado.

A parte sanitária dos melhoramentos, além de ruas novas, canalização das águas, como as do Mangue, compreendeu uma série de exigências da higiene na construção das casas, no ladrilhamento dos armazéns e em todos os detalhes da vida social.

Foi, pois, uma época de grandes e profundas transformações. Para fazer da velha cidade colonial uma capital moderna foi preciso a energia do velho de setenta anos que, com sua viajada experiência, sua alta competência e seu entusiasmo de moço, levou ao fim o seu plano, à custa de um trabalho assíduo diário de muitas horas. Passos pouco reformou, na Prefeitura do Rio de Janeiro, mas decuplicou a eficiência de seus órgãos, tornando mais prático e rendoso o serviço e, acima de tudo, deu o exemplo de incansável trabalho, animado do mais alto espírito de justiça.

A obra de Oswaldo Cruz. – Em março de 1903, convidou o Presidente Rodrigues Alves o Dr. Oswaldo Cruz, que trabalhava então no laboratório de Manguinhos, a assumir a direção da Saúde Pública.

O problema capital que se impunha ao notável cientista era o de sanear o Rio de Janeiro e, especialmente, de livrar a capital do flagelo da febre amarela. Já então sabiam os médicos que as experiências americanas em Havana (1901) tinham provado ser o mosquito o transmissor da moléstia. Oswaldo Cruz organizou imediatamente o serviço de profilaxia específica, que confiou ao Dr. Carneiro de Mendonça.

Subdividiu a cidade em dez distritos sanitários, com delegados, inspetores e fiscais para serviços domiciliares. O plano era simples: em vez de desinfecções inúteis era visada a extinção dos focos e dos mosquitos e o isolamento dos amareletos.

Expondo aos poderes públicos as necessidades da saúde pública, obteve Oswaldo Cruz do Congresso a reorganização dos Serviços em 1904, compreendendo estudos científicos, socorros médicos, serviços sanitários dos portos, preparo das vacinas, organização de estatísticas demógrafo-sanitárias e preparação de um código sanitário.

Uma convenção sanitária foi assinada em 1904 com os Estados do Prata.

Entre os grandes serviços prestados por Oswaldo Cruz devem ser salientadas a redação do novo Código Sanitário, em 316 artigos, e a unificação dos serviços de higiene municipais e federais em um só órgão administrativo.

A febre amarela eficazmente combatida por Oswaldo Cruz, de 1.634 vítimas feitas em 1901, passou a só fazer 584 em 1903 e 48 em 1904, 4 em 1908 e 0 em 1909.

Não há palavras com que enaltecer bastante o serviço imenso prestado por Oswaldo Cruz ao Brasil inteiro, erradicando de sua capital a endemia amarílica, cuja fama terrível atuava no estrangeiro, desmoralizando todo o país. Para se poder avaliar o prejuízo econômico que a ciência e a energia combinadas desse grande patrício fizeram cessar, basta dizer-se que, nos 60 anos em que reinou a febre amarela epidemicamente no Rio de Janeiro, produziu a morte de 59.069 pessoas que representam só isso o valor aproximado de 500 mil contos! (J. P. Fontenelle, *Dicionário Histórico e Geográfico do Brasil*, tomo I, 1922).

Os últimos prefeitos. – Sousa Aguiar, Bento Ribeiro e Rivadávia Correia foram os principais sucessores e continuadores da obra de Pereira Passos. O formidável impulso dado pela administração de 1902 a 1906 tornava mais fácil a tarefa dos governadores da cidade.

Amaro Cavalcanti (1917-1918) ocupou-se especialmente de dois problemas: o plano de viação das zonas suburbana e rural, que aumentou consideravelmente e melhorou no que existia, e o fomento da pequena lavoura local no Distrito, barateando transportes e dando-lhe escoadouro no mercado da cidade, no intuito de baratear o custo de vida. Criou para a realização prática do seu plano a Superintendência dos Serviços Municipais da Lavoura.

Abriu-se, em 1919, com a chegada à Prefeitura de Paulo de Frontin, a era dos êmulos do Grande Prefeito. Novas necessidades criadas pelo desenvolvimento urbano, que seguia a Grande Guerra, justificavam nova série de melhoramentos. Homem de vistas largas e de planos grandiosos, Paulo de Frontin passou, infelizmente, só dois meses no governo da cidade. Foram suficientes para marcar a sua administração as construções da Avenida Atlântica, da Avenida Wilson, a canalização do rio Comprido, e a construção de uma avenida ao longo do rio.

Carlos Sampaio, engenheiro e professor da Escola Politécnica, homem viajado e de reconhecida ilustração; fora escolhido pelo presidente Epitácio Pessoa para prefeito da capital, em julho de 1920.

Sua administração durou apenas dois anos e meio, mas foi operosa e febril em suas realizações. De todas as zonas afluíram

trabalhadores, atraídos pelos salários altos e, noite e dia, durante cerca de trinta meses, continuou a obra de remodelação sobre planos diferentes dos que tinha traçado o grande prefeito. De fato, a idéia capital de Carlos Sampaio foi atacar e arrasador o morro do Castelo, conquistando novas áreas para a extensão da cidade. Estas áreas foram procuradas no local do morro arrasado; na própria enseada das praias da Lapa e de Santa Luzia, em frente a Villegaignon; na Lagoa Rodrigo de Freitas, em parte entulhada e saneada; na praia Vermelha, pela redução da Doca; na praia da Lavolina, ao pé da Urca, e na avenida de contorno do morro da Viúva.

Mas o arrasado do morro do Castelo visava também fornecer à cidade um local de suficiente extensão para poder o Brasil celebrar condignamente em 1922 o centenário de sua independência, promovendo nas áreas conquistadas ao mar a Exposição do Centenário.

Antes, porém, da grande feira internacional em que tomaram parte, com palácios permanentes, a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a França, o México, a Tcheco-Eslováquia, a Noruega e a República Argentina, recebeu o Brasil a visita do rei dos belgas, Alberto I, e de sua esposa, a Rainha Elizabeth (setembro de 1920). Foi um período de festas, durante o qual os monarcas, hospedados no Palácio Guanabara, deixaram na população carioca a mais profunda e duradoura impressão.

Outra visita honrosa foi a de Antônio José d'Almeida, presidente da República Portuguesa, durante as festas do Centenário.

O dia 7 de setembro de 1922 foi celebrado, no Rio de Janeiro, com um brilho notável: missa campal na praia do Russel, te-déum na catedral, revista militar na Praça Deodoro, inauguração do Palácio das Festas, representação do *Guarani* no Teatro Municipal etc.

O Secretário do Exterior dos Estados Unidos da América do Norte, Sr. Hughes, também veio trazer as suas homenagens ao Brasil, por ocasião do seu centenário, retribuindo a visita que fizera, em 1876, D. Pedro II aos Estados Unidos.

Mas as festas não interromperam a incansável atividade do Prefeito Carlos Sampaio. O recenseamento do país, organizado por Bulhões Carvalho, acabava de atribuir 1.157.000 habitantes à capital da República e, em vista do rápido aumento da população, era necessária a obra de extensão das áreas habitáveis no seio da cidade.

Grandes ressacas do mar, no Russel e na Avenida Altântica, requeriam providências e foram rapidamente consertados os estragos. Operações financeiras consideráveis foram então necessárias

para enfrentar as despesas, reprodutivas mas avultadas. Infelizmente a crise econômica e a depressão cambial vieram prejudicar a administração.

A obra realizada foi, todavia, considerável. Não somente continuou Carlos Sampaio os trabalhos começados, como a construção do Conselho Municipal (projeto Heitor de Melo), como o túnel João Ricardo, mas também adquiriu o Teatro S. Pedro de Alcântara (hoje Teatro João Caetano), construiu o Rio Cassino, o Hotel 7 de Setembro, mais tarde vendido, e reformou as praças Vieira Souto e Cristiano Ottoni, as ladeiras da Favela, e terminou importantes trabalhos de canalização.

Promoveu também Carlos Sampaio a construção de grandes hotéis modernos no Rio de Janeiro, tornando assim a capital carioca um ponto de atração para os forasteiros e abastados que, anualmente, nos vêm visitar, conhecer e enriquecer.

Os diferentes departamentos municipais foram também ativos durante este curto período de trabalho intenso: no Departamento de Matas e Jardins, além da arborização e ajardinamento de várias ruas e praças da cidade e de toda a zona da Exposição Internacional (de Santa Luzia ao Pharoux), ainda foram construídos dois mercados de flores, um na Praça Olavo Bilac e outro na Rua Sorocaba, em frente ao cemitério de S. João Batista, e reconstruído o que se acha em frente ao cemitério de S. Francisco Xavier.

No Departamento da Limpeza Pública, além da aquisição de alguns modelos de material moderno, foram construídas três estações com todos os melhoramentos, no Rio Comprido, no Méier e no Encantado.

No Departamento da Assistência, além da reforma geral, foram construídos o Asilo dos Velhos, no Bulevar 28 de Setembro, o Posto de Socorro de Copacabana, o Hospital de Pronto-Socorro, a adaptação do Posto de Assistência do Méier, que estava fechado, e o Hospital S. Francisco de Assis, que passou a ser propriedade do governo federal.

Foi dado o maior impulso, possível na ocasião, à instrução profissional, e foram construídos cinco núcleos escolares (Celestino Silva, Oliveira Passos, Floriano Peixoto, Eptácio Pessoa e Bárbara Ottoni). Foram ainda construídas, aumentadas ou adaptadas: a Escola Profissional Visconde de Cairu, a Escola Profissional Sousa Aguiar, a Escola Profissional Visconde de Mauá, a Escola Profissional Paulo de Frontin, a Escola Júlio Furtado, a Escola Nilo Peçanha etc., etc., além de adquiridos mais de 40 prédios para escolas.

Alor Prata Soares, escolhido para ser prefeito durante a presidência Artur Bernardes, assumiu o cargo a 15 de novembro de

1922, recolhendo uma sucessão difícil e defrontando, na Prefeitura do Distrito Federal, uma situação financeira precária. Antigo prefeito de Uberaba, engenheiro e político mineiro, Alaor Prata cogitou logo em cortar despesas, limitando-se ao indispensável para não desorganizar os serviços, e em arrecadar a receita com a máxima vigilância. Deixando de lado todas as veleidades políticas, as influências que pudessem desvirtuar os efeitos de sua administração, procurou menos a popularidade e os aplausos do que uma economia restauradora do crédito municipal. Encontrou em Geremário Dantas, o seu diretor geral da Fazenda, um conhecedor das finanças municipais, que muito auxiliou na sua obra ingrata de severas restrições.

Não foi todavia uma fase de inatividade e expectativa a administração Alaor Prata. Prosseguiu as obras públicas principiadas e iniciou outras julgadas urgentes. Continuaram assim as obras de arrasamento do morro do Castelo, em que facilmente teria encontrado recursos avultados para melhorar as finanças do seu governo, se não tivesse tido a preocupação dos interesses futuros da cidade. Continuaram as obras de saneamento e embelezamento da lagoa Rodrigo de Freitas. Ampliou, porém, o Prefeito o plano anterior e nele incluiu melhoramentos do Túnel Velho, que foi alargado (de 6 para 13 metros de largura) e nas ruas vizinhas.

A administração Prata consolidou também a Avenida Beira-Mar e a Avenida Atlântica nos trechos prejudicados pelas ressacas. Recompostos o enrocamento exterior e a base da muralha, foi também calafetado o lado interno.

Foi preocupação de Alaor Prata o problema capital da circulação urbana. Em menos de dez anos, tinha aumentado de 50% a população da capital (1.157.000 hab. em 1920, e cerca de 1.550.000 hab., em 1926). Procurou o prefeito descongestionar o centro, onde vai crescendo rapidamente o tráfego urbano. Para isso, asfaltou várias ruas transversais (Lavradio, Senado, Buenos Aires, Inválidos etc.); entrou em acordo com a *Light and Power* para só usarem os bondes um sentido nas Ruas Sete de Setembro e Assembléia, e estabelecer ponto terminal de várias linhas na Praça Tiradentes, desafogando assim as artérias centrais (Rio Branco e Uruguaiana); e, por fim, empreendeu o alargamento do Largo da Carioca, à custa do chafariz histórico, que foi removido, da Imprensa Nacional e do Lírico.

Nos subúrbios foram melhoradas estradas de rodagem e outras continuadas, como a de Guaratiba.

Importantes também foram os serviços prestados pelo governo Alaor Prata à instrução pública. Auxiliado por um educador e pedagogo pernambucano, A. Carneiro Leão, conseguiu dar uma orientação moderna ao ensino, não somente revendo os programas,

como também atacando de frente o problema higiênico e educativo, estabelecendo fichas sanitárias, estatísticas médicas e outras, exercícios físicos. Foi igualmente remodelado o ensino profissional. A frequência máxima, que era de 58.000 crianças, nas escolas municipais, em 1923, passou a ser de 64.000 crianças, em 1925.

A vida carioca no fim do 19º século – Levantava-se cedo, e o banho de mar era discreto, sem publicidade, roupas até os punhos e até os tornozelos, no Boqueirão do Passeio, em Santa Luzia, no Flamengo, em Botafogo, ou numa praia deserta, perto das pitangueiras ou coqueiros de raposa, hoje Leme, Copacabarna, Ipanema, Leblon.

Os bondes descarregavam gente e mais gente em S. Francisco, Largo da Carioca, pois a vida amanhecia em boa hora: almoçava-se às dez, o mais tardar às onze. Os funcionários públicos estavam na repartição às dez, já almoçados, fumando o seu goiano ou o seu charuto da Bahia. Pelo rodar dos carros de ministros às 10 horas, em ponto, caminho dos ministérios, muita gente marcava a hora.

Os jornais estavam lidos, desde madrugada. Principalmente o *Jornal do Commercio*, que já era um calhamaço, apenas sem a página de sumário e telegramas: monografias e mais monografias sobre criação de porcos, espécies de forragens, qualidades de banha. Havia um senhor Travassos, impiedoso. Felizmente as crônicas de Maria Amália, do Giovanni Bovio, do Alter Ego (Jaime de Seguíer) deleitavam. Na *Gazeta de Notícias*, Ramiz Galvão, Machado de Assis, colaboração de Eça de Queirós, principalmente Ferreira de Araújo, eram leves, graciosos, facetos. No *Paiz*, Quintino, Salvador de Mendonça, Salamonde, republicanos. Não havia descompostura. Havia mofinas, nos apedidos*. Sobretudo mofinas políticas.

A política enchia o vazio nacional, com as procissões freqüentes, que iam minguando, e o carnaval, que ia crescendo.

Na Rua do Ouvidor, para a tarde, todo mundo se reunia. Do Largo da Carioca e do Largo de São Francisco eram levadas e mais levadas de transeuntes. Cotovelava-se em Gonçalves Dias, para desembocar na "grande artéria", como se chamava. Só se comprava nas casas chiques, de *Notre Dame*, na *Dreyfus*, no *Palais Royal* .. Cabeleireiro o Doublet; chapeleiro o Watson, onde os políticos encartolados discutiam mais que no Senado ou na Câmara.

N: do E.

(*)apedido: [de a pedido] S. m. Seção de jornal em que se publicam notícias, anúncios, artigos, pagos ou a pedido dos interessados. [M. us. no plural] (*Aurélio*)

Moças e rapazes se espremiavam, sorriam, namoravam, entravam no Café do Rio, para um café, no Paschoal, para um sorvete.

Flores ambulantes, em pequenos buquês, nas encruzilhadas. Baleiros por toda a parte. *Croisés* e fraques, gravatas vistosas, perfumados à Houbigant, os homens, de bigode e barba Andô; as damas de cintura fina, *devant droit*, anca para trás, vestido até os pés, *chapéus como jardins suspensos cheios de flores, legumes e penas*. Apenas pó de arros e o véu. Começava *Mme. Cavé*, que era o ponto chique.

À tardinha, às quatro, o êxodo: maridos de bengala e embrulho, senhoras com uma mão prendendo a cauda do vestido, com a outra o leque, demandavam o bonde. Um assalto! Instalados, a luta pelo pagamento. Um cavalheiro, na frente, pagava passagem de vários conhecidos: aquela senhora do terceiro banco, o cavalheiro lá na plataforma etc. Os homens cediam seus lugares às damas e vinham de pingente. Pelo caminho, os clãs e tribos se vinham derramando: *mr., madame, bebê, mlle*, três amiguinhas, embrulhos, balas, bengala, leques, tagarelice. Contavam-se os encontros.

Em casa, mudança de roupa, o brim pardo, o vestido de cassa, o jantar às quatro e meia, cinco horas... À tardinha, cinco e meia, seis horas, muitos já passeavam em Laranjeiras ou Botafogo, cumprindo o rito da nutrição, ou, das janelas, as moças namoravam os rapazes, que passavam ou se postavam na esquina, à espreita do "gargarejo" (namoro de rua e janela, de cima para baixo e vice-versa).

Seis e meia, um homenzinho, com um pau na mão, o Profeta, como era chamado, ia acender os lampiões, um a um; uma reticência de luz que ia deixando atrás... O bico Auer foi um deslumbramento.

Boa Noite! Costura em torno de mesa familiar; o víspora nas casas grandes. Nas casas remediadas, um piano dedilhava uma valsa. Dançavam-se em outras, polcas e quadrilhas, ao aniversário ou casamento.

Raro saía-se de casa. Só para o Lyrico, onde as companhias caras chamavam vaidade e os "trezentos de Gedeão" apareciam, ou então as companhias francesas, que começavam a aparecer. Havia partidas encarniçadas entre estudantes e caixeiros, entre mesmo a sociedade, a favor ou contra atrizes. Do Largo do Rocio, para baixo, revistas imorais e teatro português e brasileiro. O Vasques, para rir, e Dias Braga, para chorar, eram da moda. "Abacaxi", e *vau-devilles* ou operetas e dramalhões, para rapazes ou gente solta.

Fora disto, as missas, aos domingos, ou o carnaval, ainda entrudo, já começando o lança-perfume, mas ainda sobrevivente a laranjinha ou o balão de água de cheiro.

Enterro à mão, ou em carro, a passô. O tflburi era para as parteiras e os médicos: era o pronto-socorro. Raramente para os ricos apressados.

Às dez, cama, luz apagada, lamparina, cachorro no jardim, até o dia seguinte, para recomeçar.

A Avenida, o automóvel, o cinema, o ruje, a saia curta, o cabelo cortado, a imprensa amarela, mudaram tudo. . . já não há mais Ouvidor, nem *meetings* no Largo de São Francisco, nem namoro de gargarejo, nem serenatas, mas há futebol, corridas, Jockey Club, os *Palaces*, os chás, os *dancings*. . . (A.P. – Carta ao autor).

N. do A. – Para o desenvolvimento urbano e os progressos econômicos e sociais, vide a nossa *Corografia do Distrito Federal*, cap. VII (População) e cap. VII (Recursos econômicos), nos quais é tratada a parte histórica de cada uma destas questões.

O Governo e Administração

Posição geográfico-política – A capital da República ocupando o Distrito Federal, é necessário examinar as condições geográficas que influem na escolha de uma capital política e o caso concreto do Rio de Janeiro.

Um dos elementos essenciais, numa sociedade política, é o estabelecimento da sua capital, isto é, do centro não só de seu pensamento político, mas também o arsenal de suas forças defensivas e ofensivas. Pela sua origem, uma capital pode ser natural como Paris, Londres ou Rio de Janeiro, ou artificial como Petrogrado foi, como são Madri e Washington. A fundação do Rio de Janeiro é posterior à descoberta do Brasil de mais de meio século; a sua escolha como capital é também muito posterior à sua fundação. Isto é, antes de ser apreciada a sua posição no mapa, como centro político, já eram aproveitadas as vantagens da sua situação topográfica, como cidade capaz de desenvolvimento.

Do mesmo modo que, no decorrer da História, a escolha de grandes capitais naturais como Paris e Moscou, oscilou entre diferentes centros ao sabor dos acontecimentos, no Brasil também, a escolha do Rio de Janeiro é o resultado de uma solução histórica. A cidade de São Salvador da Bahia estava demasiadamente distante do centro de principal interesse, criado, no século XVIII, pela presença dos hispano-americanos nas fronteiras mais vulneráveis do Sul.

Como a maior parte das capitais modernas, isto é, datando apenas da "era oceânica" da história econômica do globo, o Rio de Janeiro é uma cidade marítima. Enquanto as capitais indígenas da América do Sul ocupavam e ainda ocupam o planalto interior, a nossa cidade, fundada por portugueses, só podia se desenvolver à beira-mar, ao contato do Atlântico, veículo das civilizações ocidentais. Neste período da História, a dominação do Oceano e de suas vias de comunicação era, como ainda é, considerada essencial.

O Rio de Janeiro é, além disso, uma capital excêntrica, isto é, afastada do centro geográfico do país; afastada também de seus núcleos de densidade maior de população, é uma cidade-fronteira, pois ocupa uma situação invejável.

Sendo capital natural, dotada de seus elementos urbanos próprios, pôde desenvolver-se, e é hoje a maior cidade do país, porque não foi a escolha do seu local um compromisso entre Estados

autônomos rivais, à procura de um ponto neutro, que não fizesse sombra a nenhum dos contratantes (como foi o caso de Washington).

Mas como se verifica atualmente com as capitais tradicionais de certos países novos, há no Brasil também uma tendência ao deslocamento para o interior, para o neutralismo da posição, como na Austrália. Foi a tendência que em 1891 ditou o artigo 3º de nossa Constituição, prevendo a mudança da Capital para o planalto central da República.

A posição excêntrica da capital pode ser avaliada, além de sua situação à beira-mar, pelos seguintes algarismos que dão as distâncias, em milhas, do Rio de Janeiro aos diferentes pontos do país:

NORTE

Vitória	275 milhas
Ilhéus	684 milhas
Bahia	804 milhas
Recife	1.267 milhas
S.Luís	2.274 milhas
Belém	2.916 milhas
Manaus	3.731 milhas
Tabatinga	4.669 milhas

CENTRO

Pirapora	1.000 quilômetros
Porto Esperança	2.200 quilômetros

SUL

Santos	289 milhas
Florianópolis	656 milhas
Laguna	656 milhas
Porto Alegre	1.305 milhas

Devido à sua posição perto do mar, o Rio de Janeiro sempre foi acessível aos recursos materiais e intelectuais provenientes do exterior e também sempre tentou os golpes dos inimigos de Portugal, nos tempos coloniais. A vulnerabilidade da cidade-capital, devido à sua posição à beira-mar é, em parte, compensada pelas facilidades de defesa que oferece a sua situação, sua topografia principalmente, como bem prova a história de nosso passado. Mas assaltos sérios lhe têm sido até hoje poupados.

O Rio de Janeiro não está, como vemos, a meio caminho do extremo-norte e do extremo-sul, nem ocupa, no país, uma posição

central. O deslocamento do centro de interesse político e de desenvolvimento econômico para o sul determinou a mudança da capital da Bahia para o Rio. Mas já passou esta fase histórica e o centro de colonização e de desenvolvimento econômico continua a se deslocar para o sul, daí a oportunidade, que a muitos aparece, de criar no planalto a Capital artificial do país, visto já terem prestado os serviços que deviam as suas capitais naturais. A não ser obedecida esta tendência dos países novos, assistiremos a novo deslocamento da capital para o sul, isto é, para São Paulo, outra capital natural.

Reza a Constituição que, efetuada a mudança da capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado. Justifica João Barbalho do seguinte modo a escolha do planalto central:

As grandes cidades de muita população e movimento não convêm para residência do governo e lugar de reunião do Congresso, que nelas ficam muito expostos à influência de poderosos interesses coligados à pressão das grandes massas populares, capitaneadas por agitadores perigosos. Outro meio mais sereno e isento, precisam de achar-se os que têm a suprema direção dos negócios públicos.

De seu lado, na mensagem presidencial de 1925, o presidente Artur Bernardes disse:

O Rio de Janeiro, cidade populosa e cosmopolita, centro industrial do país e seu grande empório comercial, tem uma vida tumultuosa e agitada, de vantajosa influência na vida econômica do Brasil, mas de preponderância inegável na orientação dos governos, assim por vezes impedidos de melhor atenção aos interesses e necessidades mais gerais do nosso vasto território. Urge, pois, realizar a mudança da Capital da União, entregando ao Distrito Federal a ampla autonomia que a Constituição lhe outorga e elevando-o à categoria de Estado.

Para compreender o alcance de tamanha medida política, ditada pelas contingências geográficas do país, é necessário examinar o atual estatuto político do Distrito Federal.

Os textos constitucionais – O atual Distrito Federal foi, no tempo do Império, Município Neutro porque, no Ato Adicional de 1834, ficou dito, no Art. 1º: "A autoridade da assembléia legislativa da

província em que estiver a Corte não compreenderá a mesma corte nem o seu município”.

Em 1830 tinha deixado de funcionar o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, que tão importantes funções desempenhara nos tempos coloniais. Em 1889 foi, por sua vez, extinta a Câmara Municipal, substituída pelo Conselho de Intendência Municipal.

A idéia de subordinar, durante o Império, o Município Neutro, não às autoridades legislativas provinciais, mas sim à assembléia geral, foi seguida, com a proclamação da República, passando a administração às autoridades municipais, nos casos em que não fosse especificada a competência das autoridades federais.

A autonomia do município do Distrito Federal é uma autonomia cerceada e restrita. Diz Araújo Costa:

É preciso, porém, ter em vista que as restrições de que trata o art. 67 não dizem respeito à autonomia propriamente dita do município do Distrito Federal, mas ao maior ou menor número de serviços que a União julgue conveniente chamar a si. É esta a única diferença que existe entre a autonomia deste município e a dos demais municípios da República.

Na Constituição de 1891, o artigo 34 (§ 30) determina que compete privativamente ao Congresso Nacional: “Legislar sobre a organização municipal do Distrito Federal, bem como sobre a polícia, o ensino superior e os demais serviços que, na capital, forem reservados para o governo da União”.

A este respeito diz Carlos Maximiliano:

A idéia de localizar a Capital da República em território não subordinado a poderes estaduais originou-se de se reconhecer a conveniência de assegurar ao Governo Federal independência de movimentos, absoluta liberdade de ação, isentos o Presidente, os congressistas e os supremos juízes, da pressão, das rivalidades, picardias ou desacatos provocados ou sugeridos por autoridades regionais.

A nossa Constituição cerceou a autonomia do Distrito, mas, contrariamente ao que se dá nos Estados Unidos da América do Norte, admitiu no Congresso Nacional representantes eleitos pelo Distrito Federal.

Diz Araújo Castro:

A idéia de eletividade está visceralmente ligada à autoridade municipal. Não há tradição mais arraigada em nosso direito. As primeiras municipalidades fundadas no Brasil foram constituídas mediante eleição: assim aconteceu até a Independência e assim continuou até a República.

Daf o artigo 67 da Constituição, que rege o Distrito Federal, estipulando:

Salvas as restrições especificadas na Constituição e nas leis federais, o Distrito Federal é administrado pelas autoridades municipais. As despesas de caráter local na Capital da República incumbem exclusivamente à autoridade municipal.

As limitações da autonomia municipal são, pois, apenas determinadas pelo número maior ou menor de serviços que a União se reserva. É o que distingue o Distrito Federal dos demais municípios. É assim que figuram no orçamento do Ministério Federal do Interior, a Biblioteca, a Casa de Correção, o Hospital dos Alienados, a Higiene, o Corpo de Bombeiros, o Colégio Pedro II, e o Ensino Superior; no orçamento do Ministério Federal da Viação, as águas, os esgotos, a iluminação etc. O Ministério do Interior superintende também a polícia do Distrito Federal, cujo chefe é nomeado pelo Presidente da República.

Diz João Barbalho:

Se a polícia do D.F. não pertencesse ao governo nacional este seria policiado pelas autoridades locais e ficaria assim tolhido em sua liberdade de ação; é fácil imaginar os gravíssimos inconvenientes decorridos dessa dependência e subordinação.

A lei orgânica – A organização política do Distrito Federal é baseada na Lei nº 85, de 20 de setembro de 1892. Foi posteriormente modificada por leis e decretos legislativos, em 1898, em 1902 e em 1917.

O Poder Executivo se acha entre as mãos do Prefeito do Distrito Federal, nomeado pelo Presidente da República "dentre os cidadãos de reconhecida competência". É funcionário da confiança do Governo Federal e geralmente exerce as suas funções durante o quadriênio do presidente que o escolheu.

É auxiliado no seu governo municipal por Diretores de Serviços que são verdadeiros Secretários de Estado.

São órgãos do atual Poder Executivo do Município as seguintes Diretorias e Repartições:

1. *Diretoria da Fazenda* – encarregada da arrecadação dos Impostos e Rendas, e do pagamento das despesas autorizadas pelo poder legislativo municipal.

2. *Diretoria Geral de Instrução Pública* – encarregada da regulamentação e administração das escolas primárias e profissionais e da Escola Normal.

3. *Diretoria de Obras e Viação* – encarregada dos serviços de obras municipais, estradas, saneamento, construções etc. Faz parte desta repartição a Carta Cadastral.

4. *Diretoria do Patrimônio* – que administra os bens e próprios municipais, móveis e imóveis, terrenos devolutos etc.

5. *Diretoria de Estatística* – que, além do registro dos fatos sociais, publica o Boletim e o Anuário Estatístico Municipal.

6. *Diretoria Geral de Assistência Pública* – que é incumbida do serviço de pronto-socorro, dos dispensários etc.

7. *Arquivo do Distrito Federal* – destacado da Estatística em 1919, vasto repositório de documentos históricos relativos ao Rio de Janeiro. Esta repartição foi reorganizada pelo historiador Noronha Santos, que catalogou e classificou todas as fontes de informações.

8. *Biblioteca Municipal*.

9. *Superintendência da Limpeza Pública*.

10. *Diretoria de Arborização e Jardins* – encarregada da arborização da cidade, das exposições de plantas e da fiscalização do comércio de flores.

11. *Almoxarifado Geral* – encarregado, desde 1920, da conservação e distribuição do material à disposição das demais repartições municipais.

12. *Diretoria do Abastecimento e Fomento Agrícola*

O Poder Legislativo pertence ao Conselho Municipal, que é composto de 24 Intendentes. A duração do mandato é de três anos; é permitida a reeleição.

O Poder Judiciário é organizado pela União e não pela lei orgânica. O Distrito é judicialmente dividido em 8 circunscrições e conta 18 pretores, 16 juizes de direito, um Tribunal do Júri e uma Corte de Apelação, composta de 15 desembargadores.

Quanto à representação política, o Distrito Federal elege três senadores ao Senado da União e dez deputados à Câmara.

“A representação do Distrito Federal como a de qualquer outro território, na Câmara dos Deputados, depende exclusivamente

da sua população”, diz Silva Marques. O artigo 28, § 1º da Constituição, fixou a proporção a um representante por 70.000 habitantes. Deveriam, pois, ser atualmente 17 os deputados cariocas.

Apesar de assim equiparado a um Estado pela representação no Senado e na Câmara e a um Município pelas instituições municipais de competência local, o Distrito Federal tem menos autonomia do que um município. Silva Marques explica o caso do seguinte modo:

O princípio consagrado na Constituição quanto à gênese dos poderes federais e locais, não tem aplicação no Distrito Federal.

De acordo com aquele princípio, as funções legislativas e executivas são de origem eletiva, ao passo que o poder Judiciário nasce do concurso daquelas.

No Distrito Federal, tanto o Executivo como o Judiciário receberam a investidura por ato dum poder estranho, e o Legislativo, conquanto provenha de sufrágio popular, pode ter as suas atribuições anuladas por ato de poderes também estranhos, porque do veto do prefeito não toma conhecimento a assembléia municipal, mas sim o Senado.

Aliás, o próprio Conselho Municipal, segundo o Decreto de 8 de março de 1904, tem a sua independência limitada, pela impossibilidade de tomar iniciativas em matéria de vencimentos, de empresas e de operações de crédito.

Divisão administrativa – As origens históricas das atuais divisões administrativa, policial, judiciária e política se acham na primitiva organização religiosa, em paróquias ou freguesias, que, durante séculos, constituiu as células territoriais de todas as nossas organizações sociais.

Pouco a pouco, o antigo Município Neutro e o atual Distrito Federal foram sofrendo modificações, de acordo com as necessidades próprias e exigências dos diferentes serviços, e nasceu a disparidade entre as divisões, deixando elas de coincidir.

A divisão judiciária é ainda calcada sob a antiga divisão em paróquias, apesar de criadas novas freguesias pela administração religiosa. A divisão política obedeceu às modificações das leis eleitorais, agrupando as antigas freguesias em oito pretorias.

A paróquia-célula territorial, sucedeu hoje o distrito-célula, fracionado em seções, segundo as conveniências administrativas.

A Lei Orgânica subdivide a municipalidade em distritos de

mais de 10.000 almas e menos de 40.000. Atualmente são 26 os distritos municipais da Capital. A divisão policial em 29 circunscrições coincide mais ou menos com a divisão por distritos.

As antigas distinções entre cidade velha, cidade nova, bairros, subúrbios, distritos rurais e ilhas ainda têm a sua significação histórica, mas perderam parte de sua utilidade prática com o alastramento dos centros urbanos, as remodelações e os desmembramentos de unidades antigas.

Foi durante o 19º século que se deram os mais numerosos desmembramentos, devido ao rápido crescimento da população. É assim que o território de S. José, desligado, como Santa Rita, do antigo Curato da Sé, foi por sua vez desmembrado, formando a Lagoa (1809), a Glória (1834), parte de Santo Antônio. Mais tarde a Lagoa formou a Gávea. De seu lado, terras na Candelária formaram Santa Rita (1751), depois Santana (1814) e finalmente a Gamboa (1833).

Julgando-se sob o ponto de vista histórico, diz Noronha Santos:

Ainda hoje persistem dúvidas atinentes às antigas delimitações das freguesias da Cidade do Rio de Janeiro, que eram, mais ou menos, as das agências das fiscalizações municipais. .

Desde os tempos coloniais que se cuida da demarcação do que os antigos chamavam – recôncavo da cidade, zona da cidade e zona do campo. A resolução de 15 outubro de 1808 limitou a cidade para o pagamento da décima, por um lado, pelo rio das Laranjeiras, e por outro, pelo rio Comprido. . .

Em 1830 regularizou-se o limite da cidade e seu termo. Sob a regência deram-se providências para a arrecadação da décima urbana, demarcando-se o que se conhecia com o nome de cidade. No Código de Posturas de 1838, nas leis de 1842 e 1845, entende-se por zona da **cidade urbana**, até o Engenho Novo, e rural ou fora dos limites para a cobrança do imposto federal: Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz, Ilha do Governador e Paquetá.

Ainda hoje, na linguagem corrente, há quem fale em cidade velha e cidade nova. À primeira correspondem os distritos urbanos da Candelária, Santa Rita, Sacramento, S. José, Santo Antônio e par-

te da Gamboa; à segunda, Santana, parte do Espírito Santo e da Gamboa. Quanto ao Engenho Velho, Glória, Santa Teresa, Andaraí, Lagoa, S. Cristóvão, Tijuca, Copacabana são chamados bairros da parte urbana. Reserva-se o nome de subúrbios para a parte rural: Inhaúma, Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba.

São os seguintes os distritos atuais da cidade, com a sua importância e história particular:

N	Nome	Área (ha)	Data da criação	Origem	Popul. em 1920
1º	Candelária	36	1634	Antiga freguesia de S. Sebastião, 1569	3.962
2º	Santa Rita	179	1751	Desligado da Candelária	38.164
3º	Sacramento	64	1831	Antigo Curato da Sé	27.370
4º	S. José	108	1751	Desligado do antigo Curato da Sé	27.714
5º	Santo Antônio	134	1854	Criado com territórios do Sacramento, S ^{te} Amaro e S. José	49.325
6º	Santa Teresa	593	1903	Criado com territórios da Glória, Espírito Santo e Santo Antônio	8.326
7º	Glória	571	1834	Desmembrado de S. José	68.330
8º	Lagoa	776	1809	Desmembrado de S. José	57.558
9º	Gávea	3.413	1873	Desligado da Lagoa	15.270
10º	Santana	129	1814	Desligado de Santa Rita	40.632
11º	Gamboa	171	1833	Desligado de Santana	50.699
12º	Espírito Santo	471	1865	Criado com territórios de S. Cristóvão, Santo Antônio e Engenho Velho	77.748
13º	São Cristóvão	497	1856	Desligado do Engenho Velho	59.332
14º	Engenho Velho	647	1795	Desmembrado da Freguesia de Irajá	48.948
15º	Andaraí	1.595	1879	Desmembrado do Engenho Velho	84.171
16º	Tijuca	4.074	1903	Criado com territórios da Gávea, Jacarepaguá e Andaraí	11.484
17º	Engenho Novo	831	1873	Desligado das freguesias de S. Cristóvão, Inhaúma e Engenho Velho	41.727
18º	Méier	1.392	1884	Criado com distrito de Engenho Novo	57.252
19º	Inhaúma	4.323	1743	Desmembrado da freguesia de Irajá	131.886

20º	Irajá	12.972	1644	Desmembrado da freguesia de Irajá	99.586
21º	Jacarepaguá	21.732	1661	Desmembrado da freguesia de Irajá	19.751
22º	Campo Grande	26.247	1673	Desmembrado da freguesia de Irajá	52.405
23º	Guaratiba	18.626	1755	Abandonadas as ilhas adjacentes	23.609
24º	Santa Cruz	12.826	1833	Antigo Curato, desanexado de Itaguaí	16.506
25º	Ilhas	3.449	1710-1755	Incorporadas ao Município da Corte em 1833	13.033
26º	Copacabana	810	1915	Criado com terras da Lagoa e da Gávea	22.761

Historicamente, por conseguinte, as freguesias primitivas criadas nas terras da freguesia de S. Sebastião e do Curato da Sé são a Candelária e Irajá. Da primeira, foi desligada Santa Rita em 1751; da segunda, saíram Jacarepaguá em 1661, Campo Grande em 1673, Inhaúma em 1743 e Engenho Velho em 1795.



Planta da Cidade do Rio de Janeiro em 1769. AGCRJ

Lista de livros de fácil consulta ou aquisição, nos quais encontrarão os professores públicos mais amplas informações sobre a História da Cidade do Rio de Janeiro:

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. – Colossal repositório de história nacional, à disposição dos leitores em quase todas as bibliotecas públicas da cidade. Aí se acham numerosas monografias sobre o Rio de Janeiro. No índice geral publicado em 1897, na palavra “Rio de Janeiro” se acham todas as referências feitas até então à capital (escritos de Duarte Nunes, Tristão de Araripe, Fausto de Sousa, Fernandes Pinheiro, Carlos H. de Figueiredo, Moreira de Azevedo, E. Dória, Morales de los Rios, A. Kitzinger etc.).

Arquivo do Distrito Federal. – Revista de documentos relativos à história do Rio de Janeiro, organizada por Melo Moraes Filho. Saíram, de 1895 a 1897, quatro volumes. É raro, mas encontra-se nas bibliotecas públicas.

Noronha Santos – *Corografia do Distrito Federal.* – Contém, para cada assunto, uma parte histórica bem documentada, além da “Notícia Histórica”, de 37 páginas, que forma o primeiro capítulo. É indispensável como livro de consulta e deve sempre se achar à mão. (Especial atenção das professoras deve ser chamada para todos os artigos da imprensa diária que são assinados pelo historiador Noronha Santos).

José Vieira Fazenda – *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro.* – Publicações do Instituto Histórico, das quais já saíram dois tomos (em 1921 e em 1924) e vão sair mais dois ou três. São de fácil aquisição em qualquer livraria, pelo preço de 8\$000.

Felisbello Freire – *História da Cidade do Rio de Janeiro.* – Vol. I. (400 págs.) relativo ao período 1564-1700, publicado em 1912. Vol. II (467 págs.) período 1700-1808, publicado em 1914. Manancial considerável de informações; extensas citações, excelentes notas. O plano é bom, o texto contém trechos por vezes um pouco pesados para um estudo sumário. Deve ser consultado nas bibliotecas.

Ferreira da Rosa. – *O Rio de Janeiro em 1922.* – Segunda edição de uma publicação interessante, tanto sob o ponto de vista histórico como descritivo. É ilustrado e contém boas notas.

José de Sousa Azevedo Pizarro – *Memórias Históricas do*

Rio de Janeiro, em dez volumes. – Em algumas bibliotecas; serve para estudos mais aprofundados e abrange a história das províncias anexas.

França Júnior – *Folhetins*. – Publicação de Jacinto Ribeiro dos Santos Fácil aquisição (15\$000). Contém os artigos publicados pelo escritor baiano nos jornais da Capital, de 1863 a 1882. – Excelente fonte de informações sobre a vida no Rio de Janeiro, no tempo do Império.

Escragnolle Dória – *Cousas do Passado* (separata da *Revista do Instituto Histórico*). Brilhante e espirituosa reconstituição da vida artística e literária do Rio de Janeiro de outrora. (O historiador Escragnolle Dória publicou no *Jornal do Commercio* e continua a publicar na *Revista da Semana* artigos históricos, cuja leitura deve ser aconselhada às professoras públicas.)

Nélson Costa – *Páginas Cariocas* (1924). Adotado na Instrução Pública.

Diretoria Geral de Estatística – *Recenseamento de 1920*. – Vol. II, População do Rio de Janeiro. Publicação oficial. Traz um retrospecto sobre os recenseamentos anteriores e muitas informações a respeito da história do desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal.

Joaquim Manuel de Macedo – *Um passeio pelo Rio de Janeiro* (2 volumes).

Baltasar da Silva Lisboa – *Anais do Rio de Janeiro*.

O melhor meio de encontrar facilidade em evocar, diante de um auditório de alunos, quadros do Rio de Janeiro antigo, é de ter previamente a própria professora freqüentado os diferentes pontos da cidade em que haja reconstituição do passado.

É pois recomendável que sejam pelas professoras, em pequenos grupos de três a seis, visitados os museus, as igrejas, as bibliotecas, os monumentos que conservam ainda o ambiente de outras épocas.

Na igreja do Carmo, do fim do 18º século, encontram-se ornamentações e esculturas do Mestre Valentim. Na Lapa dos Mercadores há um mámore da Coroação da Virgem. Em S. José, que data de 1633, há trabalhos de Simeão José de Nazaré. S. Francisco de Paula, de bela fachada, guarda nas catacumbas os restos mortais de D. Antônio do Desterro, de Granjean de Montigny, de Marcos Portugal, de Paulo Fernandes Viana, etc. A igreja do Rosário deve também ser visitada, pois pertence à nossa história municipal.

No Instituto Histórico, a galeria de gravuras, retratos, mapas etc., merece um exame atento de algumas horas. A biblioteca é franqueada ao público das 11 às 15 horas. O secretário perpétuo, Dr.

Max Fleiuss, é um profundo conhecedor de nossa História e recebe sempre com carinho os estudiosos que desejam ser guiados em suas pesquisas.

O Museu Naval, à Rua D. Manuel, data de 1884. Modelos, quadros, bandeiras, relicários de artilharia, recordações e medalhas dão uma noção exata das condições de guerra do passado e auxiliam na reconstituição necessária dos quadros históricos da defesa do Rio de Janeiro em diferentes épocas.

O Museu Histórico, criado em 1922, recolheu a coleção iniciada no Arquivo Público pelo professor Escragnoille Dória e tem enriquecido com aquisições de outros departamentos e de objetos em poder de particulares. O próprio edifício é um belo tipo de arquitetura colonial.

De uma lista muito completa de Cariocas Ilustres, organizada pelo professor Veiga Cabral (*Corografia do Distrito Federal*), extraímos como complemento à História do Rio de Janeiro, os seguintes nomes, escolhidos entre os já falecidos:

D. Pedro II (1825-1891), Barão do Rio Branco (1845-1912), Machado de Assis (1839-1908), Padre José Maurício N. Garcia (1767-1831), Martins Pena (1815-1848), Carlos de Mariz e Barros (1835-1866), Salvador Correia de Sá e Benevides (1594-1688), Paulo Barreto (1881-1922), Francisco Pinheiro Guimarães (1832-1877), Francisco Freire Alemão (1797-1874), J. Ferreira de Araújo (1848-1900), Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio (1778-1830), Monte Alverne (1784-1858), Francisco Manuel da Silva (1795-1865), Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825-1889), Luís Guimarães Júnior (1845-1897), Moreira Pinto (1847-1903), Francisco Vilela Barbosa (1769-1846), Alvarenga Peixoto (1748-1793), Leandro do Sacramento (1762-1829), Alfredo d'Escragnoille Taunay (1843-1899), Miguel M. Lisboa, Barão de Japurá (1809-1881), Miguel Burnier (1824-1894), Joaquim Norberto de Sousa (1820-1891), Garcia Redondo (1854-1916), Pedro Luís Pereira de Sousa (1839-1884), Sérgio Teixeira de Macedo (1809-1867), Luís de Beaurepaire-Rohan (1816-1889), J. C. Fernandes Pinheiro (1825-1876), J. V. Torres Homem (1837-1887), J. da Cunha Barbosa (1780-1846), Monsenhor Pizarro (1753-1830), Ernesto Sena (1858-1913), José Vieira Fazenda (1847-1917), José Maria de Lacerda (1838-1886), Olavo Bilac (1865-1918), José Tito Nabuco de Araújo (1832-1879), Evaristo da Veiga (1799-1837), Luís P. do Couto Ferraz (1818-1886), Francisco Cabrita (1857-1925), Mário de Alencar (1872-1926), Alfredo Gomes (1859-1924), Manuel Antônio de Almeida (1830-1861).



Governantes do Rio de Janeiro

Século XVI ao XVIII

Estácio de Sá (fundador)	1565 - 1567
Mem de Sá (gov. geral)	1567 - 1568
Salvador Correia de Sá	1568 - 1572
Cristóvão de Barros	1573 - 1575
Antônio Salema (gov. do sul)	1576 - 1577
Salvador Correia de Sá (2ª vez)	1577 - 1599
Francisco de Mendonça e Vasconcelos	1599 - 1602
Martim de Sá	1602 - 1608
Afonso de Albuquerque	1608 - 1614
Constantino Menelau	1614 - 1617
Rui Vaz Pinto	1617 - 1620
Francisco Fajardo	1620 - 1623
Martim de Sá (2ª vez)	1623 - 1632
Rodrigo de Miranda Henriques	1633 - 1637
Salvador Correia de Sá e Benevides	1637 - 1642
Duarte Correia Vasqueanes (Interino)	1642 - 1643
Luís Barbalho Bezerra	1643 - 1644
Francisco de Souto Maior	1644 - 1645
Duarte Correia Vasqueanes (2ª vez)	1645 - 1648
Salvador Correia de Sá e Benevides (2ª vez)	1648 - 1648
Duarte Correia Vasqueanes (3ª vez – interino)	1648 - 1649
Salvador de Brito Pereira	1649 - 1651
Antônio Galvão (interino)	1651 - 1652
D. Luís de Almeida Portugal	1652 - 1657
Tomé Correia de Alvarenga (interino)	1657 - 1659
Salvador Correia de Sá e Benevides (3ª vez)	1659 - 1660
Tomé Correia de Alvarenga (2ª vez – interino)	1660 - 1660
Agostinho Barbálho Bezerra	1660 - 1661
João Correia de Sá	1661 - 1662
D. Pedro de Melo	1662 - 1666
D. Pedro de Mascarenhas	1666 - 1670
João da Silva e Sousa	1670 - 1675
Matias da Cunha	1675 - 1679
D. Manuel Lobo	1679
João Tavares Roldon (interino)	1679 - 1681
Pedro Gomes	1681 - 1682
Duarte Teixeira Chaves	1682 - 1686
João Furtado de Mendonça	1686 - 1689
D. Francisco Naper de Lencastre (interino)	1689 - 1690
Luís César de Meneses	1690 - 1693

Antônio Pais de Sande	1693 - 1694
André Cuzaco	1694 - 1695
Sebastião de Castro Caldas	1695 - 1697
Artur de Sá Meneses	1697 - 1702
Martim Correia Vasques (interino)	1697
Francisco de Castro Morais (interino)	1699 - 1702
D. Álvaro de Siqueira e Albuquerque	1702 - 1704
Bispo D. Francisco de S. Jerônimo (1)	1704 - 1705
Martim Correia Vasques (1)	1704 - 1705
Gregório de Castro Morais (1)	1704 - 1705
D. Fernando Martins Mascarenhas Lencastre	1705 - 1709
Antônio de Albuquerque Saldanha de Carvalho	1709
Gregório de Castro Morais (2ª vez – interino)	1709 - 1710
Francisco de Castro Morais (2ª vez)	1710 - 1711
Antônio de Albuquerque Saldanha de Carvalho (2ª vez)	1711 - 1713
Francisco Xavier de Távora	1713 - 1716
Manuel Almeida Castelo Branco (interino)	1716 - 1717
Antônio de Brito Freire de Meneses	1717 - 1719
Manuel Almeida Castelo Branco (2ª vez – interino)	1719
Aires de Saldanha e Albuquerque Coutinho Matos e Noronha	1719 - 1725
Luís Vaía Monteiro	1725 - 1732
Manuel Freitas da Fonseca (interino)	1732 - 1733
Gomes Freire de Andrade – Conde de Bobadela	1733 - 1763
José Fernandes Pinto Alpoim (2)	1763
João Alberto de Castelo Branco (2)	1763
Frei D. Antônio do Desterro (2)	1763

Vice-Reis do Brasil

D. Antônio Álvares da Cunha – Conde da Cunha	1763 - 1767
D. Antônio Rolim de Moura Tavares – Conde de Azambuja	1767 - 1769
D. Luís de Almeida Portugal Soares d'Eça Alarcão de Melo e Silva Mascarenhas – Marquês de Lavradio	1769 - 1779
D. Luís de Vasconcelos e Sousa	1779 - 1790

(1) Junta Governativa Interina

(2) Junta Governativa Provisória, após a morte de Gomes Freire.

D. José Luís de Castro – Conde de Resende	1790 - 1801
D. Fernando José de Portugal	1801 - 1806
D. Marcos de Noronha e Brito – Conde dos Arcos	1806 - 1808

Intendentes Gerais de Polícia entre 1808 e 1839

José de Carvalho e Melo (interino) – futuro Vde. de Cachoeira	1808
Paulo Fernandes Viana	1808 - 1821
Antônio Luís Pereira da Cunha – futuro Marquês de Inhambupe	1821
João Inácio da Cunha – futuro Vde. de Alcântara	1821 - 1822
Francisco de França Miranda	1822 - 1823
Estêvão Ribeiro de Resende	1823 - 1824
Francisco Alberto Teixeira de Aragão	1824 - 1827
José Clemente Pereira	1827 - 1828
Nicolau de Siqueira Queirós (interino)	1828
Antônio Barreto Pedroso (interino)	1828 - 1829
Antônio José de Carvalho Chaves (interino)	1829
Luís Paulo de Araújo Basto (interino)	1829 - 1830
Bernardo José Pinto Gavião Peixoto	1830 - 1831
Caetano Maria Lopes Gama	1831
Antônio Pereira Barreto Pedroso	1831
Francisco José Alves Carneiro	1831 - 1834
Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho	1834 - 1835
Agostinho Moreira Guerra	1835 - 1837
Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara	1837 - 1839

Presidentes da Câmara Municipal durante o Segundo Reinado

Luís de Meneses Vasconcelos de Drumond	1840 - 1844
João Silveira de Pilar	1845 - 1848
Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça	1849 - 1850
Cândido Borges Monteiro	1851 - 1852
Miguel de Frias e Vasconcelos	1853 - 1856
João de Oliveira Fausto	1857 - 1860
Ten.–Cel. João José da Cunha Teles	1861 - 1864
João Batista dos Santos	1865 - 1868
Adolfo Bezerra de Meneses (interino)	1868
Antônio Ferreira Viana	1869 - 1872

Ten.-Cel. Antônio Barroso Pereira	1873 - 1876
Adolfo Bezerra de Meneses	1877 - 1880
José Ferreira Nobre	1881 - 1884
João Pedro de Miranda	1884 - 1887
João Pereira Lopes (interino)	1887
Augusto Nunes de Lima (vice em exercício)	1887 - 1888
Ten.-Cel. João Manuel da Silva Veiga	1888 - 1889
José Ferreira Nobre	1889

República – Presidentes da Intendência Municipal
(7-12-1889 a 20-09-1892)

Francisco Antônio Pessoa de Barros	1889 - 1890
José Félix da Cunha Meneses	1890 - 1891
Nicolau Joaquim Moreira	1891 - 1892

Prefeitos do Distrito Federal de 1892 a 1960

Alfredo Augusto Vieira Barcelos (interino)	1892
Cândido Barata Ribeiro	1892 - 1893
Antônio Dias Ferreira (interino)	1893
Henrique Valadares	1893 - 1894
Francisco Furquim Werneck de Almeida	1895 - 1897
Ubaldo do Amaral Fonseca	1897 - 1898
Luís Van Erven (interino)	1898 - 1899
José Cesário de Faria Alvim	1899 - 1900
Honório Gurgel do Amaral (interino)	1900
Antônio Coelho Rodrigues	1900
João Felipe Ferreira	1900 - 1901
Joaquim Xavier da Silva Júnior	1901 - 1902
Carlos Leite Ribeiro	1902
Francisco Pereira Passos	1903 - 1906
Francisco Marcelino de Sousa Aguiar	1906 - 1909
Inocêncio Serzedelo Correia	1909 - 1910
Bento Manuel Ribeiro Carneiro	1910 - 1914
Rivadavia da Cunha Correia	1914 - 1916
Antônio Augusto de Azevedo Sodré	1916 - 1917
Amaro Cavalcanti	1917 - 1918
Manuel Cícero Peregrino (interino)	1918 - 1919
André Gustavo Paulo de Frontin	1919
Milcíades Mário de Sá Freire	1919 - 1920

Carlos César de Oliveira Sampaio	1920 - 1922
Alaor Prata Soares	1922 - 1926
Antônio Prado Júnior	1926 - 1930
Adolfo Bergamini (interventor)	1930 - 1931
Julião Esteves (interino)	1931
Pedro Ernesto Batista (Interventor)	1931 - 1935
Augusto Amaral Peixoto (interino)	1935
Pedro Ernesto Batista (Prefeito eleito)	1935 - 1936
Cônego Olímpio de Melo (interventor interino)	1936 - 1937
Henrique de Toledo Dodsworth (Interventor)	1937 - 1945
José Filadelfo de Barros Azevedo	1945 - 1946
Hildebrando de Araújo Góis	1946 - 1947
Ângelo Mendes de Moraes	1947 - 1951
João Carlos Vital	1951 - 1952
Dulcídio do Espírito Santo Cardoso	1952 - 1954
Alim Pedro	1954 - 1955
Eitel Pinheiro de Oliveira (interino)	1955
Francisco de Sá Lessa	1955 - 1956
Francisco Negrão de Lima	1956 - 1958
Joaquim José de Sá Freire Alvim	1958 - 1960

Governadores do
Estado da Guanabara

José de Sette Câmara (Governador interino)	1960
Carlos Frederico Werneck de Lacerda (Governador eleito)	1960 - 1965
Francisco Negrão de Lima	1965 - 1971
Antônio de Pádua Chagas Freitas	1971 - 1975

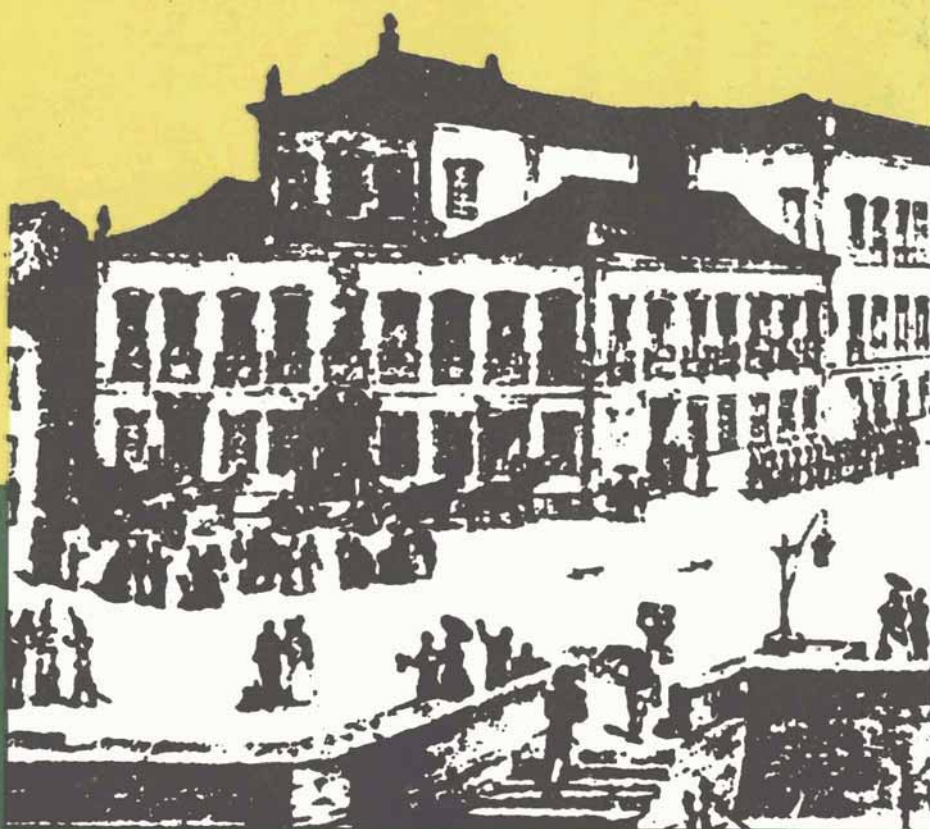
Prefeitos do Município do Rio de Janeiro

Marcos Tito Tamoio da Silva	1975 - 1979
Israel Klabin	1979 - 1980
Júlio de Moraes Coutinho	1980 - 1983
Jamil Haddad	1983
Marcello Nunes de Alencar	1983-1985
Roberto Saturnino Braga	1986 - 1988
Marcello Nunes de Alencar	1989 - 1992
César Epitácio Maia	1993- 1996
Luiz Paulo Fernandez Conde	1997- 2000 2004
César Epitácio Maia	2001- 125
César Epitácio Maia	2005- . . .

E hoje, num momento em que se renova o interesse pela história da cidade, testemunhado por múltiplas iniciativas voltadas para a defesa, preservação e difusão de seu patrimônio cultural, a reedição do texto de Delgado de Carvalho reveste-se de valor não só para pesquisadores e professores, mas também para o grande público, interessado na história e nas histórias da sua cidade.

A História da Cidade do Rio de Janeiro é o sexto volume da Biblioteca Carioca, uma coleção editada pelo Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, que busca contribuir para a formação de um público melhor informado sobre o Rio de Janeiro, ao registrar, numa perspectiva interdisciplinar e através de textos produzidos em diferentes épocas, aspectos diversificados do viver, pensar e sentir do carioca na sua relação cotidiana com a cidade.

Nada mais atual, pois, do que, no momento em que a cidade do Rio de Janeiro comemora 425 anos, a publicação desta sua história.



SECRETARIA MUNICIPAL DE

ISBN 85-85096-08-X

CULTURA

DEPARTAMENTO GERAL DE
DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO CULTURAL